



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



DIEGO JESUS DA SILVA

**CAPITAL ESTRANGEIRO E CONFLITOS EM TORNO DAS
RIQUEZAS MINERAIS NO ESPAÇO SUL-AMERICANO**

Salvador - BA
Abril de 2017

DIEGO JESUS DA SILVA

**CAPITAL ESTRANGEIRO E CONFLITOS EM TORNO DAS
RIQUEZAS MINERAIS NO ESPAÇO SUL-AMERICANO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Bahia para, como requisito à obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gilca Garcia de Oliveira

Salvador - BA
Abril de 2017

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA para ser confeccionada pelo autor

Silva, Diego Jesus da
Capital estrangeiro e conflitos em torno das riquezas
minerais no espaço sul-americano / Diego Jesus da Silva. --
Salvador, 2017.
138 f.

Orientadora: Gilca Garcia de Oliveira.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-graduação em
Geografia) -- Universidade Federal da Bahia, Instituto de
Geociências, 2017.

1. Padrão de Reprodução do Capital. 2. Produção do espaço. 3.
Capital estrangeiro. 4. Conflitos. 5. Mineração. I. Oliveira,
Gilca Garcia de. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

CAPITAL ESTRANGEIRO E CONFLITOS EM TORNO DAS RIQUEZAS MINERAIS NO ESPAÇO SUL-AMERICANO

DIEGO JESUS DA SILVA

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Gilca Garcia de Oliveira
Doutora em Economia Rural
Departamento de Teoria Econômica, UFBA, Brasil



Profa. Dra. Catherine Prost
Doutora em Geopolítica
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.



Prof. Dr. Joaci de Souza Cunha
Doutor em História
Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, UCSal, Brasil.

Aprovada em Sessão Pública de 06 de abril de 2017.

Ao NEPPA (Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias), esta pequena organização de assessoria a movimentos sociais que, como uma parteira, me trouxe pacientemente ao mundo enquanto militante, que me fez enxergar as asperezas da realidade, mas que também pintou no meu sangue a beleza do cultivo a utopia.

AGRADECIMENTOS

Cada dia mais, menos se pode ser qualquer coisa solitariamente e, ao contrário, todo movimento da vida nestes momentos difíceis são alavancados pelos exercícios ordinários da solidariedade humana. Nada seria possível sem minha família, base material de sustentação de minha vida, em especial, sou extremamente grato a minha mãe Marisete e meu pai Jerônimo (*in memoriam*) que, com muito esforço, incentivaram desde sempre este árduo valor militante que é o estudo. Agradeço profundamente também a minha tia Marivanda que foi uma outra grande entusiasta dos meus estudos, desde o principio, e que me imprimiu o sonho de cursar uma universidade num contexto social onde tal horizonte era inacessível. Agradeço também a minha companheira Edlene que me deu grande apoio nos momentos mais difíceis da construção deste trabalho e foi extremamente compreensiva e paciente em todo os momentos do labor.

Sou extremamente grato a minha orientadora, Gilca de Oliveira, cuja mão pesou acertadamente nas categorias centrais deste trabalho, amenizando a sua ingenuidade e contribuindo decisivamente para sua qualidade e maturidade. Agradeço profundamente também a professora Maria Teresa Franco Ribeiro que lá em 2012 me apresentou esta temática e foi, certamente, o elã inicial de tudo o que foi formulado nestas páginas. Agradeço também as minhas turmas de graduação e pós-graduação, pois criaram um ambiente extremamente fraterno e de emulação entre nós, amenizando as angustias do ambiente acadêmico.

Gostaria de registrar todo meu agradecimento ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) porque é certamente o meu maior leito de aprendizado e de exigência vigilante de uma reflexão praxiológica comprometida com a transformação revolucionária da realidade.

Nominalmente são muitos os agradecimentos que, com toda certeza, mereceriam uma quantidade de páginas superior ao montante de uma dissertação, por isso deixo meu sincero agradecimento a todas as companheiras e companheiros que direta ou indiretamente contribuíram para que o máximo possível de realidade coubessem neste trabalho.

É preciso despertar enquanto é cedo. Perder o medo de dizer de que lado se está.

Como a chuva que também cai devagar, e não deixa de cumprir com sua sina; molha todas as plantas com neblina e lava a poeira do calor. Beija a boca doce de cada flor e limpa as impurezas do ar que o império contamina. Por isso, desperta

América Latina!

Ademar Bogo, Cartas de Amor, n. 16

RESUMO

Este trabalho faz uma análise do processo de acumulação do capital sobre as riquezas minerais do espaço sul-americano, a partir da década de 1990, e os conflitos decorrentes desta investidura do capital. Para tanto, o foco da pesquisa se centrou na análise do papel que o capital estrangeiro vem desenvolvendo no Subcontinente e como o avanço destes fluxos de capitais vem reforçando a condição dependente dos países sul-americanos, especializando-os, no âmbito da divisão mundial do trabalho, em fornecedores de mercadorias com baixa densidade de valor. A categoria central de análise deste trabalho é o padrão de reprodução do capital que possibilitou o escrutínio do processo de especialização produtiva, precisando o papel que os investimentos estrangeiros diretos (IEDs) têm na orientação da economia política do Subcontinente em direção aos ditames das linhas gerais do capitalismo global. Imbricado a este processo, se traça uma análise dos conflitos que vêm se estabelecendo contra a espoliação capitalista que atinge os distintos setores sociais e a natureza.

Palavras-chave: Espaço sul-americano; padrão de reprodução do capital; dependência; capital estrangeiro; conflitos.

RESUMEN

Este trabajo hace un análisis del proceso de acumulación del capital sobre las riquezas minerales del espacio sudamericano, a partir de la década de 1990, y los conflictos corrientes de este avance del capital. Para esto, el foco de la investigación se centró en el análisis del papel que el capital extranjero viene desarrollando en el Subcontinente y como el avance de estos flujos de capital vienen reforzando la condición dependiente de los países sudamericanos, especializándolos, en el ámbito de la división mundial del trabajo, en proveedores de mercancías con baja densidad de valor. La categoría central del análisis de este trabajo es el patrón de reproducción del capital que hizo posible lo examen detallado del proceso de especialización productiva, precisando el papel que los inversiones extranjeros directos (IEDs) tienen en la orientación de la economía política del Subcontinente en dirección a los dictámenes de las líneas generales del capitalismo global. Entrelazado con este proceso, se traza un análisis de los conflictos que se vienen estableciendo contra la explotación capitalista que afecta distintos sectores sociales y a la naturaleza.

Palabras-claves: Espacio sudamericano; patrón de reproducción del capital; dependencia; capital extranjero; conflictos.

ABSTRACT

This paper analyzes capital accumulation process over the mineral wealth of South American space, beginning in the 1990s, and the conflicts resulting from this capital investiture. To that end, the focus of the research is centered on the analysis of the role that foreign capital has been developing in the Subcontinent, and how the advance of these capital flows has reinforced the dependency condition on the South American countries, specializing them, within the international division of Labor market, as suppliers of goods with low value density. The central category of analysis of this work is the pattern of capital reproduction that allowed the scrutiny of the productive specialization process, specifying the role that foreign direct investments (FDI) have in guiding the political economy of the Subcontinent towards the dictates of the general lines of global capitalism. Imbricated with this process, is traced an analysis of the conflicts that has been establishing against the capitalist spoliation that affects the different social sectors and nature.

Keywords: South American space; pattern of capital reproduction; dependency; foreign capital; conflicts

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Padrão de reprodução do capital na América Latina.....	21
Quadro 2. As 10 maiores empresas mineiras do Ranking das 500 maiores empresas na América Latina segundo as vendas, 2011 (Milhões de dólares)	70
Quadro 3. Participação dos minerais por ramos estratégicos	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. As 500 principais empresas da América Latina e Caribe	50
Tabela 2. Entrada líquida de investimento externo direto por país (Milhões de dólares)	51
Tabela 3. Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto	59
Tabela 4. Participação dos produtos primários no total das exportações	60
Tabela 5. Exportação de bens da exploração de minas e pedreiras (milhões de dólares)	61
Tabela 6. Entrada líquida de Investimento Estrangeiro Direto	64
Tabela 7. América Latina: Índice de preços dos principais produtos de exportação (2010 = 100).....	77
Tabela 8. Carteira de investimentos por Eixos de Integração e Desenvolvimento do IIRSA, 2015	82
Tabela 9. Principais protagonistas dos conflitos, catalogados por país pela OSAL, 2001	95
Tabela 10. Conflitos socioambientais no Peru, por setor em dezembro 2016.....	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Entrada líquida de investimento externo direto para regiões "em desenvolvimento"	49
Gráfico 2. . Rendimento dos investimentos diretos dos Estados Unidos nos principais destinos da América do Sul.....	54
Gráfico 3. Investimento estrangeiro direto por setor na América do Sul	65
Gráfico 4. Principais motivos dos conflitos urbanos na América do Sul, 2001	99
Gráfico 5. Principais motivos dos conflitos rurais na América do Sul, 2001	100
Gráfico 6. Conflitos na América Latina, 2000-2005	101
Gráfico 7. Conflitos em torno da Mineração na América do Sul, 2016	103
Gráfico 8. Número de conflitos socioambientais no Chile por setores em 2015.....	105
Gráfico 9. Casos de impactos da extração mineral no Brasil por grupos populacionais, 2013	107

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Investimento estrangeiro direto por setor na América do Sul, 2009	67
Mapa 2. Entrada líquida de investimento estrangeiro direto para a América do Sul, por origem de países e/ou regiões selecionadas, 2012 (bilhões de dólares)	79
Mapa 3. Tipologia dos conflitos na América do Sul, segundo o OSAL, 2001	98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Bases militares estadunidenses no mundo	72
Figura 2. Reserva de minerais metálicos por país da América Latina, 2015.....	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1. O ESPAÇO SUL-AMERICANO NA TOTALIDADE DO CAPITAL	13
1.1. O padrão colonial de dominação externa das riquezas minerais sul-americanas no capitalismo comercial	14
1.2. Padrão de reprodução do capital e inserção dependente da América do Sul na divisão mundial do trabalho	19
1.3. A reestruturação do padrão de acumulação do capital a partir da década de 1970.....	26
1.4. Impactos da reestruturação produtiva do capital nos países sul-americanos.	33
1.5. A atualidade do imperialismo e da teoria do imperialismo	39
Capítulo 2. O CAPITAL ESTRANGEIRO NO ESPAÇO SUL-AMERICANO	45
2.1. Ciclo de reprodução do capital estrangeiro no espaço sul-americano na década 1990	47
2.2. Novo padrão exportador de especialização produtiva sul-americano.....	55
2.3. Ofensiva do capital estrangeiro sobre as riquezas minerais do espaço sul-americano nos anos 2000.....	63
2.4. Produção capitalista do espaço sul-americano e compromisso futuro com a dependência	78
Capítulo 3. CONFLITOS SOCIAIS EM TORNO DAS RIQUEZAS NATURAIS DO ESPAÇO SUL-AMERICANO	85
3.1. Conflitos sociais na década de 1990 em torno da espoliação neoliberal.....	89
3.2. O Conflito social no início dos anos 2000: principais sujeitos e pautas	93
3.3. O conflito social em torno das riquezas minerais.....	102
3.4. A questão do território e das lutas territoriais no espaço sul-americano.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS.....	119

INTRODUÇÃO

A incorporação do espaço sul-americano à expansão do capital se deu precisamente com o processo de colonização, a partir do século XV, que, muito embora, não se ancorava em relações de produção puramente capitalistas, sobretudo no que tange a subordinação do trabalho ao capital, produzia no processo mesmo da colonização uma divisão mundial do trabalho que subordinava também colônias às metrópoles numa perspectiva de acumulação original e, portanto de estruturação da gênese do capitalismo em escala mundial. Era uma maneira histórica particular de o capitalismo operar, produzindo um meio técnico no espaço sul-americano ao mesmo instante que produzia sua escala mundial, conformando um padrão colonial de dominação externa (FERNANDES, 1981) do espaço sul-americano.

A impossibilidade de um meio técnico ocupar uma mesma unidade de espaço que um meio natural quando acionados pelo capital fez com que pontos específicos adensassem sua composição técnica, de modo, sobretudo a atender as demandas que lhes eram interpeladas. No caso específico das riquezas minerais, os interesses metropolitanos convergiram com toda a sua força e cobiça. Afinal, na fase gestacional do capitalismo, isto é, no capitalismo mercantil, o grande equivalente geral das riquezas era os metais preciosos, sobretudo ouro e prata. Os espaços que tinham a sorte (ou azar) de terem essas riquezas naturais acessíveis às condições operativas das forças produtivas de então eram produzidos de modo a dar vazão a tais mercadorias rumo à metrópole. Assim um padrão espacial é produzido para manter a mecânica de funcionamento da pilhagem, erguendo-se com isso, cidades, vias de circulação das mercadorias, plataformas de exportação, etc., cujo sentido era em direção aos oceanos, oceanos estes que separavam e uniam dois grandes polos da divisão mundial do trabalho.

É para assegurar tal arranjo espacial que os primeiros fluxos de capital estrangeiro se deslocam para o espaço sul-americano, conformando desde o início uma de suas principais características, a orientação e o aparelhamento dos territórios de acordo com a lógica hegemônica do cenário mundial. Aliado a isto, a subordinação da natureza e do trabalho, sobretudo dos povos originários, no período inicial da colonização se soma como mais uma característica do capital estrangeiro: a espoliação da acumulação primitiva (HARVEY, 2014b). Esses aspectos passam a ser parte constitutiva da história sul-americana, tais como as contradições que giram em torno destes processos.

O conjunto de revoltas e estratégias espaciais dos povos explorados são contradições inerentes do padrão de dominação e aparecem como regra do desenvolvimento do capitalismo do Subcontinente, em todas as temporalidades do correr histórico, aglutinando as mais diversas franjas das classes oprimidas. Bem como, a contradição com o padrão de dominação das classes estrangeiras ao Subcontinente, com as elites liberais locais que se consolidaram ao longo da história. Assim e apoiado num contexto conjuntural mais amplo, esse conjunto de contradições se acumula e culmina com os Estados sul-americanos ganhando autonomia política frente às metrópoles, com os chamados processos

independentistas que paradoxalmente inauguram a condição histórica da dependência (MARINI, 2008).

Os sucessivos fatos históricos de independência política conformando Estados autônomos, fratura o continente em várias peças distintas no tabuleiro do capitalismo mundial e com isso reforça, rearranja e redefine o papel das elites exportadoras locais (BAMBIRRA, 2013), numa fase de ruptura com a monopolização causada pelo Pacto Colonial e consolidação de um capitalismo concorrencial de expressão político-ideológica liberal. Assim, conforma-se uma nova fase da divisão mundial do trabalho, um novo padrão de dominação externa, com uma forma particular de reivindicar o espaço sul-americano, um padrão agromineiro exportador. Este Padrão, economicamente continua a pilhagem das riquezas naturais, mas, politicamente traz novas peculiaridades, sobretudo no arranjo das classes economicamente dominantes que, a partir de então, têm mais que nunca, a tarefa de se tornarem as classes politicamente dominantes dos Estados emergentes e, portanto, dos seus respectivos territórios.

O subsequente desenvolvimento histórico vai alterando a forma particular de operação do capitalismo e com isso também os padrões de reprodução do capital no espaço sul-americano, sem, no entanto, as formações sociais superarem sua condição de dependência. A presença do capital estrangeiro nos setores chave das distintas economias demonstra a natureza imperialista e a subordinação a que estão submetidos os países dependentes ao não conseguirem definir os rumos de suas economias e alcançarem, ao menos, o conteúdo civilizador que o capitalismo teve a oferecer, por exemplo, nos países centrais que fizeram a socialdemocracia nos “anos dourados”; menos ainda uma ruptura com o capitalismo.

Neste sentido, a análise dos imperativos do capital estrangeiro no espaço sul-americano lança obrigatoriamente à cena a questão da dependência. Se os principais fluxos de capital estrangeiro ao espaço sul-americano vêm dos países centrais e a maioria das formações sociais sul-americanas são dependentes, a análise destes feixes de capitais se colocam como mediação importante ao entendimento dos principais problemas do particular capitalismo sul-americano. Pois, ao se estabelecer nos territórios, este capital estrangeiro difunde um conjunto

de formas e normas (SANTOS, 2003) que reproduzem e reforçam a lógica da dependência.

A lógica da dependência pode também ser visualizada pelo papel que estas formações sociais cumprem na divisão mundial do trabalho. Interpeladas a ser fornecedoras de alimentos e matérias primas para os países centrais e para os espaços que abrigam atividades centrais, o fluxo de investimentos estrangeiros sobre as riquezas minerais das formações sul-americanas é parte da cobiça imperialista do capital de assegurar a substância material das suas mercadorias. Assim, a natureza é valorizada e colocada em circulação em escala mundial, em detrimento das soberanias, das suas condições ecológicas e dos impactos sociais sobre um amplo conjunto de populações.

Para a compreensão desta lógica de dependência pela qual o capital estrangeiro opera, este trabalho pretende se concentrar na análise dos investimentos estrangeiros diretos (IED) direcionados para a América do Sul, sobretudo no setor das riquezas minerais. Os IEDs são uma variável que tem importância por contabilizar os fluxos de capital-dinheiro das empresas transnacionais que são um dos grandes agentes de produção e reprodução da lógica capitalista. Como o setor minerador é um setor bastante monopolizado, seja pelos Estados, seja por essas grandes empresas, a compreensão destes fluxos de capitais, inseridos numa totalidade mais ampla, pode contribuir com elementos significativos para o debate da questão da dependência e da produção capitalista do espaço.

Obviamente, como todos os indicadores clássicos da economia política burguesa, coletados pelos seus respectivos órgãos de mensuração, apresentam grandes limitações quando inseridos numa análise de crítica da economia política burguesa. Isto, porque tais indicadores são ferramentas operativas de uma base conceitual desenvolvida para mensurar uma dada concepção de mundo. Além disso, há problemáticas no seio mesmo desta mensuração. No caso da análise dos IEDs na América Latina, só em 12 países, os bancos centrais apresentam uma sistematização sobre a origem dos investimentos diretos, fato que dificulta o aprofundamento da análise da geopolítica destes capitais; bem como, alguns países, não fornecem estatísticas sistematizadas por setores da economia, como é o caso

do Peru que é um dos grandes destinos das empresas transnacionais no setor minerador. Além disso, paraísos fiscais no Caribe não registram origem e destino dos capitais, sendo por isso, usados pelo grande capital como intermediários mais lucrativos para acessar certas economias latino-americanas. Outro elemento, dentro deste aspecto, é que ainda hoje, a América Latina tem colônias, o que faz que certos fluxos de capitais para estes territórios colonizados sejam contabilizados em sua respectiva “metrópole”, muito embora, estejam no espaço latino-americano. Na América do Sul a Guiana Francesa é um exemplo ilustrativo deste fenômeno.

Somada a essas problemáticas específicas do espaço latino-americano e suas respectivas instituições, ainda tem questões concernentes à contabilidade dos países centrais que impactam diretamente na análise dos fluxos de capitais direcionados para os países dependentes. O Brasil, por exemplo, tem como um dos maiores investidores os Países Baixos, país este que possui um conjunto de legislações que beneficiam os investimentos diretos, como a isenção de pagamento de impostos sobre lucros e dividendos, por exemplo, fazendo com que as empresas transnacionais abram centros financeiros especiais para fazer investimentos em países terceiros, como o Brasil. Os dados do Banco Central do Brasil, leva em consideração os investimentos provenientes destas instituições especiais, o que elevou nos anos 2000 em cerca de oito vezes as cifras de IED originadas dos Países Baixos; diferentemente, o banco central dos Países Baixos não contabiliza as saídas de IED destas instituições especiais, o que permite visualizar esta grande distorção.

O debate orientado pela globalização tende a simplificar estas questões com a máxima de que os fluxos de capitais desapegaram-se tanto das fronteiras dos Estados que não se permite mais localizar as origens dos capitais, satisfazendo-se com a perspectiva que o capitalismo é ubíquo e ao mesmo tempo não está em lugar nenhum. Num outro polo da análise, desde, Harvey (2014b), ao menos, sabe-se que a lógica é capitalista, mas é também territorial e tais lógicas são colaborativas, ao mesmo tempo em que são contraditórias. Por isso a categoria mundialização (CHESNAIS, 1996) surge e a do imperialismo (HARVEY, 2014b) ressurge para enfatizar a dimensão de que o capital não circula pelo globo sem atrito. Aliás, é da sua lógica mesma, criar desenvolvimentos geográficos desiguais (SMITH, 1988).

Ainda sobre a contabilidade do IED no Brasil, como maior economia sul-americana, merece mais um destaque. As metodologias mais atuais de contabilização são balizadas nas formulações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Estas contabilizações levam em consideração como componentes da IED, os investimentos feitos em aportes de capitais, os empréstimos entre filiais e os reinvestimentos. O Banco Central do Brasil, até 2011, não contabilizava no montante da IED os reinvestimentos. Isso implica que as séries históricas dos investimentos devem levar em consideração estes pormenores porque ajudam a explicar o crescimento expressivo das cifras dos investimentos diretos a partir deste ano, muito embora em realidade tais crescimentos não fossem tão grandes.

Esta discussão sobre os reinvestimentos são muito caras à teoria marxista da dependência, sobretudo, porque parte da concepção de que os rendimentos obtidos com a exploração da força de trabalho e das riquezas naturais pelo capital estrangeiro numa formação dependente não são de propriedade das economias centrais, pois não foram gerados no seio dos países centrais (MARINI, 2012)¹. Assim, a rigor, a metodologia burguesa de contabilização dos componentes da IED adotada pelo Brasil, antes de 2011, seria mais confortável para uma análise do âmbito da crítica da economia política. Todavia, muito menos que se ater a esses pormenores que explicam o dado, deve-se ater à explicação da realidade e neste aspecto a teoria é o grande recurso explicativo e não o dado propriamente. O indicador indica ordens de grandeza, mas é a teoria que fornece os subsídios para analisar e explicar.

A problemática que norteia este trabalho é como o capital estrangeiro vem intensificando seus fluxos de investimento estrangeiro direto para o setor minerador do espaço sul-americano como forma de acumulação e os antagonismos que se estabelecem sob a forma de conflitos das mais distintas naturezas sociogeográficas como forma de reação.

¹ “A mais-valia gerada na economia nacional e investida nela é investimento nacional, independentemente da nacionalidade dos que detenham títulos de propriedade sobre ela; é obvio que isso não se apresenta assim do ponto de vista das contas nacionais, em que a parte da mais-valia que se encontra em mãos de estrangeiros é, uma vez investida, contabilizada como capital estrangeiro (reinvestimento);”. (MARINI, 2012, p. 23)

Levando em consideração estes aspectos, o objetivo geral deste trabalho é analisar o padrão de reprodução do capital a partir da dinâmica do capital estrangeiro na América do Sul, entre a década de 1990 até por volta de 2015. Dando destaque ao papel que os investimentos estrangeiros diretos (IED) vêm cumprindo na apropriação das riquezas minerais do espaço sul-americano e na consolidação da condição de dependência do Subcontinente. Analisando, neste bojo, os conflitos desencadeados pela acumulação capitalista no setor minerador e verificando como os sujeitos sociais vêm se articulando e reagindo aos imperativos capitalistas.

Para tanto, dois objetivos específicos se colocam como componentes a serem perseguidos para obtenção desta compreensão geral:

- 1) Analisar o avanço do investimento estrangeiro direto sobre as riquezas minerais a partir da década de 1990 na América do Sul, apontando sua lógica de reprodução e as principais contradições no processo de produção do espaço;
- 2) Mapear analiticamente o conjunto dos conflitos decorrentes do avanço dos investimentos estrangeiros diretos sobre as riquezas minerais, a partir dos anos 1990 no espaço sul-americano;

O recorte espacial é América do Sul devido ao fato de este trabalho ser uma continuidade de um conjunto de questões que foram levantadas no ano de 2012 sobre o tema no subprojeto “A dinâmica socioespacial contemporânea da América do Sul: um olhar atento sobre os movimentos espaciais do Brasil, da Argentina, da Bolívia e do Chile e os sentidos da cooperação”, que foi coordenado pela Professora Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro no Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo) na Escola de Administração da UFBA, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), edital Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (PRONEM).

A opção pelo recorte espacial América do Sul coloca algumas limitações, sobretudo porque tanto nos aspectos bibliográficos como na disponibilidade de dados, a abundância é maior em nível de América Latina. Por isso mesmo, aparecerá diversas vezes no trabalho discussões que remetem a América Latina. Todavia, não se trata de uma confusão de recortes espaciais, mas sim de uma limitação inerente

a um certo numero de trabalhos que se atenham ao Subcontinente. Assim, as discussões sobre a América Latina devem ser entendidas como explicações contextuais que sirvam para entender o espaço sul-americano. Além disso, a própria falta de tradição da Geografia em trabalhar neste recorte espacial, impõe a necessidade de buscar fontes em outras disciplinas, fato que pode ser complementar e enriquecedor, mas também reflexo desta limitação.

Tal falta de tradição da Geografia também pode implicar na dificuldade de fazer uma articulação de escalas. Na abordagem das escalas geográficas, corriqueiramente os níveis de abstração são o local, o regional, o nacional e o global. Todavia, carece uma tradição nas discussões, do nível de abstração que medeia à relação entre global e o nacional e que permita fazer a articulação de escalas levando em consideração este nível de abstração intermediário. Para operar neste campo, a solução teórica deste trabalho foi utilizar a categoria padrão de reprodução do capital (OSÓRIO, 2012) que, dentro da teoria marxista da dependência, possibilita fazer a articulação entre a divisão mundial do trabalho e a maneira como o capitalismo interpela espaços determinados, num nível de abstração superior à formação social e inferior ao sistema-mundo, possibilitando uma análise em escala supranacional ou macrorregional.

No tempo, o foco da análise é a partir da década de 1990, sobretudo porque é a década onde o neoliberalismo se coloca como modelo político e econômico hegemônico. Assim, para demarcar a periodicidade do trabalho, os eventos (SANTOS, 2008) balizadores são as inflexões nos modelos políticos e econômicos hegemônicos no Subcontinente: analisando a década de hegemonia neoliberal num primeiro recorte temporal e, por conseguinte, uma sucessiva análise a partir de 2001 com a contestação da hegemonia neoliberal que até então vigorava. Portanto, o trabalho apresenta uma periodização com dois recortes temporais. O início do estudo com despontar na década de 1990 é justificado exatamente porque com a hegemonia neoliberal se tem um maior avanço do capital estrangeiro sobre as formações sociais.

Contudo, o cenário neoliberal da década de 1990 é incompreensível se não se recorre às modificações estruturais que o capitalismo passou com a reestruturação

do seu padrão de acumulação na década de 1970. Assim como é imprescindível recorrer a alguns elementos históricos da forma particular de como o capitalismo se estruturou no espaço sul-americano nos diferentes momentos do desenvolvimento da divisão mundial do trabalho, nas distintas fases do capitalismo. Com este cruzamento das relações espaço-temporais, espera-se compreender como o espaço sul-americano se insere particularmente nas diferentes fases do capitalismo.

Neste sentido, este trabalho visa contribuir para a análise de alguns aspectos espaciais da economia política do capitalismo nestas frações de tempo e espaço. O aspecto espacial da economia é de enorme preocupação da Geografia Econômica. Segundo Paul Claval (2013) a Geografia Econômica está presente desde a fundação da Geografia Moderna no século XIX e tinha importância já nos escritos sistemáticos de um dos seus fundadores, Carl Ritter (1779-1859). Mas, só foi codificada nos anos 1860 pelo também geógrafo alemão Karl André (1808-1875), dando àquela época importante ênfase às determinações naturais dos processos econômicos.

Todavia, a dimensão espacial do que se concebe como Economia Política só começa a surgir na Geografia a partir dos anos 1950 com as teorias do imperialismo e as formulações sobre o subdesenvolvimento do Terceiro Mundo (CLAVAL, 2013), mesmo que o núcleo duro das grandes formulações teóricas sobre o imperialismo tenha ocorrido no início do século XX. Portanto, muito embora a teoria do imperialismo já implique numa análise da expansão geográfica do capitalismo, por isso uma análise que reivindica o espacial, é só a partir dos anos 1950 que os geógrafos vão começar a desenvolver escolas de pensamento que abordem a questão da dimensão espacial da economia política do capitalismo sob a perspectiva do marxismo, o que posteriormente terá seu epítome nos anos 1970 e 1980 como a escola de pensamento da Geografia Crítica. É nesta corrente teórica que este trabalho se localiza.

Metodologicamente a pesquisa se desenvolveu em duas grandes etapas, uma relacionada à dinâmica do capital nos seus aspectos geral e particular e outra mais relacionada aos conflitos em torno do processo de produção capitalista do espaço.

Para a análise da dinâmica do capital em seu aspecto geral, foi feito um levantamento bibliográfico no âmbito do materialismo histórico. Como o marco central da periodização é a década de 1990, se fez necessário uma revisão bibliográfica no sentido histórico, centrada na compreensão da dinâmica do capital neste período. Mas, para tanto, foi necessário recorrer a algumas discussões das modificações que ocorreram com as principais mudanças do padrão de acumulação do capital a partir da década de 1970. Portanto:

- a) Revisão bibliográfica para análise histórica e teórica das mudanças no regime de acumulação do capital e suas implicações no padrão de acumulação do capital sul-americano.
- b) Revisão bibliográfica para análise histórica do avanço do capital estrangeiro sobre as formações econômico-sociais sul-americanas sob a batuta do neoliberalismo, no período de 1990 aos anos 2000.

Para análise da dinâmica do capital em seu aspecto particular, isto é, no sentido da análise do capital estrangeiro sobre países sul-americanos,

- a) Foi feito um inventariamento dos anuários estatísticos sobre os investimentos estrangeiro diretos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) para os países da América do Sul no período de 2001-2015, enfocando, sobretudo, o avanço dos IEDs sobre as riquezas minerais.

A análise dos conflitos foi construída através de dados disponibilizados pelo Observatório Social de América Latina (OSAL), pelos organismos nacionais que se ocupam desta tarefa nos distintos países sul-americanos, dentre outros. Estes dados foram selecionados e tratados de maneira a servirem de ferramenta gráfica, cartográfica e analítica, permitindo uma análise dos conflitos em torno da apropriação capitalista das riquezas minerais.

No âmbito específico ao contexto disciplinar, a análise dos conflitos ancoradas na relação com os movimentos sociais e a luta de classes é um debate que passa a ser inserido na Geografia, como parte constitutiva de suas discussões, a partir da década de 1980 (PEDON, 2013). Muito embora, já na década de 1960, Manuel Correia de Andrade (1922-2007) fez um importante estudo sobre o Nordeste

brasileiro, intitulado *A Terra e o Homem no Nordeste*, trazendo no bojo de suas discussões questões fundamentais sobre o primeiro movimento social brasileiro a articular a pauta da reforma agrária em escala nacional, as Ligas Camponesas, pincelando com isso, demarcações importantes sobre o cenário da luta de classes do período, desde a perspectiva dos conflitos alocados no âmbito da reforma agrária.

A pesquisa herda esta concepção de análise e se constitui do tipo revisão bibliográfica e de análise empírica qualitativa e quantitativa de variáveis estatísticas, entendendo estes dois procedimentos indissociavelmente, pois se baseia na compreensão dialética de que a mudança de quantidade implica também numa mudança de qualidade dos processos.

O trabalho está estruturado em três grandes partes. A centralidade da primeira parte é compreender a inserção do espaço sul-americano na totalidade do capital. Para tanto, opera uma dialética entre as condições objetivas que são produzidas internamente e a maneira como a divisão do trabalho em escala mundial interpela o espaço sul-americano nas distintas fases do capitalismo, passando desde o capital mercantil até o capital financeiro. Como o espaço sul-americano ao longo da história é sempre intimado a ser um importante fornecedor de matérias primas e de alimentos. Logo, toda a questão da apropriação do capital pelas riquezas minerais atravessa a discussão.

Na segunda parte do trabalho o foco é compreender o avanço do capital estrangeiro sobre as riquezas minerais a partir da década de 1990, bem como o processo de reprimarização das exportações das formações sociais sul-americanas, dando uma ênfase especial ao novo padrão exportador de especialização produtiva que desponta com maior intensidade nos anos 2000 (OSÓRIO, 2012). Uma análise dos anos 2000 é feita a partir da verificação dos investimentos estrangeiros diretos nas riquezas minerais. Todavia, não pela perspectiva em moda que discute os anos 2000 a partir do alardeado “superciclo das *commodities*”. Ao contrário, a análise procura discutir o ciclo do capitalismo e a dinâmica das riquezas minerais neste cenário, tratando de abordar o período em duas partes, uma antecedente e outra subsequente a crise financeira mundial.

Na terceira parte, é feita uma análise sobre o conjunto de lutas sociais que se desdobraram na América do Sul a partir da década de 1990 com o avanço do neoliberalismo, bem como o conjunto de conflitos ocorridos nos anos 2000 num período que a hegemonia neoliberal foi contestada, mas que a conjuntura do capitalismo mundial imprimiu uma grande investidura sobre os bens da natureza. A análise parte tanto de uma perspectiva histórica, analisando os principais conflitos da década de 1990 relacionados à luta pela reapropriação social da natureza, bem como uma análise de dados de conflitos que foram catalogados pelo Observatório Social da América Latina (OSAL) para países da América do Sul.

Assim, espera-se fazer uma análise tanto da dinâmica do capital estrangeiro e seus impactos para a estruturação da condição de dependência das formações sociais sul-americanas, como dos principais conflitos que antagonizam esta investidura e apontam para enfrentamentos concretos da racionalidade hegemônica.

Capítulo 1

O ESPAÇO SUL-AMERICANO NA TOTALIDADE DO CAPITAL

O espaço sul-americano é incorporado à expansão do capital a partir das Grandes Navegações, precisamente na fase de predominância do capitalismo comercial, entre o final dos séculos XIV e XV. Se as Grandes Navegações preparam o mercado mundial, é só a fase do capitalismo industrial que vai consolidar este processo (MARX e ENGELS, 1998). “O capitalismo herda a escala global na forma do mercado mundial. De fato, a produção dessa escala, embora incompletamente no início, é uma das condições que torna possível o desenvolvimento do capitalismo.” (SMITH, 1988: 201). O espaço sul-americano, tal qual é estruturado, passa a ser parte integrante da totalidade do capital, afinal, o capitalismo, por natureza, tem uma escala global (HARVEY, 2013), fazendo do processo de colonização um elemento mesmo da sua dialética interna de acumulação.

1.1. O padrão colonial de dominação externa das riquezas minerais sul-americanas no capitalismo comercial

A integração do espaço sul-americano se deu a partir da produção de uma divisão mundial do trabalho que colocou todas as principais colônias numa posição subordinada frente às metrópoles, política e economicamente. Marx e Engels enfatizam como este processo de subordinação é inerente à lógica do próprio desenvolvimento da classe dominante do capitalismo:

Da mesma forma como torna o campo dependente da cidade, ela [a burguesia] torna os países bárbaros e semibárbaros dependentes dos civilizados, os povos agrários dependentes dos povos burgueses, o Oriente dependente do Ocidente. (MARX e ENGELS, 1998, p. 12)

Na divisão mundial do trabalho, o espaço sul-americano passou a cumprir a função primordial de fornecedor de produtos primários - riquezas naturais e agrícolas - para as metrópoles. Conforme Leff (2009, p. 205) “O ambiente e os recursos naturais constituem a base material para qualquer forma de desenvolvimento econômico”, portanto, na essência do desenvolvimento do próprio capitalismo está imbricado o processo de subordinação da natureza, afinal a substância da valorização é medida pelo trabalho que é, por sua vez, definido pelo metabolismo social de transformação da natureza. A subordinação do trabalho e da natureza por meio do trabalho se dá particularmente no espaço sul-americano, a partir da subordinação dos povos originários e da natureza que importava ao processo de acumulação.

No processo de modernização, a conquista, colonização e integração ao mercado mundial das culturas pré-capitalistas interromperam o projeto civilizador das diversas culturas dos trópicos, fundado num processo de coevolução etno-ecológica dentro das mais variadas condições no seu entorno geográfico e ecológico. A natureza como fonte de simbolização e significação da vida, suporte e potencial de riqueza material e espiritual dos povos, se foi convertendo em fonte de matérias-primas desvalorizadas, que alimentaram uma acumulação de capital em escala mundial. (LEFF, 2009, p. 98)

No período embrionário do capitalismo, isto é, na fase comercial recém-saída do feudalismo europeu, o ancoradouro geral da riqueza era medido em metais preciosos extraídos da natureza. A natureza em si não tem valor, mas pode ser colocada em movimento na esfera da acumulação e reprodução do capital. Medeia este processo o valor de troca que põe em circulação os valores de uso naturais e

encerra a dialética na esfera do mercado, transformando a natureza em mercadoria, isto é, unidade básica de capital. O principal fluxo de capital, no período colonial, se dá da colônia a metrópole. Furtado (2007, p. 57) atesta: “Segundo dados coletados por E. J. Hamilton, entre 1503 e 1650 a Espanha recebeu de suas colônias americanas 181 toneladas de ouro e 16 887 toneladas de prata”.

Está claro, pues, que desde el principio el verdadero flujo de capital extranjero ha sido de América Latina hacia las metrópolis. Esto significa que América Latina ha tenido recursos o capital de inversión propio, pero que gran parte de él ha sido llevado al exterior e invertido allí, y no en América Latina. Esta transferencia de capital al exterior, y no su supuesta inexistencia en América Latina, ha sido evidentemente la causa principal de las necesidades latinoamericanas de más capital para inversión, tal como el aportado por extranjeros. (FRANK, 1965, p. 213)

Na lógica global do capitalismo mercantil esta inserção do espaço sul-americano já denota um sistema básico de colonização e dominação externa que entranhou novas relações de produção, isto é, um padrão de dominação externa (FERNANDES, 1981), notadamente marcado por uma direta subordinação política aos Estados Modernos emergentes na Europa, Espanha e Portugal, em especial, mas também marcada por uma subordinação econômica ao capital mercantil holandês, veneziano, italiano, etc. que financiava grande parte das explorações, cuja finalidade era extrair os recursos naturais e humanos dos satélites coloniais para o enriquecimento das metrópoles (FRANK, 1965).

O desenvolvimento desse padrão de dominação externa conformou no espaço sul-americano um meio técnico (SANTOS, 2009) cujo aparelhamento do espaço era para dar vazão às riquezas aqui exploradas. A exploração do ouro, sobretudo na exploração aluvional, que esteve mais ligada aos períodos iniciais da colonização, não adensou o espaço de um corpo técnico tão amplo, pois era uma atividade extrativa mais simples com baixa composição de valor. Mas, a exploração de prata e seu refinamento, ao contrário, reivindicavam importantes imobilizações de capitais em instalações hidráulicas e mecânicas (FURTADO, 2007), por exemplo, o que adensou um aparelhamento maior do espaço nas áreas relativas a este tipo de exploração e as dinamizou.

A dinamização da economia nas zonas argentíferas, todavia, não é sinônimo de nenhum rebatimento benéfico sobre as populações originárias. A mina de prata em Potosi que atualmente localiza-se na Bolívia², por exemplo, que foi a maior mina das colônias, se transformou num dos maiores núcleos populacionais do período, contudo, era também um dos maiores bolsões de exploração e pobreza, sobretudo de força de trabalho indígena. Além disso, a descoberta da técnica de amálgama de mercúrio em 1570 no México revolucionou a produção de prata, de modo a incorporar a esta produção uma atividade produtiva a montante que era a extração de mercúrio, na qual o território que atualmente é o Peru cumpriu o papel de importante fornecedor sul-americano. Os investimentos feitos nestas atividades eram majoritariamente estrangeiros, o que já sublinha neste padrão colonial de dominação externa o caráter espoliativo que o capital estrangeiro impõe:

En la era colonial del desarrollo capitalista, pues, el capital extranjero fue ante todo un estímulo auxiliar del saqueo de recursos, la explotación del trabajo y el comercio colonial, que iniciaban el desarrollo de la metrópoli europea y simultáneamente el subdesarrollo de los satélites latinoamericanos. (FRANK, p. 214)

Como a inserção das economias sul-americanas na economia mundial, foi baseada numa estreita relação com a extração das riquezas naturais e atividades agrícolas, Celso Furtado (2007, p. 97) esboçou uma importante classificação da inserção destes países no plano internacional, a partir de uma tipologia das exportações dos produtos primários.

Nesse processo de inserção configuram-se três tipos de economia exportadora de produtos primários: a) economia exportadora de produtos agrícolas de clima temperado, b) economia exportadora de produtos agrícolas tropicais, e c) economia exportadora de produtos minerais.

O primeiro tipo corresponde a países como Argentina e o Uruguai que se caracterizaram pelo uso extensivo de suas terras, uso este que demandou a estruturação de um importante sistema de transportes nesses países, unificando indiretamente o mercado interno em torno dos grandes portos de exportação, visto

² “O censo realizado pelo vice-rei Francisco Toledo de 25 anos depois da descoberta da mina de Potosí revelou a existência de uma população de 120 mil pessoas vivendo em torno da famosa montanha de prata. Em 1650 essa população alcançava 160 mil, sendo o maior grupamento urbano que existia nas Américas na época colonial” (FURTADO, 2007, p. 65).

que, por se tratar de produtos ligados ao clima temperado precisavam competir com os produtos dos países europeus, além da competição com a colônia estadunidense que tinha a vantagem de estar numa maior proximidade geográfica com o mercado europeu. Esta competição obrigou esses países a marcharem rumo a um aparelhamento técnico maior dos seus meios geográficos, de modo que colocassem seus produtos em condições competitivas no cenário global.

No segundo tipo podemos encaixar o Brasil e inicialmente também a Venezuela que depois, no século XX, salta para o tipo três com a exportação de petróleo, aliás, o Brasil também conhece seu período aurífero em momento sucessivo ao que o açúcar de cana era o centro de gravidade da economia. Todavia, no período colonial são notadamente exportadores de produtos tropicais. Estes países, por sua vez, por não encontrarem um cenário de competitividade com os países de mais alto nível das forças produtivas da época, a produção não reivindicara um aparelhamento tão significativo do meio como no caso dos países exportadores de produtos de clima temperado.

Nas economias de produtos minerais têm-se países como Bolívia, Peru e Chile, na América do Sul. Nas localidades onde se desenvolvia a atividade, é importante destacar que um complexo de relações de produção se imbrica, pois, se por um lado, é uma atividade cujo perfil é exportador, por outro, arruma o espaço interno, sobretudo nas áreas contiguamente mais aptas e próximas, a serem importantes polos de fornecimento de alimentos às localidades mineiras, como foi o caso do Chile.

Por isso mesmo, o Chile, se assim quiser, pode-se desencaixar da tipologia, pois não era um forte centro exportador de minerais, tampouco forte exportador de produtos agropecuários, na verdade, o Chile era um produtor agropecuário articulado ao abastecimento do polo peruano. O fato é importante porque possibilita a estruturação de uma burguesia local com interesses regionais que, ao estourar os processos independentistas, não sofre tanta instabilidade política e estrutura rapidamente um Estado.

Afora o padrão de dominação do antigo sistema colonial, segundo Florestan Fernandes (1981), o espaço sul-americano passará por mais três fases da

dominação externa até a década de 1970, pois cada mudança na conjuntura mundial impacta diretamente as economias com altos coeficientes de dependência externa. O segundo tipo de dominação externa esteve ligado à desagregação do sistema colonial e a emergência das nações europeias com amplo controle sobre o sistema comercial de mercadorias da América do Sul, em especial a Inglaterra do período de consolidação do capitalismo liberal. Outra fase esteve intimamente ligada à ascensão do imperialismo europeu e, por fim, uma última fase estruturada em torno da hegemonia dos Estados Unidos.

Embora, os diferentes padrões de dominação externa correspondam a momentos sucessivos da história, não significa que todos os países sul-americanos passaram por todas estas fases, pois no espaço convivem diferentes temporalidades (SANTOS, 2009). Acresce-se a isso que cada fase da dominação externa tem estreita relação com a dominação interna estabelecida no seio de cada território e, portanto, na maneira como o capitalismo opera concretamente em cada formação social.

O conceito de formação social “diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso.” (SANTOS, 1977, p. 81-82). Portanto, a situação concreta de como o capital opera numa dada sociedade conformando sua estrutura econômica e sua superestrutura (SERENI, 2013) numa respectiva base territorial historicamente determinada. A imbricada relação, no plano concreto, entre estrutura e superestrutura encontra seu epítome no território demarcado pela superestrutura político-jurídica do Estado³ e corriqueiramente este é o limite escalar de análise que este nível de abstração conceitual - a formação social - permite, não sendo correto, portanto, aglutinar um conjunto de países com semelhanças na sua trajetória socioespacial no conceito de formação social, isto é, numa abordagem escalar supranacional, como no caso da presente análise dos países sul-americanos.

³ “A noção de formação econômico-social nos remete à constituição do capitalismo em unidades político-econômicas e territoriais limitadas.” (OSÓRIO 2012, p. 40)

Uma formação socioeconômica é “uma totalidade, um sistema que se define a partir de sua elaboração”, isto é, “não de uma maneira caprichosa, mas em obediência àquelas leis que, fundamentalmente, exprimem um dado modo de produção ou a passagem a um outro modo de produção”. (A. Aguilar, 1974, p. 93-96) Para alguns autores essa noção é um conceito geral. Para Kelle e Kovalson (1973, p. 41) a noção de formação social abrangeria “aspectos essencialmente gerais e típicos de países diversos, mas que se encontram em um estágio de desenvolvimento semelhante, esse dado geral que se encontra debaixo das especificidades de cada história individual”. Os que raciocinam dessa forma encontram companhia naqueles que falam, e isso é frequente, de uma formação social “latino-americana” ou de uma formação social “africana”. (SANTOS, 2012, p. 242)

Por isso mesmo é preferível trabalhar com a categoria padrão de reprodução do capital quando se tratar de analisar esse conjunto de formações sociais singulares aglutinadas no espaço sul-americano, diferentemente de estudos como o de Ramos (2003) e Santos (2010) que tratam de uma “formação social latino-americana” e “sul-americana”. Analisar as diferentes formações sociais sul-americanas implicaria num estudo monográfico de cada realidade, de modo a evidenciar suas determinações concretas no plano de suas singularidades. Na perspectiva do padrão de reprodução busca-se a unidade nas diferenças das formações sociais que, conforme Carcanholo (2014), é assegurada pela condição de dependência que atravessa sem exceção todos os países latinos.

1.2. Padrão de reprodução do capital e inserção dependente da América do Sul na divisão mundial do trabalho

A noção de padrão de reprodução do capital aparece, então, para dar conta do nível intermediário de abstração vagado entre a formação social e o sistema mundial capitalista, surgindo, por definição, “para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles” (OSÓRIO, 2012, p. 40).

Ancoradouro empírico desta formulação teórica é a reprodução capitalista do espaço latino-americano, em especial das economias latinas com um “‘maior desarrollo relativo’ (Brasil, México, Argentina, Chile)” (ACOSTA; ITURRALDE, 2013), notadamente, a partir do período histórico que inaugura a situação de dependência,

ou seja, a Revolução Industrial do século XIX e a consequente consolidação da divisão mundial do trabalho, num contexto específico de independência política dos países latinos (MARINI, 2008, p. 111). Diferentemente da noção de padrão de dominação externa que atravessa todas as fases da história latino-americana, o padrão de reprodução do capital é próprio do período do capitalismo industrial, pois tangencia diretamente o fenômeno da dependência que de modo algum se confunde com o fenômeno colonial.

Segundo esta proposta teórica, o espaço latino-americano e por derivação, o espaço sul-americano, tem imbricado em sua ossatura três grandes padrões dominantes, ponderando, todavia, que no espaço convivem diferentes padrões numa mesma temporalidade e que, entre um padrão e outro, há sempre um período de transição. Conquanto, surgindo um novo padrão não significa necessariamente que os demais serão exorcizados, mas devêm subordinados. Os padrões são, portanto, o agromineiro exportador, o industrial e o novo padrão exportador de especialização produtiva, cada um sendo dominante num período correspondente e com um respectivo meio espacial. O quadro 1 esquematiza os padrões.

Quadro 1. Padrão de reprodução do capital na América Latina e os meios geográficos

Padrão dominante	Período que abrange	Meio geográfico
a) Padrão agromineiro exportador	Até segunda década do século XX	Meios técnicos
b) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930	
c) Padrão industrial	Segunda metade dos anos 1930	
Etapa internalizada autônoma	Até os 1940	
Etapa de integração ao capital estrangeiro	Desde os anos 1950	Meios técnicos-científicos
d) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 a 1980	
e) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente	Meio técnico-científico-informacional

Fonte: Elaboração própria, a partir de Osório (2012) e Santos (2009; 2012).

Os monumentais saques das riquezas naturais sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o surgimento da grande indústria, alterando profundamente as bases da divisão do trabalho. O espaço sul-americano, integrado a lógica da divisão mundial do trabalho, é produzido, neste contexto, em estreita consonância com o capitalismo mundial e é condição de acumulação mesma para o seu desenvolvimento.

No mínimo desde Bukharin (1984), é sabido que o fundamento da divisão do trabalho no capitalismo não é apenas trocar mercadorias distintas, mas reduzir, sobretudo, os custos de produção mesmo que, para isso, se troque mercadorias iguais. Desenvolvido o sistema manufatureiro da grande indústria é também preciso desenvolver uma divisão do trabalho que acerte na redução dos custos de produção com o fornecimento de matérias-primas e alimentos equivalentes, especializando os espaços cada vez mais espelhados nas relações de produção e, por definição,

aumentando as desigualdades espaciais desde o plano das relações cidade-campo, até as relações entre países centrais e dependentes.

O aprofundamento desta divisão do trabalho em escala mundial prescinde a situação colonial como forma política dominante, sobretudo porque o denominado Pacto Colonial se torna um amortecedor ao fluxo livre de mercadorias entre os diferentes países, limitando o intercâmbio no plano geral. O advento da fase liberal do capitalismo seguiu então estimulando os processos independentistas na América do Sul e criando as instituições (Estados, mercados de terras, mercados de força de trabalho) congruentes a esta fase. São as chamadas reformas liberais, que mudam o perfil das classes dominantes revitalizando substantivamente o comércio exterior (BAMBIRRA, 2013).

Se antes, mercadorias de países estranhos ao Pacto Colonial entravam nas colônias via contrabando, salvo o caso de tratados específicos, o capitalismo da livre concorrência que tem polo hegemônico na Inglaterra aumenta os fluxos de mercadorias para as antigas colônias. Assim a divisão mundial do trabalho acentua o padrão agromineiro exportador nos países sul-americanos, reafirmando o papel exportador de produtos primários e importador de bens manufaturados.

Se os produtos sul-americanos encontram seu mercado no exterior, o mercado interno é relegado ao segundo plano, elemento este que será parte estruturante da situação de dependência. Este elemento agravado com o padrão agromineiro exportador permeia a realidade de tamanha forma que passa a ser um elemento estrutural do capitalismo sul-americano. Separado o espaço da produção do espaço da realização, visto que o lugar da realização é irrevogavelmente o mercado externo, a produção sul-americana prescinde, contudo, um mercado interno desenvolvido o que dá margem histórica ao fundamento basilar da dependência, a superexploração do trabalho (MARINI, 2008). Isto porque, prescindindo de um mercado interno desenvolvido, a taxa de exploração aumenta intensiva e extensivamente sobre a força de trabalho, além de remunerá-la abaixo do seu valor.

Ainda sobre a dimensão da dependência a partir da esfera da circulação, cresce-se que o padrão de consumo construído para as burguesias dos países dependentes sul-americanos é feito, sobretudo, com os bens de luxo provenientes do exterior, não

reivindicando por isso uma produção interna, não à toa, os ensaios industrializantes iniciais dos países sul-americanos foram baseados em bens de consumo populares. Celso Furtado (2013), estabelecendo as conexões entre subdesenvolvimento e dependência – em sua interpretação particular de dependência -, aponta como os bens de luxo aportam altas tecnologias. Não sendo estimulada sua produção internamente, o desenvolvimento tecnológico também é retraído e mesmo quando o é produzido internamente, o investimento externo direto o colocará sobre sua batuta.

Passada a fase que o padrão agromineiro é dominante, medeia uma fase de transição que aponta a conformar um padrão industrial que advém a despontar em alguns países sul-americanos antes mesmo do pós-guerra, países estes cuja industrialização foi corolário da expansão e da transformação do setor primário-exportador. Estes países que no contexto sul-americano vão ter um processo industrial pioneiro serão relativamente denominados de países de industrialização antiga (BAMBIRRA, 2013)⁴.

A indústria surge impulsionada originariamente pelas próprias leis de movimento que regem o desenvolvimento do setor exportador, mas logo gesta sua própria dinâmica e se torna independente deste setor. No entanto, sua independência é relativa, pois embora a indústria tenda, no final das contas, a subordinar o setor exportador, necessita dele como condição de sobrevivência e expansão. Seus limites estão dados, portanto, pela dependência em relação ao funcionamento do setor exportador, que é, em última instância, a dependência em relação ao funcionamento do sistema capitalista mundial em seu conjunto. (BAMBIRRA, 2013, p. 77)

Esse momento histórico é inscrito num contexto onde o capital a nível global apresenta sua face monopolista e imperialista ao mundo (LÊNIN, 2012)⁵, afirmando seu poderio econômico e expandindo-se extensa e intensivamente pelo globo

⁴ “Os países que já tinham começado a industrialização antes do pós-guerra são: Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia. Desses países, a Argentina e o México, desde o fim do século XIX, já tinham um significativo setor industrial” (BAMBIRRA, 2013, p. 56).

⁵ “Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) de 1860 a 1870, o grau superior, o ápice de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2) depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, que ainda constituem apenas uma exceção, ainda não são sólidos, representando somente um fenômeno passageiro; 3) auge de fins do século XIX e a crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo.” (LÊNIN, 2012, p. 44)

(BUKHARIN, 1982), de modo a tender dominar importantes segmentos de mercados, matérias-primas e força de trabalho, a ponto de culminar numa corrida interimperialista.

Os fluxos de capitais britânicos para América Latina, principal potência do período, ilustram este processo:

A inversão britânica na América Latina em 1914 foi estimada em 740 milhões de libras esterlinas, o que constituía a quinta parte da inversão inglesa no mundo. Essa inversão estava assim distribuída: 310 milhões na Argentina; 140 milhões no Brasil; 100 milhões no México; 60 milhões no Chile; 40 no Uruguai; 30 no Peru, 30 em cuba e 20 milhões no resto do continente. (BRUIT, 1982, p. 31)

Neste cenário geral marcado pelo imperialismo, nos países dependentes se desenvolvem um conjunto de projetos nacionalistas que têm nas burguesias industriais a principal fração hegemônica: *“paralelamente à internacionalização da economia e do capital, opera-se um processo de aglutinação nacional, de nacionalização do capital – processo prenhe de consequências.”*. (BUKHARIN, 1982, p. 72; itálico do autor)

Como as particularidades políticas do imperialismo são a reação em todos os lugares e a intensificação da opressão nacional – consequência da opressão da oligarquia financeira e da supressão da livre concorrência -, uma oposição democrática pequeno-burguesa ao imperialismo aparece em quase todos os países imperialistas em princípios do século XX. (LÊNIN, 2012, p. 151)

Destaca-se que neste período o espaço sul-americano está cravado no bojo da segunda revolução tecnológica, caracterizado pela aplicação ampla dos motores elétricos e a combustão nos diversos ramos industriais (MANDEL, 1982), além de ser um período marcado por diversos investimentos externos diretos, sobretudo ingleses, no âmbito da construção de ferrovias para ampliar o processo geral da circulação - e note-se que as ferrovias são puro ferro.

Cada grande revolução tecnológica tem uma respectiva base real demandada na natureza (PORTO-GONÇALVES, 2013) e coloca novos valores de uso no processo de reprodução. Assim como na primeira revolução tecnológica o uso de carvão-mineral era indissociável das máquinas a vapor e as máquinas mesmas são constituídas em boa medida de ferro, aço, etc. A segunda revolução tecnológica,

coloca o cobre como um valor de uso indispensável à revolução elétrica, bem como o petróleo. Assim, os países sul-americanos que por sorte (ou azar) tenham estes valores de uso em seu território são acionados ao processo de reprodução.

A indústria extrativa segue então este curso, alcançando limitações referentes ao crescimento industrial de cada formação social sul-americana e a maneira como a divisão mundial do trabalho a interpela. Todavia, neste período, tais indústrias encontram-se dispersas em pequenos investidores privados nacionais e estrangeiros e não alcançam a estatura das empresas de bens de consumo populares, sobretudo nos países de industrialização antiga. Aliás, estas indústrias se estruturam, em grande medida, rebocadas pelos setores industriais mais dinâmicos à época.

Neste curso, o processo de industrialização se desenvolve em alguns países sul-americanos entre o último quartel do século XIX e início do século XX. Todavia, o padrão industrial começa a se expressar de forma dominante a partir da crise mundial dos anos 30 que retraiu drasticamente a demanda mundial por produtos primários e impulsionou o processo denominado de substituição de importações. Tal processo teve um período marcado por fortes intervenções nacionalistas que giraram o papel do Estado para um caráter mais intervencionista e com isso demarcam uma fase qualitativamente diferente do capitalismo concorrencial clássico.

O desenvolvimento da indústria extrativa só será uma realidade mais intensa, portanto, a partir dos anos de 1940 e 1950, onde se desenvolvem importantes indústrias como, por exemplo, a Vale no Brasil (1942), a Corporação Nacional do Cobre do Chile - Codelco (1955), a Corporação Mineira da Bolívia - Comibol (1952), etc. Até então, estas estavam diretamente atreladas ao contexto nacionalista em vigor, calçado no processo de substituição de importações, mas já diretamente relacionada ao processo da revolução técnico-científica e seu meio correspondente. Tal configuração foi produzida, sobretudo, a partir da aterrissagem do capital estrangeiro no período pós-Segunda Guerra, costurada, a partir de uma ampla aliança de classes entre os capitais nacionais privados e estatais e o capital

estrangeiro, estes últimos provenientes, sobretudo dos Estados Unidos que se afirmaram como a principal potência do mundo capitalista.

“No período entre 1951 e 1955, a América Latina foi a região em que se verificou a maior entrada líquida de capitais, equivalente a 3,28 bilhões de dólares, que representam 30% do total mundial; entre 1956 e 1960, esta cifra subiu para 5,65 bilhões de dólares, superada apenas pela espetacular entrada de capitais no sudeste asiático, que alcançou 8 bilhões de dólares. Esta etapa do imperialismo, que se consolida no pós-guerra, caracteriza-se não apenas pela nova expansão imperialista num mundo liderado pelos Estados Unidos, mas também, e fundamentalmente, pela forma e orientação que tomará tal expansão. Neste sentido, o imperialismo, em sua corrida expansionista e integradora, não irá se orientar, a partir de então, somente para o domínio das fontes de matérias-primas e mercados, pois, já tendo assegurado um nível fundamental de controle sobre estas fontes, pode dirigir sua atuação para a busca dos investimentos que passam a ser mais vantajosos na atual fase: os investimentos nos setores manufaturados.” (BAMBIRRA, 2013, p. 124-125)

O período que tange do pós-Segunda Guerra até o início da década de 1970 é caracterizado como uma das mais longas ondas de expansão das taxas de lucros do capital (MANDEL, 1982), promovendo uma época de crescimento consistente nos países capitalistas avançados (HARVEY, 2014b) que pela própria lógica cíclica do capital encontrou seu teto e tendeu a uma profunda crise que forçou um amplo processo de reestruturação em toda a sua lógica de reprodução.

1.3. A reestruturação do padrão de acumulação do capital a partir da década de 1970

A partir da década de 1970, o capitalismo passa por uma importante transformação na sua forma particular de acumulação, demarcando um processo que caminha para uma flexibilização maior na produção, circulação e no consumo, isto é, no processo global da acumulação. Este processo, denominado de reestruturação produtiva, apresenta as condições para o capital saltar de sua etapa fordista para a etapa de acumulação flexível. Isto no cenário geral, pois no espaço convivem temporalidades diferentes e, portanto, formas distintas de acumulação.

As mudanças no processo produtivo deste período são, obrigatoriamente, seguidas de mudanças nos arranjos políticos e institucionais, no perfil da luta de classes, bem como nas regulações econômicas e na arrumação das atividades produtivas sobre o espaço, ou seja, na divisão mundial do trabalho. O Estado Keynesiano, pilar

importante da etapa fordista, cede lugar em importância ao Estado neoliberal, assim como as organizações sindicais sofrem uma forte investida nos países centrais, tanto pela flexibilização do trabalho, como pela inserção dos Novos Países Industrializados que fazem deslocar montantes importantes dos investimentos para países com força de trabalho mais precarizada.

No aspecto financeiro, é importante pontuar que a revolução tecnológica do pós-guerra substanciou um importante desenvolvimento nos sistemas de comunicações e infraestrutura física – nas forças produtivas, em geral -, autorizando o capital aumentar profundamente a sua circulação pelo globo e agudizar seu sistema de crédito e de capital fictício.

Os novos sistemas financeiros implementados a partir de 1972 mudaram o equilíbrio de forças em ação no capitalismo global, dando muito mais autonomia aos sistemas bancário e financeiro em comparação com o financiamento corporativo, estatal e pessoal. A acumulação flexível evidentemente procura o capital financeiro como poder coordenador mais do que o fordismo fazia. Isso significa que a potencialidade de formação de crises financeiras e monetárias autônomas e independentes é muito maior do que antes, apesar do sistema financeiro ter mais condições de minimizar os riscos através da diversificação e da rápida transferência de fundos de empresas, regiões e setores em decadência para empresas, regiões e setores lucrativos. Boa parte da fluidez, da instabilidade e do frenesi pode ser atribuída diretamente ao aumento dessa capacidade de dirigir os fluxos de capital para lá e para cá de maneira que quase parecem desprezar as restrições de tempo e espaço que costuma ter efeito sobre as atividades materiais de produção e consumo. (HARVEY, 2014a, p. 155)

Na acumulação flexível, o capital financeiro passa cada dia mais a condição de capital fictício e se solta exponencialmente de sua base material, sobretudo, a partir do rompimento com o padrão-ouro imposto pela hegemonia estadunidense e o advento do padrão-dólar descolado de um lastro real. Se por um lado o capital ganhou uma volatilidade maior, por outro a tendência a sobreacumulação de capitais fictícios se coloca como um dos maiores desafios para os administradores do capital.

O capital fictício encerra em si, uma dialética pendular que o empurra imediatamente tanto para uma sobreacumulação de capitais, como para possibilidades de escapar da sobreacumulação, através de ajustes espaço-temporais (HARVEY, 2006). Os ajustes espaço-temporais são maneiras de o capital alargar a sua atuação espacial

e, portanto, ampliar a sua expansão geográfica e também de explorar valores de usos futuros, através de grandes investimentos em capital fixo, da redução do tempo de giro das mercadorias e a conseqüente antecipação do consumo. A expansão geográfica, por sua vez, decorre quando os limites territoriais de uma determinada potência econômica já não conseguem absorver novas inversões ou estas são mais lucrativas em outras formações sociais, restando a exportação de capitais como alternativa a esta sobreacumulação.

A exportação de capitais, por sua vez, foi enormemente facilitada por esse sistema financeiro que cria as condições objetivas para esta flexibilidade necessária aos ajustes espaciais e temporais.

Na atual fase, contudo o que importa não é tanto a concentração de poder em instituições financeiras quanto a explosão de novos instrumentos e mercados financeiro, associada à ascensão de sistemas altamente sofisticados de coordenação financeira em escala global. Esse sistema financeiro foi o que permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporal da acumulação capitalista. A nação-Estado, embora seriamente ameaçada como poder autônomo, retém mesmo assim grande poder de disciplinar o trabalho e de intervir nos fluxos de mercado financeiros, enquanto se torna muito mais vulnerável a crises fiscais e à disciplina do dinheiro internacional. Estou, portanto, tentando ver a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crises do capitalismo do que o contrário. Isso implicaria que o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos. (HARVEY, 2014a, p. 181)

O capital financeiro rearranjou o espaço, afinal, cada reestruturação do capital é também espacial. Se capital é movimento, processo, autovalorização; a acumulação flexível é o aumento desta dinâmica do movimento no tempo e no espaço, de modo que o próprio tempo e espaço se tornam mais dinâmicos, o espaço mais espesso e o tempo com uma densidade maior de eventos. Numa mirada imanentemente capitalista, uma compressão da relação espaço-tempo (HARVEY, 2014a).

O capital fictício, em tese, tem uma relação estrita com o capital fixo. Se por um lado, descola-se de um lastro, por outro, permite a “imobilização” maior de capital nos

projetos que aumentam largamente a chamada composição do valor⁶ no espaço, sem precisar retirar de circulação montantes reais que comprometeriam sua lógica de funcionamento. Neste aspecto o Estado se mostra um sujeito imprescindível e cumpre um papel ativo no processo de acumulação (HARVEY, 2005).

Não se pode esquecer que todas as grandes mudanças no padrão de acumulação do capital e conseqüentemente nos arranjos institucionais que o suportam são expressões, no plano aparente, da grande onda decrescente da taxa de lucro, a partir dos anos 1970 que perdura até os dias atuais (MANDEL, 1982), ocasionando uma ampla crise econômica que a literatura marxista já consensua não se tratar apenas de mais uma crise cíclica.

Este declínio das taxas de lucros pode ser medido tanto pela notada queda na lucratividade do capital industrial nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde os anos 1970, consubstanciando aquilo que foi denominado de “grande depressão econômica” (CHESNAIS, 1996) que se arrasta até os dias atuais e se reverbera com as crises cíclicas, quanto pelo cálculo da taxa de crescimento do produto mundial que estimava 4% entre 1960 e 1973 e não passa de 1,2% entre 1980 e 1993 (CHESNAIS, 2007). Este fenômeno, por isso, se diferencia das crises cíclicas conjunturais pelo caráter permanente e duradouro, caracterizando-se como uma profunda crise estrutural (MESZÁROS, 2003), com efeitos sísmicos tanto no terreno econômico como também político.

É sabido que em situação de crise a tentativa de retomada da acumulação é dada por um conjunto de fatores: 1. penetração do capital em novas esferas de atividades; 2. criação de novas necessidades de consumo; 3. aumento do exército de reserva e paradoxalmente do mercado consumidor [ofensiva sobre o trabalho]; 4. exportações de capitais para novas áreas (HARVEY, 2005, p. 47-48), etc.

Ampliando a lente sobre estas pistas de Harvey no plano do desenvolvimento capitalista, a penetração do capital em novas atividades é caracterizada como um

⁶ “[...] o conceito de composição orgânica está ligado a determinações dentro da empresa e, por isso, está dentro da arena do controle capitalista. A composição de valor, por outro lado, representa a relação geral entre trabalho vivo e o trabalho morto após todos os efeitos de interação e outras forças diversas dentro do mercado terem sido aplainados – está por isso ligada às determinações expressadas pela anarquia e pela desordem do mercado” (HARVEY, 2013, p. 201).

desenvolvimento intensivo da economia mundial (BUKHÁRIN, 1984) e amparado pela revolução técnico-científica herdada da terceira revolução tecnológica do pós-Segunda Guerra.

Assim, a aparelhagem eletrônica se desenvolve amplamente e se difunde intensivamente pelo globo, tanto no consumo consuptivo como produtivo, afinal, as inovações tecnológicas passam a permear pesadamente os processos produtivos e de circulação do capital. Deste modo, coloca novos valores de uso naturais em circulação, pois cada aparelhagem difundida tem uma ampla vinculação com diversas matérias-primas e, obrigatoriamente, faz retomar o desenvolvimento extensivo do capitalismo (BUKHÁRIN, 1984) e a necessidade de controle estratégico sobre determinadas porções do espaço.

A exportação de capitais é também notadamente amplificada neste período e suplanta em termo de importância o intercâmbio mundial. Neste sentido há um primado dos fluxos de investimento direto sobre o de mercadorias (CHESNAIS, 1996), acentuando a dimensão da exportação de capital. Todavia, a inversão da preponderância das mercadorias sobre o investimento direto não quer dizer que a massa de mercadorias circulantes diminuiu, ao contrário, aumentou 50% na década de 1980, sobretudo por conta do aumento do comércio intrafirmas (MARINI, 1996, p. 61).

A globalização mudou a importância relativa dos fatores causadores de interdependência. A internacionalização é dominada mais pelo investimento internacional do que pelo comércio exterior, e portanto molda as estruturas que predominam na produção e no intercâmbio de bens e serviços. Os fluxos de intercâmbio intracorporativo adquiriram importância cada vez maior. O investimento internacional é evidentemente acomodado pela globalização das instituições bancárias e financeiras, que têm o efeito de facilitar as fusões e as aquisições transnacionais. (OCDE, 1992, p. 21 apud CHESNAIS, 1996, p. 26)

Aterrissam nos territórios, cada vez maiores fluxos de investimentos estrangeiro. Estes podem ser investimentos em carteira ou investimentos diretos⁷, todavia, junto

⁷ “Embora essa distinção seja às vezes difícil, por razões contábeis, jurídicas ou estatísticas, considera-se um investimento estrangeiro como *investimento direto* quando o investidor detém 10% ou mais das ações ordinárias ou do direito de voto numa empresa. Esse critério, embora arbitrário, foi adotado porque estima-se que tal participação seja um investimento de longo prazo, permitindo a seu

com estes vêm também um conjunto de decisões que se impõem aos lugares, pois é da natureza do processo de transnacionalização a imposição de formas e normas (SANTOS, 2009). Os fluxos de investimentos diretos, por deterem um maior percentual de ativos, frente aos de carteira, também são aqueles que podem impor com maior eficiência suas lógicas ao local de pouso.

O aumento dos fluxos de capitais é também seguido de uma possibilidade real de aumento dos fixos (SANTOS, 2008) nas frações do espaço selecionadas a abrigar certas atividades produtivas ou frações do processo de produção global. Sendo que, quanto maior a quantidade de capital fixo impregnado, isto é, quanto maior a composição do valor no espaço, mais ele estará amarrado às relações sociais de produção capitalista. Segundo Marx (apud HARVEY, 2013, p. 300) "quanto maior for a escala em que o capital fixo se desenvolve [...] mais a continuidade do processo de produção [...] devém condição externamente imposta do modo de produção baseado do capital".

Os fluxos de IEDs passam então à uma crescente e colocam os países como espaços de valorização do capital. Esses fluxos são seletivos, escolhem os espaços que lhes possibilitem mais vantagens para se acomodar, seja no âmbito das vantagens locacionais (ou comparativas), como é o caso, por exemplo, dos fluxos invertidos em minerais e produtos agrícolas que são consequência direta de condicionantes naturais que aumentam os rendimentos sobre o produto, seja no âmbito da busca de conjunturas políticas favoráveis, dentro da ordem.

A volatilidade dos fluxos de IED é corriqueiramente associada ao grau de abertura dos países, à lógica da mundialização e ao alinhamento do projeto de Estado às movimentações mais gerais da divisão mundial do trabalho. As teorias do *mainstream* da economia defendem a entrada dos IEDs como medida necessária aos países periféricos, uma vez que suas respectivas poupanças não deem conta das inversões necessárias ao desenvolvimento e ao avanço das forças produtivas em geral. Neste último aspecto, os investimentos estrangeiros seriam capazes de

proprietário exercer influência sobre as decisões de gestão da empresa. [...] Já um investimento estrangeiro inferior a 10% será contabilizado como *investimento de carteira*. (OCDE, 1992 apud CHESNAIS, 1996, p. 56).

aumentar a dinâmica tecnológica desses países e com isso elevar o grau de desenvolvimento. Uma observação mais atenta, entretanto, nos permite afirmar que esses investimentos ao contrário de uma cooperação econômica, causam nos países periféricos forte dependência tecnológica e econômica e se instalam em setores selecionados que estão de acordo com a ordem global, sendo muito menos “complementos” ao desenvolvimento nacional e muito mais usuário (usuários) dos territórios para atender as demandas do capital global, aliás, esses investimentos, em geral, vêm para:

Segmentos de grandes cadeias produtivas globais, sob direção do capital transnacional, que já não obedecem a projetos nacionais de desenvolvimento, sendo o capital mundial, ao contrário, o que define que nichos privilegiar e impulsionar nas economias específicas. (FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M., 2012, p. 113)

O capital estrangeiro é de tal importância para a compreensão da dinâmica sul-americana que Bamberger (2013) traçou uma tipologia dos países do Continente, cujo pano de fundo era a dominação do capital estrangeiro sobre os setores-chave dos territórios. Na tipologia classifica os países como: (I) de industrialização antiga como Brasil, Argentina e México; (II) que se industrializaram após a Segunda Guerra como Peru e Venezuela; e (III) países que não conheceram industrialização até o último quartel do século XX (período que a autora fez a classificação). Em todos estes países, o processo (ou ausência) de industrialização está relacionado com o avanço ou o recuo do capital estrangeiro. Milton Santos (2003) nos aponta semelhante reflexão:

Sabendo-se que a estrutura dos investimentos tem um controle decisivo sobre a estrutura da produção, torna-se fácil compreender como este tipo de política pode levar a um tipo de dependência duradoura: a política de consumo está ligada a da produção e não se pode conceber um sistema socioeconômico redistributivista que não possua uma estrutura de produção adequada. (SANTOS, 2003, p. 25)

Por isso mesmo quanto maior o acervo do capital estrangeiro sobre os territórios e quanto maior o volume dos fluxos, mais o futuro das formações sociais estará comprometido com o condicionamento à dependência.

1.4. Impactos da reestruturação produtiva do capital nos países sul-americanos

Desde o início do século XIX, os capitais ingleses já penetravam nos territórios sul-americanos aparelhando-os, isto é, intensificando a composição do valor no espaço, seja para dar vazão as riquezas naturais dos territórios, seja para permitir a entrada de suas mercadorias. No pós-Segunda Guerra, se consolidada a mudança do polo de hegemonia capitalista, predomina o capital estadunidense e estes fluxos desordenam os territórios como um todo ou os ordenam a atender sua lógica. Estes fluxos se orientavam basicamente para substituir importações industriais em mercados bem protegidos e para explorar riquezas naturais. O protecionismo, neste caso inclusive, age em favor do capital estrangeiro.

Os fluxos de capitais provenientes do estrangeiro, em especial dos Estados Unidos assumem esta perspectiva sobre os países sul-americanos reforçando uma investidura expansionista do capital mais em seu viés ideológico e na perspectiva política e institucional que por grandes montantes propriamente econômicos, pois se a década de 1970 encerra os “anos dourados” do capital, os fluxos expansionistas também serão otimizados. Significa que no plano geral, isto é no mundo, os fluxos de IED aumentam a partir desta década, sobretudo nos chamados países da OCDE (CHESNAIS, 1996)⁸, por outro, no plano particular, ou seja, na América do Sul, a investidura do investimento estrangeiro direto especificamente, reduz.

A partir de los años setenta, se produjo un cambio importante en dos planos. Por una parte, se contrajo el dinamismo de la inversión extranjera en la explotación de recursos naturales, debido a la nacionalización de empresas extranjeras y a la imposición de barreras de entrada en un buen número de países de la región; y por otra, se inició un fuerte proceso de endeudamiento externo dirigido, entre otras motivaciones, a financiar proyectos de inversión pública. (ALBAVERA, F. S.; ORTIZ, G.; MOUSSA, N., 1998, p. 9)

A tendência política e teórica que irá operar esta investidura ideológica e política é o neoliberalismo, que colocará o poder do Estado a serviço da proteção das

⁸ “[...] o caráter essencialmente ‘intertriádico’ do IED, que, ao longo da década de 1980, se concentrou, em mais de 80%, dentro da área da OCDE. No mesmo período, as aquisições e fusões de empresas existentes representaram a modalidade predominante de investimento entre países da OCDE.” (CHESNAIS, 1996, p. 63)

instituições financeiras a todo custo, sendo todo conteúdo macroeconômico arranjado para dar suporte a esta perspectiva.

A investida neoliberal sobre o continente sul-americano tem data: 11 de setembro de 1973 com o golpe de Estado acometido no Chile. Segundo Perry Anderson (1995) o Subcontinente foi “testemunha da primeira experiência neoliberal do mundo”. Foi, por isso, laboratório importante das experiências neoliberais, sobretudo, acobertada por fatores extra-econômicos que se davam massivamente no Subcontinente, os denominados Estados de contra-insurgência (MARINI, 2011), ou seja, as ditaduras militares, que foram pilares importantes à implementação ou transição para os regimes neoliberais.

Se o Chile, nesse sentido, foi à experiência-piloto para o novo neoliberalismo dos países avançados do Ocidente, a América Latina também proveu a experiência-piloto para o neoliberalismo do Oriente pós-soviético. Aqui me refiro, bem entendido, à Bolívia, onde, em 1985, Jeffrey Sachs já aperfeiçoou seu tratamento de choque, mais tarde aplicado na Polônia e na Rússia, mas preparado originariamente para o governo do general Banzer, depois aplicado imperturbavelmente por Victor Paz Estenssoro, quando surpreendentemente este último foi eleito presidente, em vez de Banzer. Na Bolívia, no fundo da experiência não havia necessidade de quebrar um movimento operário poderoso, como no Chile, mas parar a hiperinflação. E o regime que adotou o plano de Sachs não era nenhuma ditadura, mas o herdeiro do partido populista que havia feito a revolução social de 1952. (ANDERSON, 1995, p. 20)

Neste contexto, alguns países sul-americanos serão acometidos por um esgotamento do crescimento econômico proveniente do processo de substituição das importações que já encontra seu teto no início da década de 1960 por questões que passam tanto pela grande capacidade ociosa das indústrias ao não encontrarem uma respectiva demanda efetiva, como pelas altas inflações da época, ou também, pelo fato de os bens de capital importados necessários à produção dos bens a serem substituídos encarecerem crescentemente os custos de produção (SALAMA, 2011). E a importação destes bens foi, em grande medida, feita a partir do endividamento externo.

Os países [sul-americanos] se engajaram, desde os anos 1970, em forte processo de endividamento externo, permitido pelo excesso de liquidez da economia internacional, após a alta dos preços do petróleo e o aparecimento dos “petrodólares”. (SALAMA, 2011, p. 09)

Este fenômeno dos petrodólares se deu, sobretudo, a partir da inconversibilidade do dólar em ouro, o que possibilitou a emissão massiva de dólares para o pagamento dos crescentes *déficits* estadunidenses. Somado a isto, a crise do petróleo da década de 1970 aumentou enormemente o preço do petróleo, o que deslocou para os países exportadores destas *commodities*, sobretudo árabes, importantes montantes destas moedas impressas, ocasionando tal excesso de liquidez. Foi deste contexto de liquidez que vieram os empréstimos direcionados aos países sul-americanos.

O endividamento dos países latinos é parte constitutiva da consolidação do sistema financeiro mundial (LOPÉZ, 1996), junto à quebra da conversibilidade do dólar, a mobilidade do capital para explorar distintas taxas de lucro, bem como o aumento dos empréstimos internacionais que são maneiras de dar vazão aos montantes superacumulados. Todavia, muito embora faça parte do sistema do capital a espoliação rentista, a situação objetiva dos países dependentes impõe teto a este quadro.

No início da década de 1980, o México declara moratória a sua dívida o que gera uma corrida seguida de um conjunto de países da América do Sul buscando recompor a pauta de pagamento das dívidas ao Fundo Monetário Internacional (FMI), é a chamada crise da dívida deflagrada a partir de 1982⁹. Neste mesmo ano, vale destacar, o banco central dos Estados Unidos (*Federal Reserve System* - FED) aumentou unilateralmente para 22% as taxas de juros da dívida brasileira¹⁰, fato que contribuiu para acentuar a dependência financeira de uma das principais formações sociais sul-americanas.

⁹ “Na crise dos anos 1970, grandes excedentes de dólares ficaram empilhados nos estados do Golfo como resultado do aumento dos preços do petróleo. Foram então reciclados na economia mundial pelos bancos de investimento de Nova York, que emprestaram para os países em desenvolvimento, preparando o cenário para a eclosão da crise mundial da dívida da década de 1980.” (HARVEY, 2011, p. 31-32)

¹⁰ “A decisão do FED de subir unilateralmente as taxas de juros americanas em outubro de 1979 (antes do 2º choque de petróleo) foi uma resposta à investida de europeus e japoneses, tomada com o propósito de resgatar a supremacia do dólar como moeda de reserva. Ao impor a regeneração do papel do dólar como *standard* universal através de uma elevação sem precedentes das taxas de juros, em 1979, os EUA, além de deflagrarem uma crise de liquidez para os devedores do Terceiro Mundo, deram o derradeiro golpe nas pretensões de reformar a ordem monetária de Bretton Woods.” (BELUZZO; TAVARES, 2004, p. 25)

Toda esta conjuntura cria um conjunto pujante de pressões para ajustar as economias sul-americanas de modo a atender as demandas dos países centrais que se tornam cada vez mais Estados rentistas (LENIN, 2012). Conforme observa sarcasticamente Stiglitz (apud Harvey, 2008, p. 84) “que mundo peculiar este em que os países pobres estão na verdade subsidiando os mais ricos”. Tais ajustes priorizando os sistemas financeiros e impostos por organismos internacionais, causam profundas quedas nas taxas de crescimento dos países sul-americanos, além do aumento do desemprego, da corrosão dos salários, etc. No correr da década de 1980, países como Brasil chegaram a taxas de 8% de desemprego em 1981, a Bolívia, 8,5% em 1982 e o Chile alcançou espantosamente quase 20% da taxa de desemprego no ano de 1982 (SILVA, 2013).

Contraditoriamente, mesmo com a importante presença do capital estrangeiro sobre as formações sociais sul-americanas, a partir desta reestruturação do padrão de acumulação, até o final da década de 1980, o grau de abertura das economias sul-americanas ao capital estrangeiro era relativamente baixo, sobretudo quando comparados às cifras ulteriores da década de 1990 ou à situação de certos países asiáticos no mesmo período. Isto implica que a política de austeridade imposta pelos organismos internacionais força uma redução dos investimentos públicos e dos gastos sociais para, então, priorizar o pagamento da dívida pública. Este processo vem a acentuar o estado recessivo, uma vez que o grau de investimento cai tendencialmente (SALAMA, 2011).

Por volta de 1994, cerca de dezoito países (como México, Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai) aceitaram acordos que previam o perdão de 60 bilhões de dólares de suas dívidas. Naturalmente, tinham a esperança de que esse alívio da dívida iria provocar uma recuperação econômica que lhes permitiria pagar num momento oportuno o resto da dívida. O problema estava no fato de o FMI ter imposto aos países que aceitaram esse pequeno perdão da dívida (quer dizer, pequeno em relação ao que os bancos poderiam ter concedido) que engolissem a pílula envenenada das reformas institucionais neoliberais. (HARVEY, 2008, p. 85)

Se a década de 1970 inaugura o neoliberalismo no mundo a partir do espaço sul-americano, a década de 1990 consolida o processo e hegemoniza as formações sociais do Subcontinente sob tal batuta. Os ajustes estruturais implementados para viabilizar o processo de neoliberalização foram originalmente elaborados por

economistas e funcionários do Banco Mundial e do FMI com o objetivo explicitado de controlar a vertiginosa alta dos preços dos países do “Terceiro Mundo” na década de 1980. Era o denominado Consenso de Washington da década de 1990 que, para tanto, impunha um conjunto de medidas macroeconômicas que arranjaram as economias e a política na perspectiva neoliberal. O Economista Pierre Salama (2008, p.364-365) detalha:

Estes eram os “dez mandamentos”: 1. Disciplina fiscal; 2. Reorientação das despesas públicas em benefício das necessidades de base – infra-estrutura, saúde e educação – e em detrimento do papel econômico do Estado; 3. Reforma fiscal a partir de um alargamento da base fiscal e de uma baixa das taxas impostas; 4. Liberalização das taxas de juros e abandono das taxas preferenciais para eliminar a “repressão financeira” e melhorar a seleção de investimentos graças a uma alta das taxas de juros; 5. Taxa de câmbio competitiva (não foi claramente indicado se deveria ser fixa ou flexível); 6. Liberalização do comércio exterior graças à redução drástica dos direitos alfandegários, ao fim dos contingenciamentos e à renúncia das autorizações administrativas; 7. Liberação para os investimentos estrangeiros diretos pelo abandono dos pesados e custosos procedimentos administrativos de autorização de repatriamento dos lucros, dos dividendos e outros royalties; 8. Privatização de empresas públicas; 9). Abandono das regulamentações que instituíam barreiras à entrada e à saída de capitais que diminuía sua mobilidade, favorecendo os monopólios; 10. Garantia dos direitos de propriedade.

Obviamente que a maneira como este processo se especializou resguardou peculiaridades das mais diversas, sendo que a correlação de forças políticas de cada país relativizou ou aprofundou determinadas medidas, mas em nível geral, as movimentações macroeconômicas para consolidar o processo neoliberal perpassam por estas diretrizes.

Se entendermos que no plano das riquezas naturais as relações de produção e as relações de propriedade são fundamentais para o processo de valorização (ACOSTA; ITURRALDE, 2013), vemos que as diretrizes do Consenso permeiam a um só golpe, diretamente esse par de relações, e impactam diretamente nas riquezas minerais. Expressão disso é que, ao longo da década de 1990, uma série de modificações nas legislações vai fomentar o avanço do capital estrangeiro e a diminuição do intervencionismo do Estado neste setor.

Com exceção do Chile cuja liberalização da legislação mineira se deu em 1983 (um ano depois de se transformar no maior produtor mundial de cobre), uma gama de países sul-americanos vai ter suas legislações modificadas ao longo dos anos 1990 com o objetivo de atrair o investimento estrangeiro direto, onerá-lo menos e aumentar as suas taxas de lucros: Peru em 1991, Argentina entre 1993 e 1994, Brasil em 1996, Bolívia em 1997, etc. (ALBAVERA, F. S.; ORTIZ, G.; MOUSSA, N., 1998)¹¹.

Muito embora tais legislações favoreçam a intrusão de capitais estranhos aos territórios, é importante salientar que todos os Estados sul-americanos “têm o domínio absoluto, inalienável e imprescindível sobre as minas” (ALBAVERA, F. S.; ORTIZ, G.; MOUSSA, N., 1998, p. 19). Assim se arranja a estrutura de propriedade, com base no particionamento da renda entre os agentes estatais, estrangeiros e/ou privados nacionais. Para selar essa arrumação, as privatizações de grandes indústrias extrativas estatais e minas relevantes se colocam como uma outra importante forma da investidura no âmbito das relações de produção.

Neste sentido, a implementação dos programas neoliberais cria as condições para o processo de privatizações e com isso os investimentos estrangeiros diretos supradimensionam seus fluxos para a América Latina, a ponto de o Continente, no ano de 1994, ter se tornado o principal destino dos investimentos em exploração das riquezas minerais do mundo (CEPAL, 2013), sobretudo porque a partir da década de 1990 os custos de produção destas atividades ficaram muito menores frente a países como Austrália, Canadá e Estados Unidos, onde a perspectiva ambientalista se colocava como mais um elemento a pesar na decisão dos grandes capitalistas da indústria extrativa.

Tal conjuntura mundial acentua processos antigos da natureza capitalista como as exportações de capitais para a dominação de importantes setores econômicos; além de uma investida muito forte sobre a natureza, o trabalho e o domínio dos territórios,

¹¹ Os anos e os países sobre a modificação nas legislações para estimular a entrada do investimento direto são baseados exclusivamente no relatório *Panorama Minero de América Latina: La inversión en la década de los noventa*, publicado em outubro de 1998, todavia no ano desta publicação estava em curso projetos de leis para modificação da legislação mineira ainda na Venezuela, Colômbia e Equador. Ver: ALBAVERA, F. S.; ORTIZ, G.; MOUSSA, N. (1998, p. 19)

fatos que consubstanciam velhas características da natureza do capital, mas permeadas de novos elementos econômicos e políticos que são próprios da dinâmica do capitalismo, afinal o capital não é coisa, mas movimento.

1.5. A atualidade do imperialismo e da teoria do imperialismo

O avanço neoliberal estrutura uma ampla dominação sobre os territórios sul-americanos, agudiza o processo de dependência e a orientação político-econômica de diversas formações sociais para o eixo da dominação hegemônica do capitalismo global. Até os anos de 1970 o imperialismo era a chave explicativa para a análise concreta da expansão espacial do capital sobre o mundo. A partir dos Estados hegemônicos que lhe alavancavam. Todavia, e paradoxalmente, quando a situação de dependência dos países latinos se acentua e o avanço imperialista das grandes potências hegemônicas se apresenta de maneira mais intensa, a teoria do imperialismo silencia (BORÓN, 2007).

Do ponto de vista epistemológico, a teoria do imperialismo é a ferramenta de continuidade da análise do movimento do capital no plano concreto da economia-política mundial, a partir de um contexto histórico específico que é o do surgimento do capital monopolista, sobretudo a partir dos anos setenta do século XIX. Isto coloca na essência da teoria do imperialismo, a fase do capital monopolista, em oposição à do capital concorrencial e versa explicar as determinações que levaram tal fase a ser definida no plano concreto, isto é, num contexto de crise, de alianças de classes específicas (particularmente, do capital produtivo ao bancário), de exportações de capitais e de demonstração de relações de forças no plano político mundial que se reverberou em guerras interimperialistas e partilhas territoriais.

O silêncio da teoria do imperialismo tem bases epistemológicas obviamente, mas também ontológicas, o que implica na necessidade de reavaliar profundamente sua conceituação e seu *lôcus* no âmbito da teoria marxista, de modo que sua atualidade seja demonstrada e atestada como uma categoria dialética que explique o capital em movimento, mas também que não prescindam de uma posição onde a teoria é o espelhamento de um momento da realidade e que, portanto, há profundas raízes reais para o silêncio da teoria do imperialismo.

Dentre os mais variados, o principal argumento para tal ocaso teórico está o advento da chamada teoria da globalização e da própria realidade da globalização (CALLINICOS, s/d; AMARAL & PAULANI, 2013; BORÓN, 2007). A globalização, a partir de uma perspectiva fabulosa (SANTOS, 2002), impor-se-ia de tal medida que decretaria o fim tendencial das fronteiras, acentuando o processo de neoliberalização e, portanto, de fagocitação dos Estados e de homogeneização e hegemonização dos territórios, diluindo, inclusive, as burguesias nacionais numa grandiosa burguesia global. François Chesnais (1996) reage profundamente a esta explicação da tendência do capitalismo e a opõe a noção de mundialização, apontando que os Estados, mais que nunca, são um forte agente no processo de mundialização e que o próprio termo globalização foi cunhado pelos intelectuais orgânicos do imperialismo dos Estados Unidos como uma poderosa ferramenta ideológica própria do processo de hegemonização.

É importante salientar que a teoria do imperialismo sempre teve em sua base uma explicação levando em consideração o importante papel dos Estados. O processo de globalização rogando o fim das fronteiras e a imponência do capital sobre os Estados foi um forte elemento que contribuiu para um “declínio” da teoria do imperialismo sobre a da globalização. Todavia, a realidade mesma indica alguns elementos que não admitem o fim das fronteiras e dos Estados, pois o próprio trabalho não transita sem atrito sobre o globo, bem como as tecnologias e nem mesmos as grandes decisões deixaram de estar presas a seus centros de comando que são, obrigatoriamente, os países centrais.

Outro elemento importante esteve no plano político, em especial, na concepção política de esquerda adotada na América do Sul que encontrava no par político nacionalismo-imperialismo uma contradição a ser internalizada no plano tático para viabilizar alternativas à situação de dependência. O movimento Aprista no Peru é um grande exemplo e programas políticos de partidos de esquerda como o Programa Democrático Popular do Partido dos Trabalhadores no Brasil foi outro bom exemplo dos tantos que tiveram no Subcontinente. Importa, entretanto, que uma perspectiva anti-imperialista hegemônica se alicerçou numa ampla aliança de classes que tentava comungar os chamados interesses nacionais num programa rival ao das

chamadas burguesias estrangeiras, dentro disso, estava contido, uma aliança com burguesias pretensamente nacionalistas.

A teoria do imperialismo era um grande escudo teórico para esta perspectiva nacionalista e elemento constitutivos dos discursos aglutinadores destas frentes amplas. Todavia, a história mostrou que o antagonismo teórico entre capital e trabalho é um espelhamento correto da realidade e que, por isso, incompatível, em última instância, também no plano político. A teoria marxista da dependência arrematou certeira esta tese, afirmando que a superação da situação de dependência dos países sul-americanos não poderia ser superada a partir de premissas do desenvolvimento capitalista, tão pouco, a partir de uma saída alicerçada numa aliança “não durável” entre o “capital e trabalho nacional”.

O advento do processo de neoliberalização encravou ferozmente o capital estrangeiro nas formações dependentes de modo que uma saída nacionalista ou desenvolvimentista se mostrou abruptamente impossível. Sem o seu par político, isto é, o nacionalismo, a teoria do imperialismo passou a não ter mais função política no âmbito da esquerda reformista institucional e hegemônica e com isso caiu no seu silêncio. Encima e somado a este processo superpõe-se a teoria da globalização.

Originalmente a teoria do imperialismo tem como núcleo três grandes elementos: a tendência de monopolização pelo qual o capital age no plano global; o advento do capital financeiro, a partir de uma aliança de classes entre o capital bancário e o capital produtivo e o desenvolvimento do chamado rentismo em favor de Estados hegemônicos; e o processo de exportação de capitais como elemento fundamental do processo de reprodução ampliada (LÊNIN, 2012).

O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira; implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente “poderosos” em relação a todos os restantes. (LÊNIN, 2012, p. 89).

O imperialismo não é um conceito puramente econômico e com isso deve necessariamente levar em consideração o papel do Estado no plano da reprodução ampliada do capital, segundo Panitch & Gindin (2006, p. 26): “qualquer explicação

sobre o imperialismo deve incluir uma análise das capacidades administrativas do Estado, como também de suas determinações de classe, culturais e militares”.

Há uma profunda discussão sobre o “lugar” do imperialismo no sistema teórico da teoria marxista. Há diversas abordagens que passam tanto por “localizar” o imperialismo como uma extensão da teoria marxista do Estado (PANITCH & GINDIN 2006) ou como uma derivação geral da lei da reprodução ampliada do capital (HARVEY, 2005). Conquanto, a categoria imperialismo não foge a condição de ser uma ferramenta de explicação concreta da concentração de riquezas e poder no plano mundial (CORREA, 2011). No aspecto da concentração de riquezas, a fase monopolista inaugura também a fase imperialista do capital e no plano da concentração de poder, a hegemonia dos Estados terá rebatimentos geopolíticos de acordo com as relações de força no plano mundial.

O imperialismo como um estágio do capitalismo ao longo de sua história comporta vários momentos, passando desde seu momento clássico entre o final dos anos setenta do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, um segundo momento equivalente aos “anos dourados” do capitalismo e um terceiro momento, a partir da década de 1970, consolidado, sobretudo, a partir da década de 1990¹², isto é, no período do avanço neoliberal. O período neoliberal consolida então, uma nova fase do imperialismo, preenchido de elementos novos, mas que não abdica de antigas questões necessárias à manutenção das taxas de lucro.

Borón (2007) sinaliza que novas questões devem ser incorporadas na análise do imperialismo atual como um profundo processo de financeirização; uma grande preponderância dos chamados organismos internacionais no processo de expansão do capital, como a OMC (Organização Mundial do Comércio), o Banco Mundial, FMI, etc., bem como o avanço do capital sobre os territórios a partir da presença das empresas transnacionais. Chesnais (2007) por outro lado, complementa, apontando questões do velho imperialismo que ainda permanecem vivas, sobretudo no que tange ao avanço do capital sobre os diferentes espaços do globo visando reduzir os

¹² Há outras maneiras de periodizar a história do imperialismo, para ter uma noção de diferentes periodizações ver Callínicos (s/d), Meszáros (2003), Panitch & Gindin (2006), Chesnais (2007) Borón (2007), dentre outros.

custos de produção (força de trabalho e matérias-primas mais baratas) e os custos de circulação (proximidade relativa e absoluta ao mercado consumidor).

O período neoliberal aponta para uma acentuação desta tendência imperialista do capital nos seus mais diversos âmbitos, a universalização das relações de produção capitalistas via expansão horizontal e vertical do capital (BUKHÁRIN, 1984), isto é, respectivamente, a inserção de novos lugares e setores e a incorporação de espaços antes dominados pelo capital dos Estados, são cada vez mais lançados à lógica da divisão mundial do trabalho.

Os processos de privatizações, de aumento dos fluxos de investimento direto sobre as formações sociais sul-americanas, bem como a investidura neoliberal sobre a normatização da força de trabalho e das riquezas naturais, o controle macroeconômico das políticas de Estado e a priorização do rentismo atestam este avanço. De modo que a dominação imperialista se sofisticava, mas continua a agir concretamente, sendo o elo mais fraco da cadeia imperialista, as formações dependentes.

Especificamente sobre as riquezas naturais esta tendência vem se apresentando desveladamente e as formações sociais que têm riquezas naturais consideradas estratégicas ao processo de reprodução ampliada vêm convivendo com investiduras cada vez mais amplas, tanto no que tange a ocupação econômica dos territórios pelas empresas transnacionais e suas imposições para privatizações destas riquezas, seja pela própria ocupação militar mesmo, afinal as bases militares estadunidenses em alguns países sul-americanos não têm localização ingênua, ao contrário.

Esta tendência que pode ser enxergada no âmbito da teoria marxista como “novo imperialismo” (HARVEY, 2006; 2014b) é chave explicativa do avanço voraz do capital sobre os países dependentes nesta fase da história inaugurada a partir dos anos 1970 e traz consigo uma explicação socioespacial das lógicas contraditórias e complementares que se imbricam para arranjar o globo nos marcos da reestruturação do padrão de acumulação, isto é, as lógicas territorial e capitalista.

Segundo Harvey (2006; 2014b), esta investidura imperialista do capital é uma tentativa de resolver suas constantes crises de sobreacumulação, através do que o autor metaforicamente denomina de ajustes espaço-temporais. As exportações de capitais se espraiam por determinadas áreas do globo, num ajuste espacial, exatamente porque nos centros dinâmicos do capitalismo seus excedentes não encontram aplicações com taxas de valorização à altura da reprodução. E por outro lado, os altos investimentos em capital fixo absorvem grandes montantes de capital, cuja taxa de retorno será temporalmente lenta e com isso retarda as crises, num ajuste temporal.

Por outro lado, estes fluxos de capitais ao avançarem por determinados espaços e setores da economia costumam um conjunto de contradições, pois as taxas de lucros vêm passando por uma queda histórica tendencial desde os anos 1970. A espoliação de países, povos e da natureza, encontra no novo imperialismo ferramentas instituídas para assegurar uma caçada desmedida de fontes de valor e renda.

Portanto, uma análise dos fluxos de investimento estrangeiro direto sobre as riquezas minerais revelam parte dos ajustes espaço-temporais, sobretudo que tem como marco o período neoliberal, período este em que a espoliação de amplos setores sociais e da natureza vigora descortinadamente. Por isso mesmo, a análise do capitalismo contemporâneo não pode prescindir de uma reflexão que envolva diretamente o processo de exportações de capitais, de conquista territorial, de avanço de um capital monopolista transnacional, e por isso mesmo de avanço imperialista.

Capítulo 2

O CAPITAL ESTRANGEIRO NO ESPAÇO SUL-AMERICANO

O avanço do capital estrangeiro sobre os territórios implica necessariamente em uma expansão geográfica do capitalismo pelo mundo, seja nos seus aspectos intensivos ou extensivos (BUKHÁRIN, 1982). O avanço do capital tem obrigatoriamente um aporte espacial específico que pode ser apreendido numa geografia econômica e numa economia espacial correspondente. No espaço sul-americano, a maneira específica como o capital estrangeiro opera tem caráter imperialista, pois se o imperialismo é no fundo uma hierarquia de poder de escala global no processo de apropriação da riqueza produzida e da renda (DUMÉNIL & LÉVY, 2004), os países dependentes são elos inferiores nesta cadeia imperialista.

O modelo político e econômico para tanto é o neoliberalismo. O neoliberalismo se estrutura como a alternativa vencedora para dar conta do processo de recuperação das taxas de lucro da grande onda longa de expansão do pós-Guerra que esbarrou na crise estrutural iniciada na década de 1970. No plano doméstico das economias centrais da Europa e dos Estados Unidos, tal modelo tratou de corroer a socialdemocracia e com isso restituir às camadas superiores do extrato da renda aquilo que teve distribuição progressiva com as políticas keynesianas. Neste sentido o neoliberalismo foi vitorioso na complexa tarefa de restauração do poder de classes das elites (HARVEY, 2014c; DUMÉNIL & LÉVY, 2004)¹³. Entretanto, paradoxalmente, o neoliberalismo não conseguiu recuperar as gloriosas taxas de crescimento da economia mundial dos “anos dourados”, por isso, Duménil & Lévy (2004) afirmam que, como projeto de desenvolvimento do capitalismo, ele fracassou.

A conciliação deste fracasso (restauração do padrão de acumulação) e da paradoxal vitória (restauração do poder de classes das elites) se deu pela dialética do par neoliberalismo e imperialismo, pois se o neoliberalismo arranhou os Estados no plano doméstico para a restauração do poder de classe, o imperialismo arranhou as diversas ferramentas políticas que atuam no plano mundial (Estados, Empresas, Organismos internacionais, etc.) para drenar dos países dependentes as riquezas necessárias para garantia da restauração. Todos esses dois movimentos inscrevem-se na maneira particular de reprodução do capital que vigora a acumulação flexível (HARVEY, 2014a).

O espaço sul-americano foi um dos espaços onde a cruzada da ação imperialista com a investidura neoliberal operou no sentido de acentuar a condição de dependência e com isso inibir a possibilidade de projetos políticos autônomos, organizando a partir do capital estrangeiro, uma geografia econômica nas formações sociais sul-americanas, orientada para atender a lógica hegemônica em curso da

¹³ “A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo), na criação do poder de uma elite econômica.” (HARVEY, 2014, p. 27)

“Na verdade, sua razão de existir [do Neoliberalismo] é a restauração da renda e do patrimônio das frações superiores das classes dominantes.” (DUMÉNIL & LÉVY, 2004)

acumulação flexível. A partir da década de 1990 esse fenômeno se acentuou e pode ser constatado pela maneira como os fluxos de investimento externo direto se comportam.

2.1. Ciclo de reprodução do capital estrangeiro no espaço sul-americano na década 1990

O capital não é coisa, mas movimento (HARVEY, 2013) que se apresenta a partir de distintas formas. Quando se aborda o capital estrangeiro, trata-se de precisar num plano da geopolítica mundial a origem deste capital-dinheiro na primeira etapa da circulação do ciclo de reprodução (MARINI, 2012). No caso da América do Sul, tal origem é predominantemente dos países centrais. Logo, a análise do capital estrangeiro nesta porção da periferia do mundo implica necessariamente numa relação intimamente atrelada ao fenômeno da dependência.

As correntes pelas quais o capital estrangeiro vem predominando na América do Sul podem ser contabilizadas pela rubrica dos investimentos ou pela dos créditos¹⁴, sendo estes últimos de origem privada ou de organismos oficiais, como o FMI, o BID e o Banco Mundial que são correias de transmissão importantes do imperialismo, conforme apontou Borón (2007). No que tange aos investimentos, estes podem ser diretos ou de carteira e muito embora, sobretudo na transição dos anos 1980 para os 1990, os investimentos de carteira tenham sido mais volumosos (CEPAL, 1995), é a partir dos chamados investimentos diretos que as empresas transnacionais operam para se aninhar e imperar nas formações sociais dependentes.

Entre o período de 1970 a 1986, os dados da Cepal (1995) mostram que a América Latina era o principal destino mundial dos investimentos diretos nas chamadas “economias em desenvolvimento” – cerca de 50% do montante global. Após esse período o grosso dos montantes se desloca para Ásia. Este fenômeno está

¹⁴ O capital estrangeiro “[...] pode se apresentar basicamente sob duas formas: como investimento direto, quando de maneira exclusiva ou compartilhada (ou seja, associada) o capitalista estrangeiro investe diretamente na economia dependente, detendo a propriedade total ou parcial do capital produtivo a que o investimento deu lugar e apropriando-se diretamente da mais-valia total ou parcial ali gerada; e como investimento indireto (nacionais e estrangeiros), sob a forma de empréstimos e financiamentos, contratados diretamente com os capitalistas receptores ou com o Estado, que os redistribui a estes ou os integra a seu próprio investimento.” (MARINI, 2012, p. 25)

diretamente associado à reestruturação produtiva do capital e aos elementos da conjuntura mundial da época. Como bem demonstra Harvey (2014a), a transição para a acumulação flexível desloca importantes volumes de capitais para as regiões geográficas onde as taxas de lucros são maiores. No caso da América Latina o setor predominante onde os investimentos diretos se acomodavam era o industrial, muito também porque o protecionismo da política de substituição das importações agia, neste caso, na proteção dos mercados internos, criando um espaço ideal para o investimento direto operar¹⁵.

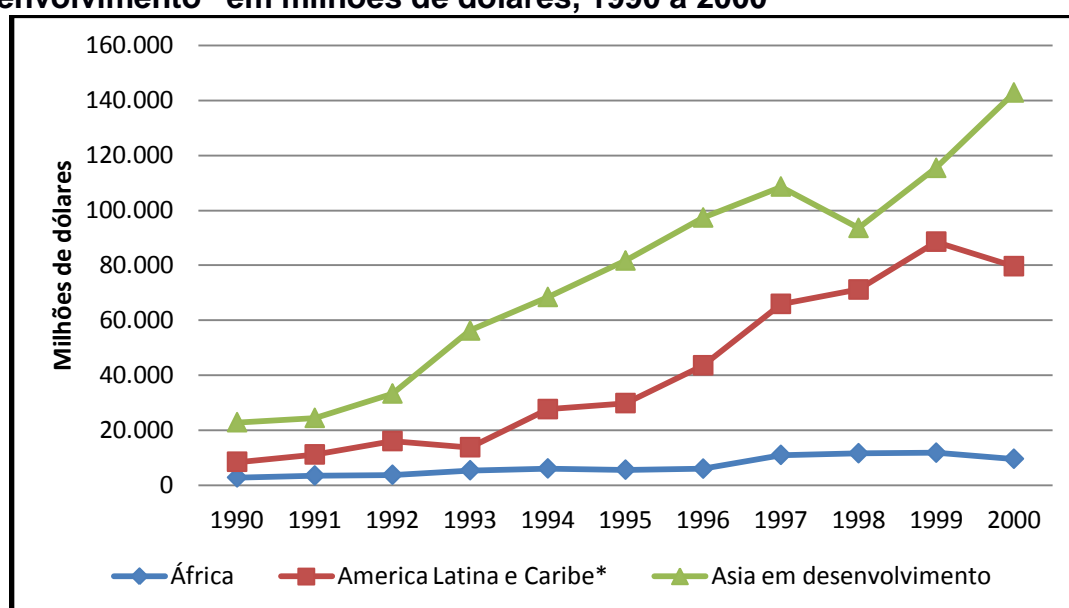
Todavia, com a crise do modelo e a conseqüente crise da economia de diversas formações sociais sul-americanas, a conjuntura asiática se mostrou mais atrativa de capitais, sobretudo, porque a política industrial destes países estava fortemente atrelada a plataformas de exportação, o que possibilitava às grandes empresas estadunidenses, por exemplo, produzir externamente aquilo que era demandado pelo maior mercado consumidor do mundo, a custos de produção mais baixos que quando produzidos no âmbito doméstico. Este é um pouco do cenário que explica o porquê da América Latina, e por conseqüência a América do Sul, não ser mais o principal destino da IED no plano das economias dependentes do mundo.

Mas, os fluxos de IEDs para os países sul-americanos denotam, sem dúvida, o avanço do imperialismo sobre o Subcontinente, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1990 quando as formações sociais já estão com os processos de neoliberalização mais avançados, em especial, a partir do ano de 1996 quando importantes privatizações são feitas nas suas grandes economias. Obviamente que em termos mundiais, o principal destino dos IEDs são as economias centrais e no que tange as dependentes, a direção maior é rumo ao continente asiático. Todavia, os montantes que são destinados às formações sociais sul-americanas têm enorme peso em suas realidades, sobretudo, porque conforme Salama (2011), até à época eram economias com um baixo coeficiente de abertura.

¹⁵ “Sobre a exportação de capital, os direitos alfandegários incidem de outra maneira: eles próprios passam a ser um incentivo para o capitalista. Quando um capital é investido e funciona como capital num país “estrangeiro” ele passa a beneficiar-se da “proteção” aduaneira de que gozam os industriais do país.” (BUKHÁRIN, 1984, p. 89)

Conforme o gráfico 1, observa-se que na primeira metade da década de 1990, isto é, de 1990 a 1995, o percentual do IED direcionado para a América Latina e Caribe permanece dentro da média geral para o continente que é de 10% do total mundial. No ano de 1994 se tem registrado o maior percentual deste período, 11%, muito embora o montante global de investimentos seja levemente inferior ao do ano seguinte (1995). O percentual mais alto da primeira metade da década é registrado no mesmo ano que o espaço sul-americano passa a ser o principal destino mundial dos IEDs para as riquezas minerais, 1994, período em que os custos de produção destas atividades ficam mais altos em alguns países produtores do centro do que nas economias dependentes, denotando por isso mesmo o caráter expansionista do imperialismo frente às riquezas naturais, sobretudo das formações sociais sul-americanas alinhadas ao projeto neoliberal.

Gráfico 1. Entrada líquida de investimento externo direto para regiões "em desenvolvimento" em milhões de dólares, 1990 a 2000



Fonte: UNCTAD (disponível em <http://unctadstat.unctad.org>, acesso em julho de 2016);
Elaboração própria.

*Exclui os centros financeiros off-shore do Caribe.

A partir de 1995 pode-se notar um crescimento vertiginoso do IED na América Latina e Caribe com um ponto de inflexão apenas na crise de 1999, crise esta que é em alguma medida reflexo da crise asiática de 1997-1998. Este crescimento explosivo do IED se deu por conta dos processos de privatizações. No ano de 1999, por exemplo, um terço de todas estas cifras esteve diretamente atrelado a processos de privatizações, sobretudo de países sul-americanos, como Argentina e Chile (CEPAL,

2000). São inúmeros os exemplos: a privatização da petroleira Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) em 1999 para a empresa espanhola Repsol por montantes em torno de 15 bilhões, a empresa de energia Endesa pela espanhola Enersis por cerca de 3,5 bilhões no mesmo ano, o sistema Eletrobrás que foi privatizado entre 1995 e 1998 para um conjunto de corporações de diversos países por montantes da ordem de 22 bilhões, o sistema Telebrás (composto por 32 empresas de telefonia fixa e móvel) privatizado por mais 25 bilhões entre 1997 e 1999 também para diversas corporações majoritariamente europeias; dentre outras.

De acordo com a tabela 1, das 500 principais empresas da América Latina, em média 93 eram estatais no triênio de 1990 a 1992, reduzindo este número para 67, em 1995, e para, 40 em 1998, sendo esta redução resultante do processo de privatização tanto ao capital estrangeiro como para capitais privados nacionais. As vendas das empresas estatais corresponderam a cerca de um quinto de todas as transações e o setor manufatureiro foi o mais atingido. O patrimônio dos Estados caiu de cerca de 35% das grandes empresas (1990-1992) para aproximadamente 19%, em 1998, corolário direto do processo de neoliberalização.

Outro destaque é que neste mesmo contexto, o número de empresas privadas nacionais diminuiu de 279, em 1995, para 258, em 1998. Parelho a isso, há um crescimento expressivo do número de empresas estrangeiras, saltando de 142, entre 1990-1992, para 202, em 1998. Fatos que expressam a consolidação do capital estrangeiro na América Latina.

Tabela 1. As 500 principais empresas da América Latina e Caribe, 1990-1992; 1995; 1998

	1990-1992 ^a	1995	1998
Numero de empresas	500	500	500
Estrangeiras	142	154	202
Privadas nacionais	265	279	258
Estatais	93	67	40
Distribuição por propriedade (%)			
Estrangeiras	26,6	29,5	38,7
Privadas nacionais	38,4	41,8	42,2
Estatais	35	28,7	19,1

Fonte: Cepal, 1999

. ^aO valor correspondente ao período de 1990-92 foi calculado pela média do triênio.

No que concerne aos países sul-americanos, na primeira metade da década de 1990, a Argentina era o principal destino dos investimentos diretos e o Brasil ocupava o segundo lugar. Este processo se inverte a partir do ano de 1995 e a década se encerra com o Brasil ocupando a primeira posição de aterrissagem dos capitais estrangeiros. Chile, Colômbia e Venezuela são também destinos importantes destes fluxos e ocupam lugares subsequentes no quadro de importância, mas merece enfatizar que o Chile, ao longo dessa segunda parte da década, sempre se posiciona como terceiro local de destino; segundo dados na Tabela 2.

As taxas de crescimento dos IEDs são exorbitantes em toda a América do Sul. De 1991 a 1999, a taxa de crescimento foi de 990%, e cresceu vertiginosamente em todos os países. Países como Brasil e Chile ultrapassam a taxa subcontinental com dados que ultrapassam 1.000% e 2.000%, respectivamente. Em síntese, o capital estrangeiro se direciona sempre para as grandes economias do Subcontinente, dominando setores estratégicos ou monopolizando setores que tradicionalmente domina e para as formações sociais nas quais a conjuntura política esteja arranjada a lhe garantir o máximo possível de lucratividade e menores riscos de investimentos.

Tabela 2. Entrada líquida de investimento estrangeiro direto por país sul-americano em milhões de dólares e taxa de crescimento da IED, 1991 a 1999

Países	1991	1993	1995	1997	1999	Taxa de crescimento de 1991-1999
Argentina	2439	6305	5315	8755	23579	867%
Bolívia	96	124	393	731	1016	958%
Brasil	1103	1292	4859	19650	32659	2861%
Chile	523	841	2957	5219	9221	1663%
Colômbia	457	950	968	5638	1140	149%
Equador	160	469	470	625	690	331%
Paraguai	84	119	103	233	95	13%
Peru	-7	371	2056	1781	1969	...
Uruguai	...	101	157	126	229	...
Venezuela	1916	372	985	5536	3187	66%
América do Sul	6771	10944	18263	48294	73785	990%

Fonte: CEPAL, 1996, 2000; Elaboração própria.

Segundo dados da CEPAL (1998), o Brasil recebe investimentos maciços no setor industrial. Em 1990 do total dos investimentos diretos, o percentual era de 62% para este setor, em 1995, de 48%. Entre 1996 e 1997, os fluxos de IED pesam sobre os

serviços, 42%, e os setores de eletricidade, gás e água – setores que tradicionalmente eram monopolizados pelo Estado, mas com o processo de privatização abrem portas ao capital estrangeiro. As origens dos fluxos de IED são majoritariamente dos Estados Unidos e da Europa. Os EUA dominam entre um terço e um quarto dos investimentos a depender do ano e, países como Alemanha e França, embora ocupem lugares subsequentes no ranking de investidores, têm investimentos entre 10 e 15%, fato que é explicado em muito pela política externa imperialista estadunidense sobre a América do Sul.

A média dos investimentos diretos na Argentina foi de um terço para o setor industrial entre 1990 e 1996. No total global da IED cerca de 26% foi destinado para os setores de eletricidade, gás e água e, precisamente, no ano de 1997, é bom destacar o avanço do IED sobre os serviços financeiros que ocupam 38% do percentual total e a continuidade do processo de privatização dos setores de água, gás e eletricidade com 15%. No ano de 1997, 40% dos investimentos diretos provinham da Espanha e 20% dos Estados Unidos. Todavia, ao longo da década de 1990 é notória a predominância dos Estados Unidos.

No Chile o setor de destaque é a mineração que, entre 1990-1996, ocupou uma média de 47% dos investimentos e em 1997 era de 33%. No ano de 1997, o processo de privatização da eletricidade, água e gás também merece destaque com 27% dos investimentos. No Chile o processo de privatização é um dos mais antigos e a investidura sobre os recursos naturais, sobretudo o cobre que é um metal de valor de uso inescapável para os circuitos elétricos que atravessam todos os principais ramos produtivos.

No que concerne a outros importantes países sul-americanos, Venezuela tem uma forte influencia do capital estadunidense e europeu nos setores de serviços e manufaturas. Colômbia também tem forte influencia destes países no setor petrolífero que absorveu 42% das IED, entre 1992 e 1997, bem como a manufatura que absorveu 21%. E o Peru com forte influencia do capital do Reino Unido, da Espanha e dos Estados Unidos. No ano de 1997, 23% dos seus investimentos diretos vieram do Reino Unido e 22% dos Estados Unidos. A privatização do setor de água, energia e gás consumiram 54% do IED. Mas, cabe destacar que, entre

1990 e 1996, o setor de telecomunicações teve forte importância consumindo na média dos anos 41% do IED.

No que diz respeito aos setores pelos quais os investimentos diretos avançam o panorama sul-americano é dos mais amplos e variados, pois são muitos os setores para onde os fluxos de capitais se direcionam. Nos três principais destinos sul-americanos, isto é, Brasil, Argentina e Chile, respectivamente, o avanço sobre os setores industriais são decisivos nos dois primeiros e o controle das atividades minerais no último.

No contexto mundial da década de 1990, Estados Unidos e Reino Unido são os principais centros de origem de investimento direto, concentrando juntos 40% do montante global (CEPAL, 1998). É predominante, na década de 1990, o fluxo de IED advindo dos Estados Unidos devido à forte política imperialista do país sobre as formações sociais sul-americanas. Em 1997, por exemplo, 43% da IED estadunidense direcionada as chamadas “economias em desenvolvimento” concentrava-se na América Latina. Se analisarmos o acervo de IED acumulado, os EUA também lideram.

Mas há também que se levar em conta que as principais origens dos investimentos diretos, além dos EUA, são também provenientes da Europa Ocidental. Países como Reino Unido, Alemanha, Espanha, Países Baixos, dentre outros, têm uma forte presença no Subcontinente e têm importância analítica semelhante na avaliação do cenário imperialista.

Considerando a entrada significativa destes montantes, é sabido que o objetivo central do movimento de capitais é o lucro. A entrada do capital estrangeiro e seu acúmulo progressivo forçam tendencialmente a aumentar a saída de montantes cada vez maiores dos lucros obtidos com a exploração nos países dependentes. Conforme Marini (2012):

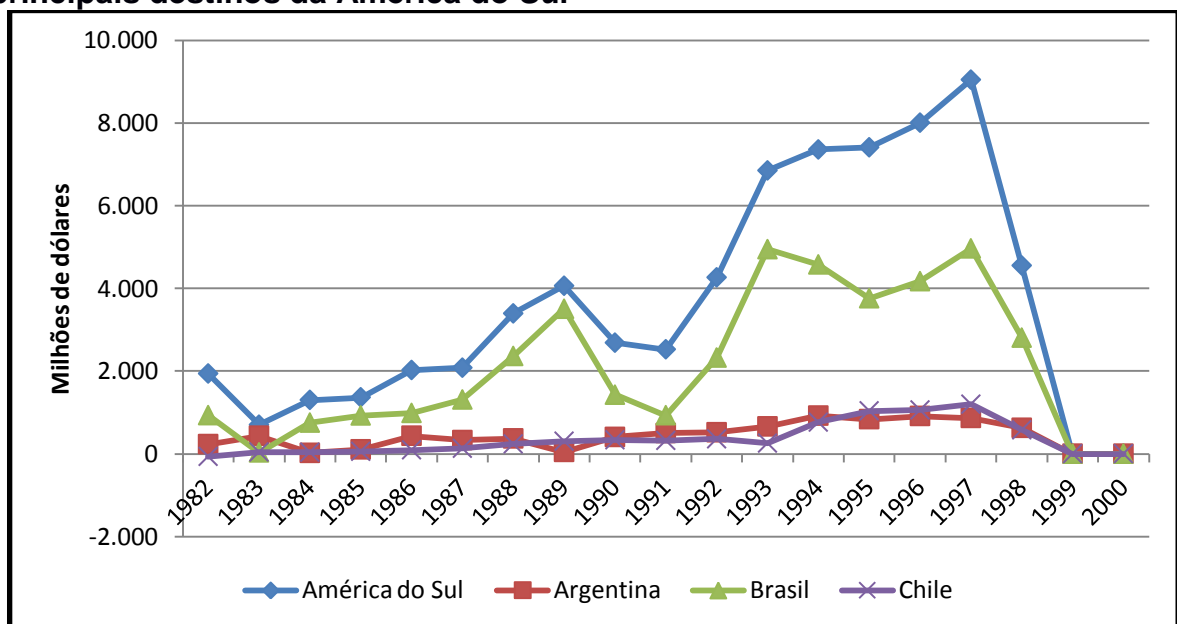
Deve-se considerar, além disso, [...] que o capital estrangeiro não se move apenas em um sentido, o da entrada na economia dependente, mas também no sentido inverso, o de saída em relação àquela. A partir do momento em que, cumprido o ciclo de produção, o capital estrangeiro contribuiu para a produção da mais-valia, ele tem direito a uma parte dela sob a forma de lucro ou juros, conforme se trate de

investimento direto ou indireto. Isso dá lugar à transferência de mais-valia ao exterior. (MARINI, 2012, p. 26)

Neste sentido, se pode ver por onde opera concretamente a faceta imperialista da restituição regressiva dos extratos da renda para as classes burguesas no contexto neoliberal. No caso especificamente da maior potencia imperialista do mundo, os Estados Unidos, nota-se no gráfico 2 que, a partir da década de 1990, os rendimentos (lucros e dividendos) sobre os investimentos diretos na América do Sul crescem vertiginosamente, denotando que o valor gerado nas economias dependentes é cada vez mais arremessado rumo às economias centrais de modo a criar um fluxo de capital em desfavor das formações sociais sul-americanas.

Este processo caricatura, de forma ilustrativa, como o processo de neoliberalização desencadeado no Subcontinente atuou no sentido de acentuar o fenômeno da dependência, pois, se por um lado abre alas a entrada mais massiva de capital estrangeiro, por outro, esse mesmo processo permite a saída cada vez maior do capital gerado no interior das economias nacionais. Esta saída de capitais em favor do imperialismo é uma das razões mesma de sua natureza e também de sua manutenção. Para tanto, o arranjo neoliberal das classes dominantes nos seios das formações sociais dependentes é condição indispensável para tal intento.

Gráfico 2. . Rendimento dos investimentos diretos dos Estados Unidos nos principais destinos da América do Sul



Fonte: U.S. Bureau of Economic Analysis (BEA)

O Brasil por ser a maior economia do Subcontinente é também aquele que concentra as maiores cifras do investimento direto e, por isso, a que faz as maiores transferências de mais-valia aos Estados Unidos. Não à toa, grande parte da dinâmica dos dados sobre os rendimentos obtidos para os Estados Unidos na América do Sul acompanha diretamente as oscilações conjunturais do Brasil, fato que não é tão expressivo no que tange as economias subsequentes na ordem das remessas.

Esta relação entre a dinâmica das remessas de lucros para os EUA e a economia brasileira é tão latente que na série histórica de dados que se apresenta no gráfico 2, pode-se fazer três cortes temporais, no que tange aos momentos conjunturais dos rendimentos sul-americanos: um período de progressivos rendimentos de 1983-1989, um curto período de queda substancial nos rendimentos de 1989-1991 e o período de retomada crescente no auge da neoliberalização de 1991-1997; sendo que estes mesmos ciclos se apresentam ao caso particular do Brasil, o que expressa claramente o peso deste país para a transferência de mais-valia para os Estados Unidos.

Conforme Osório (2012, p. 108), “o capital estrangeiro constitui um dos atores privilegiados na reestruturação da economia do mundo subdesenvolvido e dependente a partir dos anos 1980”. Das chamadas “economias em desenvolvimento”, a América Latina a partir de 1990 foi das regiões do mundo onde os IEDs mais cresceram, “demonstrando o peso relativo do capital estrangeiro na conformação do novo padrão exportador” (OSÓRIO, 2012, p. 109). A análise deste novo padrão exportador de especialização produtiva é parte fundamental para entender a ofensiva do capital sobre as riquezas minerais.

2.2. Novo padrão exportador de especialização produtiva sul-americano

O neoliberalismo, por definição, reforçou o caráter dependente das formações sociais sul-americanas. Portanto, as arrumou socioespacialmente para tal intento. Assim, com a chegada dos anos 2000, embora gere em diversos países sul-americanos uma significativa correlação de forças de recusa deliberada ao neoliberalismo, a conjuntura internacional do século que se iniciava, reivindicou em grande medida as estruturas dependentes para atender a dinâmica de um

aquecimento econômico conjuntural. Por isso, as grandes movimentações políticas antagonistas ao neoliberalismo que se colocaram como alternativas no plano dos Estados não enfrentaram em nada a questão da dependência, ao contrário se calçaram nela. O novo padrão exportador de especialização produtiva é dentro disso, um reforço da condição dependente.

Numa crise estrutural que coloca o capitalismo em tendência decadente desde os anos de 1970, ciclos conjunturais de crescimento econômico e crises são eventos da mecânica de funcionamento mesma do capitalismo. Conforme Harvey (2014), se o capitalismo é em essência um processo progressivo de valorização, é necessário sempre manter taxas compostas de crescimento. Assim, se a economia mundial cresce 3% num dado ano, no ano seguinte esse mesmo mundo tem que incorporar ampliadamente estas cifras, se não, têm-se excedentes de capitais. Em tese, o capitalismo deveria crescer infinitamente e essa impossibilidade está inscrita na natureza mesma de suas contradições.

Ainda segundo Harvey (2011), a absorção dos excedentes de capitais por novos espaços geográficos e novos setores é a alavanca que possibilita, mas não garante a retomada dos ciclos de expansão. Os processos de urbanização do mundo, dos campos e das cidades, absorvem grandes excedentes de capitais. Desde a incorporação de importantes zonas de expansão, como os territórios da antiga URSS e atualmente a China, se tem absorção de significativos excedentes, dinamizando o cenário geral do capitalismo mundial. Segundo Harvey (2011, p. 142):

As consequências desse processo de urbanização para a economia global à absorção do excedente de capital foram enormes: o Chile cresceu devido à demanda por cobre, a Austrália prosperou e até mesmo o Brasil e a Argentina se recuperaram em parte por causa da força da demanda da China por matérias-primas. O comércio bilateral entre a China e a América Latina aumentou dez vezes entre 2000 e 2009. A urbanização da China é a fonte primária da estabilização do capitalismo mundial? A resposta tem de ser um sim parcial. Mas e também o caso que o desenvolvimento imobiliário tem sido crucial para a formação de classes na China. Por lá, imensas fortunas pessoais foram feitas num curto espaço de tempo. Uma empresa fundada em meados da década de 1990 para produzir unidades de habitação popular em áreas verdes na região do delta do Rio das Pérolas se capitalizou (com a ajuda do JP Morgan) na Bolsa de Hong Kong em 2007 e chegou a um patrimônio líquido de 27 bilhões de

dólares. A filha da pessoa que lançou a empresa detém 60% das ações e, portanto, controla cerca de 16 bilhões de dólares, o que a coloca lá em cima com Warren Buffett e Bill Gates na lista das pessoas mais ricas do mundo.

Segundo dados da Cepal (2011), a China passa a ter um papel preponderante no direcionamento da balança comercial dos países sul-americanos, avançando progressivamente na consolidação das relações bilaterais. Entre os anos 2000 e 2009, a China deixa de ser o sexto destino das exportações argentinas e passa para o quarto lugar. Na Bolívia, de décimo oitavo para décimo primeiro. No Brasil, de décimo segundo para primeiro lugar. Bem como no Chile, salta da quinta posição para a primeira. Colômbia de trigésimo sexto para sexto. Venezuela de trigésimo quinto para segundo; etc.

Ainda segundo dados da Cepal (2011), neste mesmo período, no que tange as mercadorias exportadas, são majoritariamente produtos agrominerais. Dos cinco principais produtos exportados para a China, na Argentina a soja representa 53,1%; Na Bolívia, estanho e ligas representam 23,9%, bem como concentrados de estanho, 22%. No Brasil, concentrados de ferro equivalem a 44,9% e a soja 22%. No Chile, cobre 55,4% e concentrados de cobre 24,2%. Peru, concentrado de cobre representa 38,6%, enquanto que no Uruguai, 45,1% é soja e na Venezuela, 78,3% é petróleo cru.

Ou seja, no aspecto das relações de trocas de mercadorias, a China vem centralizando as economias sul-americanas em seu direcionamento, de modo a garantir suas demandas, sobretudo no que tange a matérias-primas e minerais. Conforme apontou Marini (2012) para outro contexto, os países dependentes sul-americanos são interpelados numa divisão mundial do trabalho a ser os provedores dos valores de uso que alimentem o desenvolvimento das atividades industriais sediadas nos centros dinâmicos do capitalismo, frustrando com isso, inclusive, seus possíveis desenvolvimentos industriais.

O novo padrão exportador de especialização produtiva é facilmente ilustrado por este cenário das relações entre China e América do Sul. É um pouco do quadro das chamadas “relações Sul-Sul” majoritariamente estudadas a partir de 2002, período que este padrão exportador começa a se desenhar com mais intensidade.

A constituição do novo padrão exportador de especialização produtiva marcou o fim do padrão industrial, que, com diversas etapas (internalizada e autônoma; diversificada), prevaleceu na América Latina entre a década de 1940 e meados da de 1970, nas principais economias da região. Na maioria das economias, o novo padrão exportador implicou uma destruição importante de indústrias ou então seu reposicionamento no projeto geral, processos que foram caracterizados como de desindustrialização. (OSÓRIO, 2012, p. 106)

Se por um lado o “fator China” é decisivo no processo de explicação do polo da demanda dos valores de usos primários, por outro os ajustes macroeconômicos neoliberais atuam fortemente no lado da oferta destes valores de uso pelos países sul-americanos. Além disso, as próprias respostas dadas as diversas crises de câmbio em muitos países sul-americanos, no final da década de 1990 e início dos anos 2000¹⁶ (com exceção do Equador que seguiu o caminho da “dolarização”), proporcionaram desvalorizações significativas nas moedas que baratearam as exportações. Outro elemento é a própria dinâmica do capital fictício sobre as *commodities* que contribuiu decisivamente para o aumento dos preços dos produtos agrícolas e minerais (PASCHOA, 2009). Estes elementos corroboraram para impulsionar as exportações primárias sul-americanas e intensificação da especialização produtiva.

Dos anos iniciais da década de 2000, sobretudo a partir de 2003 até a crise financeira de 2008, a economia mundial viveu seu ápice econômico dos até então últimos 40 anos (CEPAL, 2007). Isso porque apresentou grandes taxas de crescimento, inflação controlada, comércio internacional pujante, baixas taxas de juros e grandes fluxos de investimentos; sendo que metade deste crescimento econômico é atribuído à dinâmica dos chamados países “emergentes”. Os países sul-americanos, conforme tabela 3, inscritos dentro deste contexto, alavancaram suas taxas de crescimento, suas exportações e reservas internacionais, dependendo invariavelmente desta dinâmica geral de crescimento do capitalismo mundial.

¹⁶ As crises cambiais no final da década de 1990 afetaram profundamente o Brasil e a Argentina, impactando com isso no Paraguai e Uruguai enquanto membros do Mercosul; Países como Colômbia (1997), Peru (1998) e Venezuela (2002) também passaram por importantes desvalorizações de suas moedas. Ver Santos (2015).

Tabela 3. Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto por país da América do Sul, 200 a 2009

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	-0,79	-4,41	-10,89	8,84	9,03	9,20	8,36	8,00	3,10	0,05
Bolívia	2,51	1,68	2,49	2,71	4,17	4,42	4,80	4,56	6,15	3,36
Brasil	4,31	1,31	2,66	1,15	5,71	3,16	3,96	6,09	5,16	-0,33
Chile	4,49	3,38	2,18	3,92	7,02	6,18	5,69	5,16	3,29	-1,04
Colômbia	2,92	1,68	2,50	3,92	5,33	4,71	6,70	6,90	3,55	1,65
Equador	4,15	4,02	4,10	2,72	8,21	5,29	4,40	2,19	6,36	0,57
Guiana	-1,38	2,25	1,05	-1,01	3,29	-1,96	5,13	7,00	2,00	3,30
Paraguai	-3,33	2,07	15,03	4,32	4,06	2,13	4,81	5,42	6,36	-3,97
Peru	2,69	0,62	5,45	4,17	4,96	6,29	7,53	8,52	9,14	1,05
Suriname	2,06	4,19	2,78	6,28	8,00	3,92	5,76	5,10	4,15	3,02
Uruguai	-1,93	-3,84	-7,73	0,81	5,00	7,46	4,10	6,54	7,18	2,35
Venezuela	3,69	3,39	-8,86	-7,76	18,29	10,32	9,87	8,75	5,28	-3,20

Fonte: UNCTAD

No caso particular da América do Sul, o contemporâneo elo estruturante da dependência, o novo padrão exportador de especialização produtiva, é significativamente definido pela especialização em produtos primários, pois as fabricas maquiladoras (que estão incluídas na definição conceitual do novo padrão) não são uma realidade tão forte para as economias sul-americanas, como são para o México, por exemplo. Assim, no caso sul-americano, a divisão mundial do trabalho intima unilateralmente no sentido da condição primária exportadora.

Este fato é notório quando se observam os dados referentes à participação dos produtos primários no total geral das importações, sobretudo a partir de 2003, a economia sul-americana reprimariza significativamente as suas pautas de exportações. Na tabela 4, pode-se visualizar que no ano de 2010, por exemplo, o menor percentual de produtos primários, de todos os países sul-americanos era o do Brasil, com aproximadamente 60%. Venezuela, ao contrário, registra o maior indicador com cerca de 95%; ambos os dados só sinalizam a dimensão astronômica da reprimarização das exportações de todos estes países.

Tabela 4. Participação dos produtos primários no total das exportações por país da América do Sul, 2000 a 2010

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	67,5	67,4	69,4	73,2	71,4	69,2	67,8	68,7	68,8	67,4	66,8
Bolívia	71,1	77,9	84,2	83,2	86,4	88,8	89,4	93,0	94,2	94,2	93,6
Brasil	41,6	45,7	47,4	48,2	46,6	47,0	49,2	52,2	55,2	60,5	62,9
Chile	83,8	82,0	83,0	80,9	84,9	84,9	87,2	87,6	84,0	86,6	87,4
Colômbia	67,5	60,6	61,9	64,0	61,6	64,2	63,2	59,7	67,6	70,8	76,1
Equador	90,1	88,1	89,6	88,6	91,3	91,5	90,4	91,4	91,3	90,8	90,2
Guiana	83,3	81,5	76,6	71,5	70,4	77,9	79,0	74,7	87,3	88,9	90,0
Paraguai	81,1	83,7	85,2	87,3	87,5	86,2	84,1	87,0	90,7	89,3	92,6
Peru	79,7	77,5	79,3	78,5	80,8	82,6	86,0	85,9	83,9	83,6	86,3
Uruguai	58,1	58,0	63,3	65,9	68,1	68,1	68,3	68,4	71,0	74,4	74,0
Venezuela	90,9	88,8	86,2	87,3	87,5	90,6	94,6	...	95,6	97,1	95,7

Fonte: [A] ONU - Base de dados do comércio internacional das Nações Unidas, COMTRADE - <http://comtrade.un.org/>

Além do avanço percentual das exportações primárias na composição geral, os montantes gerais também cresceram vertiginosamente ao longo da fase ascendente dos anos 2000, sobretudo no que concerne as exportações de hidrocarbonetos, minerais e grãos. De 2000 a 2008, o montante total das exportações de produtos mais que dobraram em todos os países sul-americanos: na Argentina o aumento foi de 269%; Colômbia, 279%; Venezuela, 284%; Uruguai, 316%; Chile, 357%; Equador, 394%; Peru, 474%; Brasil, 477%; Paraguai, 574%; e Bolívia, 653%. Este quadro se explica tanto pelo aumento da produção, como pelo aumento substancial dos preços das *commodities*.

No que concerne à exportação de bens de exploração mineral, observa-se na tabela 5, os dados também cresceram em muitos países sul-americanos, multiplicando-se por três em vários países, sendo que Brasil, Chile, Colômbia, Venezuela e Peru são os maiores exportadores destes gêneros.

Tabela 5. Exportação de bens da exploração de minas e pedreiras em milhões de dólares por país da América do Sul, 2000, 2004, 2005, 2006, 2007

	2000	2004	2005	2006	2007
Argentina	3.605,50	4.136,90	4.882,80	5.335,80	4.057,90
Bolívia	423,20	1.092,50	1.750,20	2.805,50	3.293,00
Brasil	3.661,30	8.253,90	12.740,60	17.262,60	21.600,00
Chile	2.868,80	6.523,30	9.387,90	14.271,90	17.248,60
Colômbia	4.877,10	4.823,30	6.540,80	7.425,20	9.002,90
Equador	2.144,60	3.899,40	5.397,90	6.936,00	7.430,40
Paraguai	0,60	0,80	1,60	2,20	...
Peru	911,40	2.552,30	4.427,60	6.818,50	9.778,30
Uruguai	2,90	2,50	4,80	6,60	5,50
Venezuela	18.505,70	19.679,90	34.460,30	47.005,20	...

Fonte: CEPAL (2009)

Analisando os 10 principais produtos exportados dos países sul-americanos, podemos notar que a maioria são primários e os produtos minerais têm peso substancial em alguns países. Segundo dados da CEPAL (2009) para o ano de 2007, no caso da Bolívia, aproximadamente um quarto das exportações destes 10 produtos principais são minerais como zinco, ouro, estanho, etc. No caso do Brasil, a exportação de ferro e seus concentrados é o principal produto com 6,6%. Muito embora o percentual seja relativamente pequeno, o Brasil é o segundo maior exportador mundial. No caso do Chile, os minerais são 60,7% dos principais produtos, sendo eles cobre e derivados e titânio. Na Colômbia, 14%, sobretudo de carvão mineral e ouro. Peru com 55%, com minerais como cobre, ouro, zinco, etc.

Os minerais têm sua importância porque são base material das mercadorias e dos meios de produção e sua disposição sobre o mundo obedece à qualidade diferencial do espaço, isto é, à lógica natural dada pela natureza, do jogo das localizações e das distribuições das riquezas naturais, interpeladas pelas capacidades metabólicas dos estágios de desenvolvimento das forças produtivas. O estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade reivindica certas riquezas naturais, ou valores de uso naturais específicos, que são exploradas de acordo com o nível tecnológico da relação metabólica sociedade-natureza. Todavia, por certo, em qualquer fase dos ciclos econômicos do capitalismo (ascendentes ou decrescentes) a natureza é intimada a participar, mas é nos momentos ascendentes que os países que estão arranjados politicamente em cima destas bases naturais requeridas têm que alavancar suas produções para se encaixar no crescimento

econômico do capitalismo, na parte que lhe cabe da divisão mundial do trabalho, obviamente.

No obstante, la medida en que el proceso de reproducción depende de las materias primas minerales nos remite, en un segundo nivel de consideraciones, a la dimensión de su disponibilidad. Tratándose de recursos naturales no renovables, o renovables en ciclos megahistóricos, la dimensión de sus reservas y su localización geográfica se convierten en asuntos de la mayor relevancia, tanto desde la perspectiva del capital individual como de su expresión nacional o territorial. Asimismo, esta característica les otorga una condición específica, compartida con la agricultura, que consiste en la participación de una dimensión similar a la de la renta de la tierra en la fijación de su precio. En el caso de los minerales, como productos proporcionados directamente por la naturaleza, el precio contiene una determinación proveniente de sus específicas condiciones naturales, de abundancia, pureza y localización (en el Polo Norte, en la cima de las montañas, etc.), que se combinan con las diversas condiciones técnicas y sociales que determinan su ingrediente de valor. Así, la ubicación geográfica de las reservas camina en dos dimensiones: concierne a un problema de disputa por los beneficios naturales del territorio, que proporcionan una renta implícita y pueden limitar su uso, pero, también, a estrictos cálculos de rentabilidad económica, relacionados con la conversión del recurso en bruto en materia prima industrial. (CECEÑHA e PORRAS, 1995, p. 144)

Neste sentido, o avanço do capital sobre as riquezas naturais é uma questão eminentemente geográfica, mas como a Geografia não se restringe apenas aos aspectos naturais do espaço, logo as questões políticas e econômicas são colocadas em cena e o cenário da economia política do capitalismo sobre as riquezas naturais denuncia também sua ecologia política. A ofensiva do capital estrangeiro sobre as riquezas minerais no espaço sul-americano impôs, além de uma dimensão neoextrativista (GUDINYAS, 2011), uma ofensiva também sobre o trabalho, isto é, a superexploração dos trabalhadores do setor minerador. Assim nos grandes empreendimentos mineradores, o capital estrangeiro além de se valorizar a partir da dimensão da renda também se valoriza com as altas taxas de exploração advindas da condição de superexploração do trabalho das formações sociais dependentes.

A lógica específica do capital estrangeiro sobre as riquezas naturais merece destaque na compreensão do novo padrão de especialização produtiva, sobretudo no que tange aos recursos minerais que foram enormemente reivindicados pelo capitalismo mundial na fase ascendente dos anos 2000.

2.3. Ofensiva do capital estrangeiro sobre as riquezas minerais do espaço sul-americano nos anos 2000

Os fluxos de capitais direcionados para o espaço sul-americano, nos anos 2000, acompanham a lógica cíclica do capitalismo durante o período, por isso, não é um todo contínuo e, ao contrário, tem uma temporalidade disruptiva, cujo ponto de inflexão é a crise de 2008. Por isso esta década, assim como uma moeda, tem dois lados: um ascendente até a crise de 2008 e outro subsequentemente descendente no que tange o processo de valorização do capital, no período de crise. Todavia, é sabido que a economia capitalista mundial não é um todo homogêneo e, muito embora a crise da década se apresente com bastante intensidade em 2008, ela tem um circuito geopolítico concreto que atinge os continentes e as formações sociais em temporalidades distintas. Portanto, corre o mundo durante todo feixe de tempo posterior a ser deflagrada nos Estados Unidos, numa cadeia que varre o planeta encadeadamente, atingindo secundamente os países europeus e depois os chamados países “emergentes”, e, com isso, os países sul-americanos.

No que diz respeito ao percentual geral de investimento estrangeiro direto que é direcionado para o espaço sul-americano, nos anos 2000, é semelhante ao da década de 1990. Isto é, salvo as oscilações anuais, os dados indicam em torno de 10% em média do total mundial (CEPAL, 2015), muito embora os volumes de capitais cresçam substancialmente, conforme se verifica na tabela 6. Ampliado estes dados para um contexto latino-americano, os fluxos de IED são os segundos, em *ranking* mundial, direcionados para as chamadas economias “em desenvolvimento”, ficando atrás apenas da Ásia. A centralização destes fluxos de capitais ainda é a regra, sendo direcionados sobremaneira para determinados países sul-americanos, como o Brasil, o Chile, a Argentina e a Colômbia que são os maiores hospedeiros, concentrando ao longo dos anos, mais da metade de todos os fluxos de IED do Subcontinente.

Tabela 6. Entrada líquida de Investimento Estrangeiro Direto em milhões de dólares, de 2001 a 2014

PAISES	2001	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014
Argentina	2.166	2.149	4.125	5.537	9.726	11.333	15.324	6.612
Bolívia	706	677	85	281	513	643	1.060	648
Brasil	22.457	16.590	18.146	18.822	45.058	48.506	65.272	62.495
Chile	4.200	2.550	7.241	8.798	16.604	15.510	28.457	22.002
Colômbia	2.542	2.134	3.116	6.751	10.565	6.430	15.039	16.054
Equador	1.330	783	837	271	1.058	163	585	774
Paraguai	70	6	28	95	209	210	738	236
Peru	1.144	2.156	1.599	3.467	6.924	8.455	11.918	7.607
Uruguai	297	194	332	1.493	2.106	2.289	2.536	2.755
Venezuela	3.683	782	1.483	-508	2.627	1.574	5.973	320
América do Sul	38.595	28.021	36.992	45.007	95.390	95.113	146.902	119.503

Fonte: CEPAL (2015).

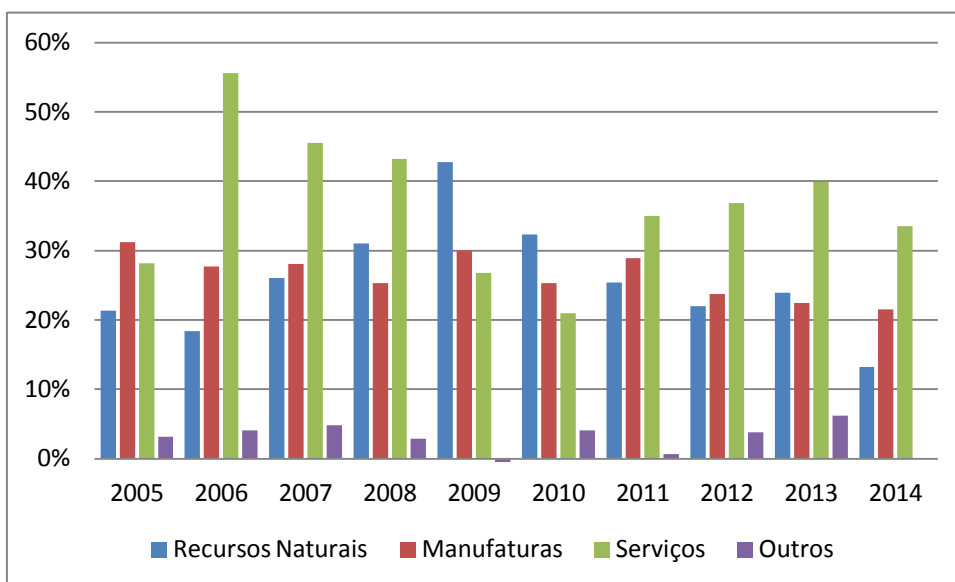
Se simplificarmos em percentuais os dados da tabela 6 acerca do acervo geral dos investimentos diretos, de 2001 até 2014, verificamos que o Brasil acumulou ao longo do período 48,5% de toda a IED direcionada para a América do Sul, bem como o Chile, 16,8%, a Colômbia, 11,6% e a Argentina, 9,1%; totalizando os quatro países aproximadamente 86% de todo o investimento estrangeiro direto direcionado para o Subcontinente durante o período.

Se analisarmos os setores para os quais estes investimentos estão sendo direcionados, constatamos que, ao longo do período de 2005 a 2014, o setor de serviços é o que mais recebe tais fluxos, vindo em seguida o setor de manufaturas e por último o setor de recursos naturais, conforme gráfico 3.

Muito embora o setor de recursos naturais que contabiliza tanto os investimentos em minerais como em hidrocarbonetos, ocupe uma posição secundária no montante geral dos investimentos e haja um primado majoritário dos investimentos no setor de serviços, é necessário estabelecer uma correlação direta no que tange estes dois setores, pois o capital é uma totalidade. O setor de serviços agrupa em grande medida no espaço sul-americano as telecomunicações, os serviços financeiros e as privatizações e concessões de infraestrutura. Neste último ponto é imprescindível concatenar que a parte deste IED direcionados às infraestruturas é uma maneira de contabilizar uma produção do espaço sul-americano que está em curso, que amarrada à lógica capitalista, enviesa-se na perspectiva de reforçar sua condição

dependente e, portanto, de criação da materialidade necessária ao novo padrão exportador de especialização produtiva¹⁷.

Gráfico 3. Percentual de Investimento estrangeiro direto por setor na América do Sul, 2005 a 2014



Fonte: CEPAL (2009a; 2015); Elaboração própria.

Nos anos de 2009 e 2010, subsequentemente a deflagração da crise mundial, os investimentos sobre o setor de recursos naturais registraram os maiores percentuais dos anos 2000 e os investimentos sobre os serviços caíram aos menores percentuais do período, numa razão inversa. Isso, pois nos períodos de crise, sobretudo de crises financeiras, o capital fictício busca se materializar em riquezas naturais para se resguardar materialmente frente às queimas de capitais, isto é, quando os ativos fictícios se desvalorizam e deixam de cumprir função no sistema financeiro. Assim como os investimentos nos serviços financeiros caem acentuadamente.

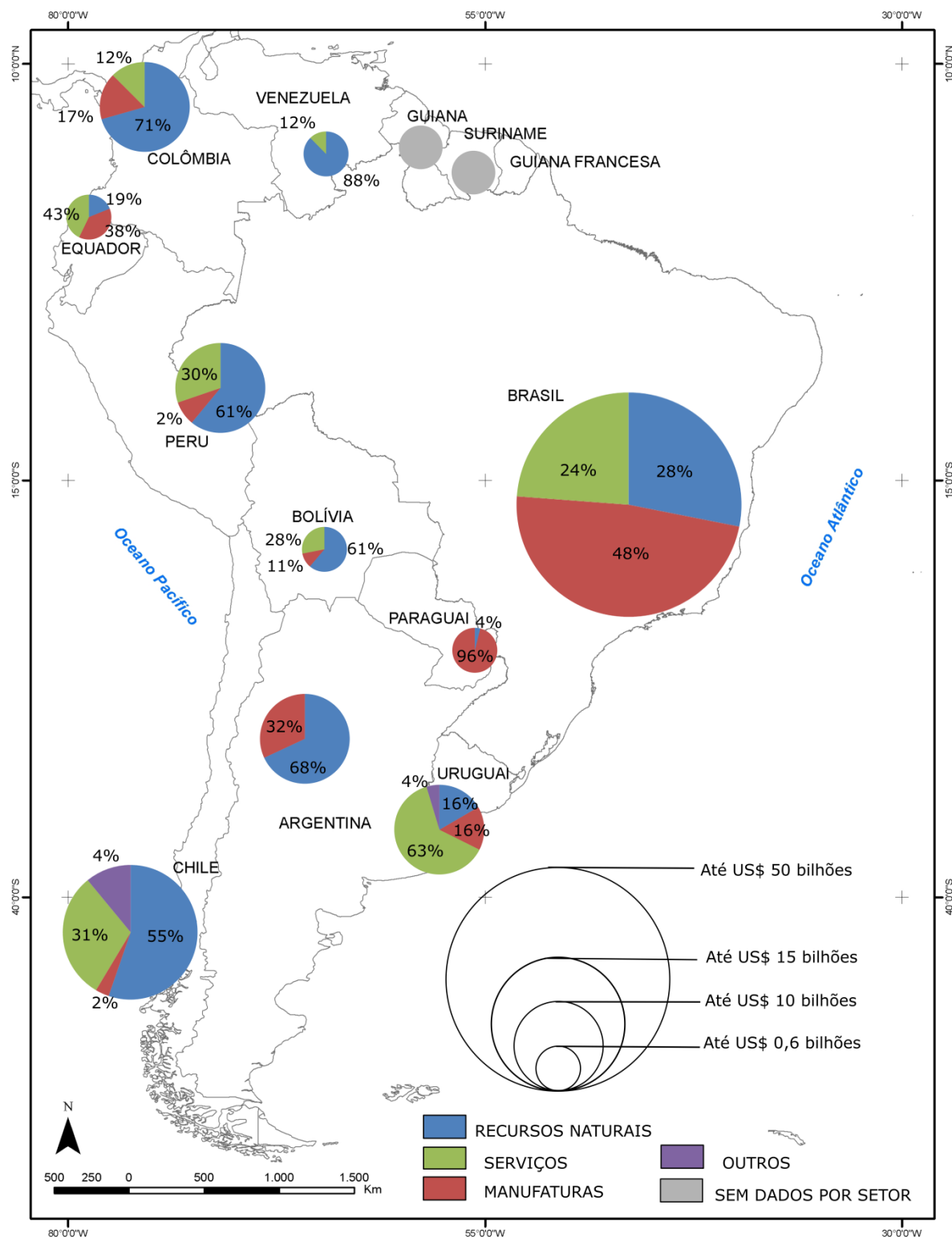
Segundo dados da CEPAL (2015), em 2009, mais de 40% do total dos investimentos diretos foram direcionados para o setor de recursos naturais dos países sul-

¹⁷ Questões de natureza endógena do processo de acumulação dos países dependentes também são fundamentais na questão da estruturação da condição de dependência, contudo os setores onde o capital estrangeiro avança com maior força orientam substancialmente os rumos das economias e com isso os elos da dependência. Marini (2012, p. 25), inclusive é mais enfático quando afirma que é “evidente que o capital estrangeiro se integra ao e determina o ciclo do capital da economia dependente e, por conseguinte, seu processo de desenvolvimento capitalista”.

americanos, o equivalente a mais de 30 bilhões de dólares, aplicados em hidrocarbonetos e minerais metálicos, sobretudo. O Brasil sozinho recebeu aproximadamente 18 bilhões destes investimentos, destino de mais de 50% de todos os investimentos direcionados para este setor na América do Sul, muito embora na composição geral do seu acervo de investimentos ao longo da década, o Brasil não registre grandes percentuais.

O mapa 1 apresenta um panorama dos investimentos diretos por setor nos países sul-americano, no ano que houve maior investimento nos recursos naturais.

Mapa 1. Investimento estrangeiro direto por setor na América do Sul, 2009



Fonte: CEPAL (2009a; 2015); Elaboração própria.

Além do Brasil, merecem destaque países como Colômbia e Chile que também são grandes economias do Subcontinente e que, neste ano, registraram também

grandes percentuais. Chile, sobretudo, por conta dos investimentos na cadeia do cobre e a Colômbia mais atrelada às explorações em carvão mineral. O Peru também é um dos grandes destinos dos investimentos estrangeiros em minerais metálicos, em 2009, 61% dos investimentos foram direcionados para os recursos naturais. Todavia, o Banco Central do país não cataloga sistematicamente dados de acordo com setores, dificultando a análise sobre o capital estrangeiro neste país que tem grande parte do setor minerador dominado por multinacionais.

A dinâmica maior dos investimentos estrangeiros sobre os recursos naturais, nos anos 2000, se deu, sobretudo, por conta dos investimentos em minerais metálicos. Segundo dados da CEPAL (2011a), este foi o setor com a maior rentabilidade sobre ativos, em 2010, 25%, seguido pelos setores de bebidas, medicamentos e petroquímica que alcançaram rendimentos em torno de 10%. Das 20 maiores fusões e aquisições que aconteceram na América do Sul no mesmo ano, as duas maiores foram no setor minerador, com transações de mais de 10 bilhões de dólares. Sendo no Chile a aquisição de 25% dos ativos da empresa Anglo American Sur pela empresa Mitsubishi (Japão), no valor de US\$ 5,390 bilhões e a compra de ativos em alumínio da empresa Vale no Brasil pela empresa Norsk (Noruega), no montante de US\$ 4,948 bilhões. Registre-se outras transações importantes neste mesmo ano, com a aquisição de 15% dos ativos da empresa CBMM no Brasil, pela China Niobium, por US\$ 1.950 bilhões; a aquisição de 45% dos ativos da Drummond Colombia pela empresa Itochu do Japão, por US\$ 1.524 bilhões; além de 45% dos ativos da empresa Minera Quadra Chile Ltda. pela japonesa Sumitomo por US\$ 724 milhões. São grandes volumes de capitais que demonstram a forte investidura pela qual o setor passou nos anos 2000.

No obstante, la dinámica del sector de los hidrocarburos y la minería es heterogénea: a finales de los años noventa y principios de 2000 las empresas transnacionales de hidrocarburos fueron las más activas a través de grandes adquisiciones, mientras que en los últimos años las empresas mineras han implementando estrategias más agresivas y han materializado grandes adquisiciones y significativos planes de expansión en la región. (CEPAL, 2011a, p. 74)

Em 2010, das 20 multinacionais da União Europeia que atuam na América do Sul, duas são do setor minerador, são elas, a Anglo American Plc do Reino Unido que tem operações no Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela; e a BHP Billinton que é

anglo-australiana e atua no Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Suriname. Ambas são gigantes mundiais da indústria extrativa e atuam no Subcontinente das mais diversas formas, sejam elas autônomas ou *joint ventures*, e cobrem os ramos de ferro, cobre, níquel e carvão mineral principalmente, muito embora atuem também com outras riquezas minerais em volumes menores.

Em 2011, das 500 principais maiores empresas, elencadas no quadro 2, que operam na América Latina, 34 são do ramo minerador, sendo que as duas maiores atuantes principalmente na América do Sul, são a Companhia Vale do Brasil e a Codelco do Chile, ambas têm a propriedade de seus ativos majoritariamente nacionais e no caso da Codelco atualmente é uma empresa estatal. Todavia, operam conjuntamente com grandes multinacionais estrangeiras como é o caso das operações da BHP Billiton com a Vale através da empresa Samarco no Brasil, além da própria composição acionária da Vale ter, dentre outros, o conglomerado japonês Mitsui. No caso do Peru, a Minera Antamina que é a maior operadora do ramo no país tem seu controle acionário dominado por empresas estrangeiras: um terço dos ativos é controlado pela BHP Billiton, outro terço controlado pela suíça Glencore, cerca de um quinto controlado pela canadense Teck e 10% pela japonesa Mitsubishi; isto é, tem sua propriedade toda fatiada pelos interesses do grande capital estrangeiro.

Quadro 2. As 10 maiores empresas mineiras do Ranking das 500 maiores empresas na América Latina segundo as vendas, 2011 (Milhões de dólares)

RANKING	EMPRESA	PAÍS DE PRINCIPAIS OPERAÇÕES	VENDAS	ATIVOS TOTAIS
8	VALE	BRA	55.104	128.896
30	CODELCO	CHI	17.515	20.835
52	GRUPO MÉXICO	MEX	9.296	16.683
59	ESCONDIDA	CHI	7.420	8.640
75	AMERICAS MINING CORPORATION	MEX	--	--
122	INDUSTRIAS PEÑÓLES	MEX	6.945	5.788
128	ANGLO AMERICAN	CHI	--	--
136	ANTOFAGASTA PLC	CHI	6.076	11.705
198	CODELCO DIV. EL TENIENTE	CHI	3.535	3.784
222	MINERA ANTAMINA	PER	3.176	--

Fonte: www.americaeconomia.com, acesso em 18 out 2016.

Entre os anos 2008 e 2010, as riquezas minerais sul-americanas ficaram no epicentro das aspirações do capital estrangeiro, isto, sobretudo porque durante esta década a economia capitalista viveu um dos seus ciclos mais virtuosos dos últimos 40 anos. Então, muito longe de existir um ciclo econômico próprio das *commodities* ou um “superciclo das *commodities*”, é necessário que se compreenda que tais *commodities* são um tipo de mercadorias específicas, lançadas à circulação com maior ou menor intensidade dependendo da dinâmica cíclica do capital, tais quais todas as demais mercadorias de maneira geral e, particularmente, enquanto valores de usos fornecidos pela natureza.

O grande polo demandador de tais valores de uso, neste contexto cíclico do capital, foi as atividades produtivas e reprodutivas do continente asiático, que no circuito geopolítico da crise econômica deflagrada em 2008 só foram mais pesadamente afetadas por volta de 2011. O exemplo mais ilustrativo disso são as taxas de crescimento do PIB chinês que a partir deste ano decrescem substancialmente: dos alardeados 10% ao ano para 7% no decorrer do período subsequente. Neste sentido, a demanda por matérias primas também diminui e com isso a investidura do

capital estrangeiro sobre as riquezas minerais também se reduz no espaço sul-americano.

Explicado o porquê de, muito embora a crise econômica seja deflagrada em 2008, as riquezas minerais sul-americanas começarem a ser majoritariamente impactadas em 2011, sobretudo no que tange ao avanço do capital estrangeiro, uma atenção melhor deve ser dada a importância que tais riquezas têm no cenário geral de valorização do capital e conseqüentemente neste período cíclico expansivo do capital nos anos 2000.

É Mônica Bruckmann (2011) quem aponta que no seio do desenvolvimento capitalista certas riquezas minerais têm um caráter estratégico, em especial no seio do imperialismo estadunidense, sobretudo porque nenhum desenvolvimento econômico prescinde de uma base material proveniente das riquezas naturais. Para os EUA garantir tal intento, opera uma lógica territorial (HARVEY, 2014b) que mobiliza seus aparatos de Estado para garantir o controle geopolítico das riquezas estratégicas ao desenvolvimento de suas forças produtivas. Assim um dos principais centros de estudos geológicos do mundo, o *U.S Geological Survey* (USGS) atrelado ao Departamento do interior dos Estados Unidos “tem como um de seus principais objetivos definir a orientação estratégica para o desenvolvimento das ciências da natureza dos EUA.” (BUCKMANN, 2011, p. 229). E esta definição estratégica está tanto no plano interno como no plano geopolítico, cujo epítome pode ser visualizado na localização das 18 bases militares estadunidenses na América do Sul.

Figura 1. Bases militares estadunidenses no mundo



Fonte: PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 187.

Além destes aspectos políticos e militares, é importante frisar que a própria cadeia produtiva das mercadorias tem sua base material ofertada pela natureza e por isso nos momentos de maior produção e circulação de mercadorias, como o foi este ciclo expansivo do capitalismo, nos anos 2000, as riquezas naturais ganham um caráter ainda mais estratégico. Neste sentido, destaca-se:

El primer elemento dentro de la cadena productiva capitalista constituyen los objetos de trabajo que brinda la naturaleza. Dentro de ellos, un lugar primordial lo ocupan los minerales, sea como materias primas de la mayoría de los procesos productivos y, especialmente, ligados a la producción de los medios y herramientas de trabajo en general, sea como energéticos, imprimiendo vitalidad y movimiento al proceso. (CECEÑA e PORRAS, 1995, p. 141)

O uso industrial das riquezas minerais abraça uma infinidade de setores estratégicos da produção material capitalista, sendo constituinte desde as forças energéticas

matrizes, como dos circuitos elétricos, fibras ópticas e meios de produção, até os produtos finais. Minerais metálicos como ferro, cobre, titânio, magnésio, níquel, cromo, cobalto, alumínio, chumbo, zinco, lítio, silício, etc., sobretudo, os que compõem as chamadas superligas metálicas, são mirados numa concepção estratégica e vital para o funcionamento e desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Dada a complexidade dos processos produtivos, Ceceña e Porras (1995) afirmam não haver um metal que possa se apresentar no plano da produção material como o básico ou vital do processo reprodutivo do sistema econômico. Ao contrário, alarga a reflexão:

[...] no existe un mineral que pudiera presentarse como el básico. El hierro no se convierte en acero sin manganeso o tungsteno o molibdeno, no resiste la oxidación sin cromo, no tiene suficiente dureza sin titanio, no se logra el filo para las herramientas de cortes muy preciosas sin cobalto, etc. Por tanto, a pesar de la diferencia de los volúmenes consumidos de cada uno de estos productos, es en conjunto como resultan fundamentales para la reproducción global de conformidad con las normas tecnológicas vigentes. No obstante este reconocimiento, indudablemente hay algunos metales que predominan y que sirven como elemento estructurador del resto. Tal es el caso del hierro, que durante largos años ha sido el sustento de la producción de máquinas. (CECEÑA e PORRAS, 1995, p. 149)

Levando em consideração que os processos de urbanização também têm um impacto decisivo na demanda de recursos desta natureza, os processos de construção consomem 44% dos produtos siderúrgicos. Além disso, os meios de circulação de mercadorias que também são grandes mobilizadores de capital fixo, isto é, os meios de transporte, consomem 17% destes mesmos produtos; o setor de produção de meios de produção, isto é, de ferramentas e maquinários consome cerca de 15%, segundo dados da CEPAL (2009a).

Alargada a concepção da complexidade dos processos produtivos e sua ampla demanda por diversas riquezas minerais, mas levando em consideração que o ferro é um elemento “estruturador” e atravessa pesadamente os três grandes setores consumidores de produtos siderúrgicos, a América do Sul cumpre um papel decisivo no cenário geral do capitalismo, pois a mineradora Vale, maior empresa no *ranking* das empresas listadas no quadro das empresas mineradoras na América do Sul, é a

maior produtora mundial de minério de ferro e pelotas, sendo o Brasil, o segundo maior exportador do mundo, ficando atrás apenas da Austrália.

Seguindo a estrutura interna do sistema dos meios de produção capitalista, isto é, hierarquizando os minerais de acordo com um agrupamento em ramos relacionados aos momentos que compõe a automata da produção capitalista, Ceceña e Porras (1995) elaboraram o seguinte quadro (quadro 3) que ilustra a participação dos minerais em ramos estratégicos da produção capitalista.

Quadro 3. Participação dos minerais por ramos estratégicos

Maquinário e ferramentas	Comunicação e transportes	Energia	Química
Titânio	Titânio	Titânio	Titânio
Platina	Platina	Platina	Platina
Cromo	Cromo	Cromo	Cromo
Cobalto	Cobalto	Cobalto	Cobalto
Molibdênio	Molibdênio	Molibdênio	Molibdênio
Alumínio	Alumínio	Alumínio	Alumínio
Tungstênio	Tungstênio	Tungstênio	Tungstênio
Zinco	Zinco		Zinco
Magnésio	Magnésio		Magnésio
Manganês	Manganês		Manganês
Silício	Silício		Silício
Estanho	Estanho		Estanho
Ferro	Ferro		
	Cobre	Cobre	Cobre
	Chumbo	Chumbo	Chumbo
		Mercúrio	Mercúrio

Fonte: Ceceña e Porras (1995); Tradução nossa.

Segundo explicações das autoras:

Esto es, para el análisis global de la reproducción material de la sociedad, reconstruimos los tres momentos que componen al autómata de la reproducción capitalista: la maquinaria herramienta estaría representada en el nivel social por actividades de transformación propiamente dicha de los objetos y, en este caso, de manera redundante, con la creación de los medios de producción que, a la vez de que producto de esta específica transformación de los objetos, son los instrumentos privilegiados de su realización en todos los niveles; la maquina motor está simbolizada por actividades

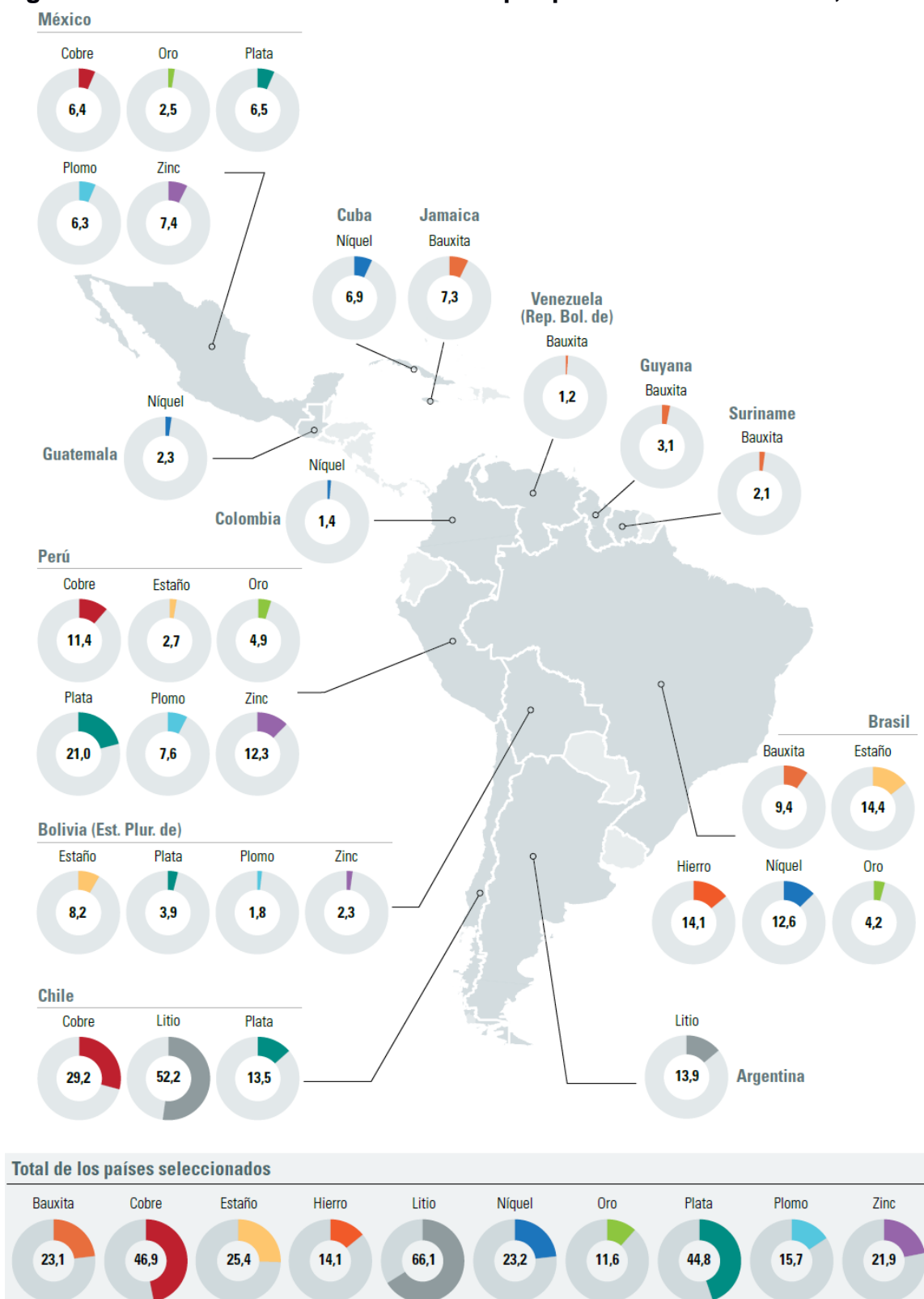
relacionadas con el área energética y que dan movimiento al proceso de transformación; y el mecanismo de transmisión, que es el que se ocupa de desplazar y conectar unos procesos con otros, es, en el terreno social, el área de comunicación y transportes. (CECEÑA e PORRAS, 1995, p. 149)

Tal centralidade de avaliação em torno da análise no setor de maquinário e ferramentas parte precisamente da concepção marxista de natureza que está dialeticamente inserida no metabolismo social pela mediação do trabalho, isto é, a construção da história da sociedade deve ser compreendida pela maneira como esta mesma sociedade produz sua materialidade e as mudanças qualitativas no metabolismo social: “[...] as relações entre natureza e história não podem ser tratadas como a ‘passagem’ de uma esfera a outra, mas como relações mediadas pela indústria”, arremata Duarte (1985, p. 71).

Se por um lado, o caráter diferenciado do espaço geográfico tem as riquezas minerais concentradas heterogeneamente pelo globo, tendo com isso a produção de minerais metálicos concentradas em certas porções do espaço, por outro, o caráter desigual também das atividades produtivas pelo espaço coloca certas unidades de espaço como áreas que concentram o consumo dos minerais metálicos. Assim, produção e consumo dos minerais metálicos são extramente concentradas no globo.

Em 2014, por exemplo, a China demandou 64% da produção de ferro mundial, bem como 40% de todo o alumínio e bauxita produzida no mundo (CEPAL, 2015). No polo da concentração da produção, por outro lado, a América do Sul possui reservas estratégicas de minerais metálicos, com aproximadamente 40% do cobre no Chile e Peru, 14% do ferro no Brasil, 65% do lítio na Argentina e Chile, dentre tantos outros, conforme se pode visualizar na figura 2.

Figura 2. Reserva de minerais metálicos por país da América Latina, 2015



Fonte: CEPAL (2015), sobre a base de informação do serviço geológico dos Estados Unidos.

Nota: Seguindo a fonte dos dados, se incluíram os países com uma porcentagem de reservas superior a 1% do total mundial e unicamente as reservas e não os recursos identificados, o que explica, por exemplo, que não figuram os recursos de lítio na Bolívia.

Após 2011, a crise financeira afeta com maior intensidade os valores de uso minerais, sobretudo porque a demanda asiática diminui e, com isso, afeta diretamente o preço das mercadorias. Além disso, a própria redução da dinâmica real da produção afeta diretamente os preços inflados nos mercados fictícios o que faz com que a renda adquirida com as *commodities* em geral diminua. Assim, sobretudo a partir de 2011, os países sul-americanos, que no cenário do novo padrão exportador de especialização produtiva têm suas pautas de exportações vinculadas a produtos primários, passam a ver suas economias e suas políticas internas afetadas diretamente pelo cenário conjuntural do capitalismo mundial.

Até 2008 não houve “produto básico de exportação das economias latino-americanas que não tenha aumentado seus preços” (OSÓRIO, 2008, p. 120). E, portanto, os anos 2000 vão ter dois pontos disruptivos no índice de preços dos produtos minerais, um no ano de 2009, em seguida a crise ser deflagrada, e outro após 2011, com a retração da demanda asiática.

Tabela 7. América Latina: Índice de preços dos principais produtos de exportação (2010 = 100)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Minerais e metais	71,6	77,0	88,5	70,1	100,0	117,4	102,7	96,3
Cobre	89,2	94,5	92,3	68,0	100,0	117,1	105,5	97,2
Ferro	41,9	45,9	75,7	54,4	100,0	107,8	81,7	85,7
Produtos de Aço	78,5	79,1	125,5	98,8	100,0	115,7	87,7	91,9
Alumínio	118,3	121,4	118,4	76,6	100,0	110,4	92,9	84,9
Prata	57,3	66,4	74,3	72,8	100,0	174,4	154,2	118,1
Zinco	151,6	150,1	86,8	76,6	100,0	101,5	90,2	88,4
Estanho	43,0	150,1	90,7	66,5	100,0	128,0	103,5	109,4
Níquel	110,6	71,2	96,9	67,3	100,0	105,0	80,4	68,9
Chumbo	50,3	170,3	79,9	78,4	100,0	107,8	93,7	98,7
Ouro	49,3	92,5	71,2	79,4	100,0	128,1	136,3	115,3
Carvão mineral	49,6	66,4	128,4	72,6	100,0	122,7	97,4	85,4

Fonte: CEPAL (2015a).

É também, nesse cenário crítico que um conjunto de instabilidades políticas começa a se estabelecer no plano dos governos e com isso, desde 2008, sucessivos governos que se apoiaram economicamente no ciclo econômico pujante de 2003 a 2007 passam a ter suas hegemonias contestadas e com isso são dobrados na correlação de forças políticas internas de cada formação social, recompondo a

arrumação geopolítica do Subcontinente para o viés neoliberal austero aos gastos públicos sociais.

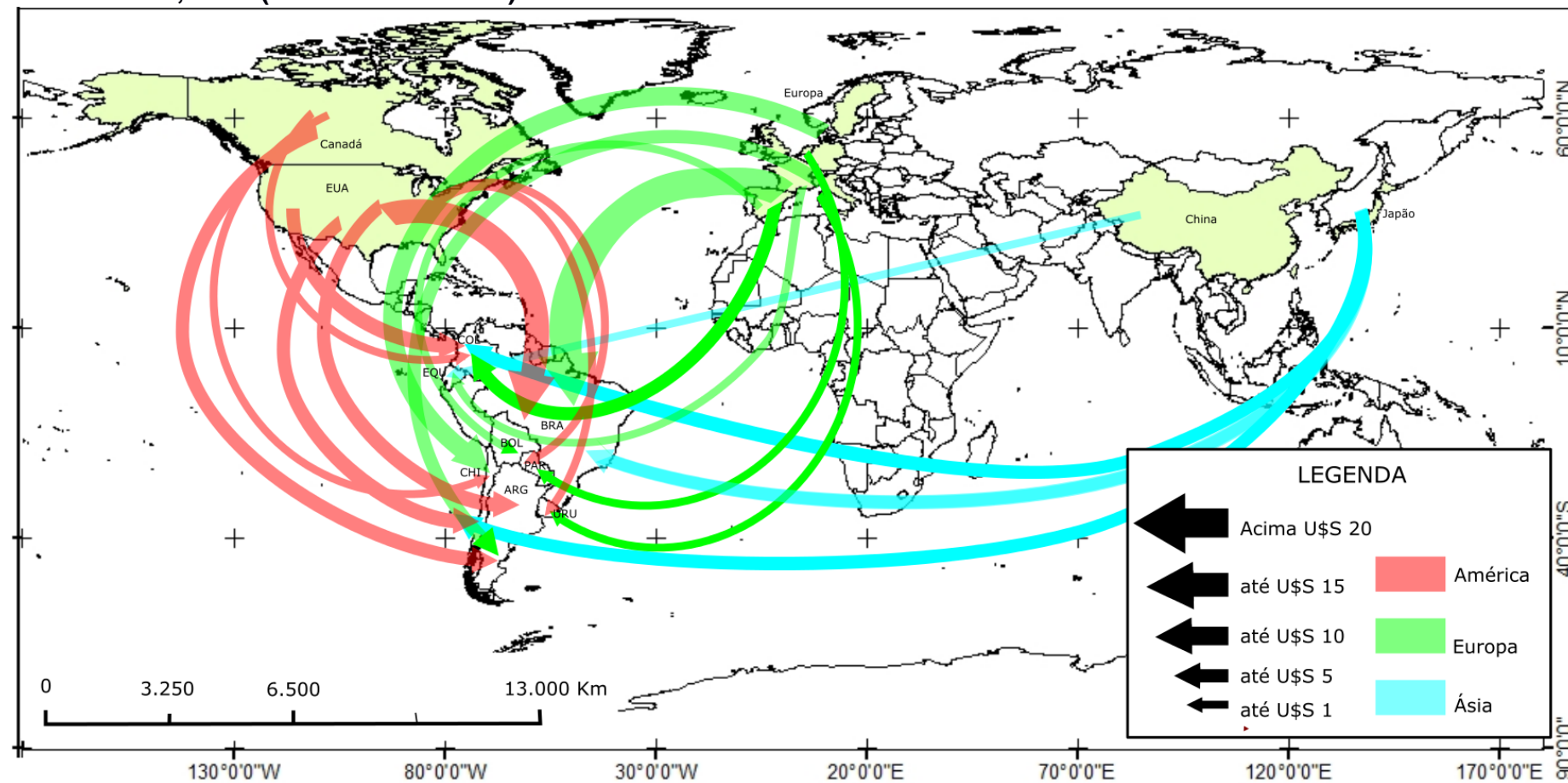
2.4. Produção capitalista do espaço sul-americano e compromisso futuro com a dependência

Desde 2010, mas sobretudo após o ano de 2011, há uma relativa contração nos fluxos de investimento direto para os países sul-americanos. Esse cenário é explicado pela contração da dinâmica do capital que impactou significativamente nos produtos minerais e agrícolas. Todavia, a contração geral dos fluxos de IED e também mais acentuadamente no setor de recursos naturais encontrou uma ampla contrapartida no aumento dos investimentos nos serviços, em especial nos setores de energia e comunicação.

Os rendimentos, isto é, os lucros, dividendos e etc., mesmo com este cenário, permanecem operando em uma média de 50% (CEPAL, 2015). Segundo dados da CEPAL (2012, p. 13), as empresas transnacionais tiveram um salto nos rendimentos de 5,5 vezes em 9 anos, passando de US\$ 20.425 bilhões, em 2002, para US\$ 113.067 bilhões, em 2011. O crescimento destes lucros, no caso particular dos países sul-americanos, é atrelado tanto à dinâmica das commodities, quanto às significativas taxas de crescimento das economias sul-americanas durante o período. Neste contexto de crise aumentam-se as pressões para que os percentuais das remessas de lucros também cresçam e, com isso, grandes problemas se colocam com o aumento dos passivos das balanças de pagamentos das economias do Subcontinente: entre 2005 e 2011, 54% dos lucros foram repatriados e 46% foram reinvestidos (CEPAL, 2015, p. 14).

No que tange à geopolítica destes capitais, pode-se visualizar no mapa 2, os centros de origem destes fluxos continuam sendo países como os Estados Unidos; centros financeiros da Europa como os Países Baixos e Luxemburgo, além da Espanha que tradicionalmente têm grandes inversões nos países sul-americanos; na Ásia, o Japão é o principal centro de origem, sendo que a China também tem investimentos significativos no Peru, mas o Banco Central do país não disponibiliza estes dados.

Mapa 2. Entrada líquida de investimento estrangeiro direto para a América do Sul, por origem de países e/ou regiões selecionadas, 2012 (bilhões de dólares)



Fonte: CEPAL (2013); Elaboração própria.

Conforme se pode constatar com a visualização dos fluxos de capitais neste mesmo mapa, o indicador IED não revela grandes feixes de capitais de origem chinesa. Esta ponderação se impõe porque no âmbito das disputas interimperialistas, a China é um polo fundamental para compreensão deste cenário geopolítico, todavia, conforme Lênin (2012), se um dos pilares do imperialismo é a exportação de capitais, a variável IED não autoriza a avançar num alardeamento do “imperialismo chinês”. Contudo, é sabido que a variável IED não é a única forma de contabilizar as exportações de capitais, embora seja uma das principais.

Todo este emaranhado de capitais estrangeiros que estão impregnados no espaço sul-americano vem amarrando os destinos do Subcontinente, cada vez mais, a um atrelamento às lógicas territoriais e capitalistas dos principais centros difusores do imperialismo. Muito embora, haja uma queda significativa nos investimentos diretos nas riquezas minerais, o processo de especialização produtiva segue curso firme.

Devido a sua alta integração com o mercado mundial, com exceção das exceções, em regra, o setor de exploração das riquezas minerais constitui-se de enclaves. Portanto, tem um coeficiente maior de integração com a economia mundial do que com as economias locais. A relação enclave-economia mundial, tem um suporte obrigatório em uma produção do espaço que assegure, dentro dos territórios, as condições materiais necessárias para articular os enclaves ao mercado mundial. Faz-se necessário, portanto, uma integração infraestrutural para atender a tais interpelamentos da divisão mundial do trabalho.

Por produção do espaço entende-se que “o ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço” (SANTOS, 2012, p. 203)¹⁸, no atual modo de produção da sociedade, produção capitalista do espaço (HARVEY, 2005). Espaço aqui entendido

¹⁸ Precisamente, conforme Milton Santos: “Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis. Pela produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural, socializando, dessa forma, aquilo que Teilhard de Chardin chama de 'ecossistema selvagem'. É por essa forma que o espaço é criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço” (SANTOS, 2012, p. 203).

enquanto um sistema indissociável e dialético de objetos e ações (SANTOS, 2009)¹⁹, produtor e produto e por isso espaço social; conforme diz Lefebvre (2006):

Produto que se utiliza, que se consome, ele é também meio de produção; redes de trocas, fluxos de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por eles determinados. Este meio de produção, produzido como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas e do saber, nem da divisão do trabalho social, que o modela, nem da natureza, nem do Estado e das superestruturas (LEFEBVRE, 2006: 75).

A partir do início dos anos 2000, começa a se esboçar uma iniciativa de criação de uma integração infraestrutural que abarcasse 12 países do Subcontinente, de modo a avançar na articulação territorial do Subcontinente. Tal iniciativa de produção do espaço sul-americano ficou amplamente conhecida como Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), na qual, no esboço inicial de sua concepção geral teve papel decisivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como órgão de delineamento dos pilares fundacionais e de financiamento.

Uma concepção importante de planejamento territorial foi implementada pelo BID, a perspectiva dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) que, inserida numa dada perspectiva de planejamento, armou uma malha nos setores de transporte, energia e comunicação, visando fazer avançar a concepção de planejamento nacional dos países sul-americanos para uma perspectiva regional (BID, 2010). Na concepção inicial, a iniciativa objetivava ser construída com montantes de capitais estrangeiros indiretos e diretos, isto é, a partir de empréstimos e investimento. Todavia, com a dinâmica especulativa sobre as *commodities* dos anos 2000, os fluxos de IED se direcionaram fortemente ao setor de recursos naturais e com isso grande parte dos investimentos destes projetos foram assumidos por organismo nacionais ou regionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para a Bacia do Prata (Fonplata).

¹⁹ Preferimos essa concepção de espaço fortemente apoiada no marxismo. Novamente, Santos: “Copiando de forma simplória o que está escrito por Marx, teríamos um sistema de objetos sinônimo de um conjunto de forças produtivas e um sistema de ações que nos dariam um conjunto das relações sociais de produção” (SANTOS, 2009, p. 63).

Tal perspectiva dos Eixos de Integração traz à tona a dimensão mais da integração com o mercado mundial que uma integração do Subcontinente, isto porque, segundo Harvey (2013, p. 479): “A integração espacial – o vínculo da produção de mercadorias em diferentes localizações por meio da troca – é necessária para o valor se tornar a forma social do trabalho abstrato”. Pois, os corredores que estão sendo traçados são, via de regra, destinados às plataformas de exportação dos dois oceanos que banham o Subcontinente. Pela estrutura geral das exportações que é visualizada ao longo dos anos 2000 em contexto de reprimarização, é sabido que, portanto, esta produção do espaço que está em curso vem para corroborar a especialização produtiva das formações sociais dependentes (OSÓRIO, 2012).

Segundo dados do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), órgão ligado a União das Nações Sul-americanas (UNASUL), a carteira de investimentos da IIRSA é de aproximadamente 182,5 bilhões de dólares distribuídos em 593 megaprojetos para nove eixos de integração que envolvem 12 países sul-americanos, sendo que destes 593 megaprojetos, 528 são ligados ao setor de transportes e 56 de energia. Destes, até dezembro de 2015, 115 projetos orçados em 26,1 bilhão de dólares tinham sido concluídos, enquanto 478 projetos estão em fase de execução, equivalendo a U\$S 156,3 bilhões. Destaque aos setores de transporte e energia, sendo que o setor de transportes já tem 17% das obras concluídas e 33% em fase ativa de execução, enquanto o setor de energia tem um percentual de obras concluídas em torno de 41% e 23% em fase de execução.

Tabela 8. Carteira de investimentos por Eixos de Integração e Desenvolvimento do IIRSA, 2015

Eixos	Nº de Grupos	Nº de Projetos	Milhões de US\$
Eixo Amazonas	8	74	22.420,7
Eixo Andino	10	67	28.613,9
Eixo de Capricórnio	5	82	16.314,70
Eixo do Escudo Guianês	4	20	4.581,2
Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná	5	92	7.328,1
Eixo Interoceânico Central	5	63	11.614,8
Eixo MERCOSUL-Chile	6	124	56.158,9
Eixo Peru-Brasil-Bolívia	3	24	31.431,80
Eixo do Sul	2	49	4.146,6
Total	48	593	182.435,7

Fonte: <http://iirsa.org/Page/Detail?menutemId=72>, acesso em 19-11-2016

Quanto à estrutura geral dos investimentos, conforme já foi destacado, o grosso é garantido pelos setores públicos. Em 2015, nos projetos relacionados ao setor de transporte, 68,7% dos investimentos foram provenientes da iniciativa pública, 26% da iniciativa privada e 5,3% de parceria público-privadas. No ramo de energia 49,7% é público, 2,1% privado e 48,2% público-privado. Enquanto que no ramo das comunicações todos os projetos são de financiamento público. No ramo de energia, em que os percentuais entre investimento público e privado tem uma equivalência maior, é notório também que grande parte do fluxo de investimento estrangeiro direto para o setor de serviços tem um peso incisivo nestas atividades e, por isso, atrelado aos megaprojetos da IIRSA que avançaram mais rapidamente em seus planos de execução.

Decisivamente, se ensaia uma produção do espaço sul-americano que caminha para uma integração econômica. Levando em consideração que o número de projetos e o montante de investimentos só vem aumentando desde sua execução em 2004, uma tendência geral coloca a IIRSA como a base material imponente à maneira como o território sul-americano será usado, pois é sabido que as formas geográficas influem qualitativamente nas relações sociais. Conforme Santos (2003, p. 200): “Todas as formas são dotadas de uma estrutura técnica que compromete o futuro. Isto se torna mais intenso no presente período tecnológico.”

Quanto ao futuro do espaço sul-americano e sua condição de dependência, a maneira como o presente está sendo armado já sinaliza uma grande tendência:

Quanto às obras de grande porte, elas são de fato um cavalo de Tróia, um presente envenenado. Estes investidores envolvem outros de porte ainda maior e gradualmente conduzem o país para uma posição de dependência, cuja constante é o aprofundamento do capital. (SANTOS, 2003, p. 25).

Por sorte, assim como as formas geográficas influem na maneira como os rumos da sociedade se delineiam, o contrário também é dialeticamente verdadeiro, isto é, as forças políticas e sociais presentes em todo o espaço banal, também podem se colocar em contratendência, ou no mínimo, se colocarem como grandes barreiras a implementação de um “presente envenenado”. Assim, um conjunto de lutas sociais já vem sendo travado na América do Sul antagonicamente à implementação da

IIRSA e da produção capitalista do espaço sul-americano de maneira geral. E este cenário pode se acirrar devido ao amplo conjunto de setores sociais que estão sendo diretamente afetados:

[...] ao longo dos eixos da IIRSA, identificam-se 1.347 territorialidades, a saber: 664 comunidades indígenas; 247 comunidades camponesas; 146 comunidades de afrodescendentes e seus quilombos, *palenques*, *cumbes*; 139 comunidades de populações tradicionais (junqueiros, mariscadores, ribeirinhos, pescadores, cipozeiros, caiçaras, mulheres quebradeiras de coco-babaçu, faxinalenses), além de 60 organizações sociais (sem-teto, desempregados, associações de moradores), 59 organizações ambientalistas e 19 outras (mineiros, mulheres etc.). (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 160)

A América do Sul tem uma longa trajetória de lutas sociais travadas com o capital e o cenário de ofensiva capitalista pela qual os diversos territórios passam ao longo dos anos 2000 tem seu par dialético também num crescimento significativo das lutas sociais. Visualizar um panorama do comportamento das forças políticas antagonistas ao capital que se colocam desde o período neoliberal, talvez contribua para análise dos rumos que o Subcontinente pode tomar num contexto político e econômico em que poucas alternativas estão dadas para além do capital.

Os conflitos são a manifestação decidida de recusa aos principais projetos capitalistas que impactam sobre os mais distintos setores sociais. O setor mineral, inserido em toda a lógica do novo padrão de especialização produtiva, também vem sofrendo fortes antagonismos pelos povos oprimidos e explorados. Afinal, o setor minerador é fortemente monopolizado pelo grande capital e, por isso mesmo, é regido pelas grandes decisões e pelo funcionamento estrutural e impessoal da mecânica de funcionamento do modo de produção capitalista. A análise dos conflitos de maneira geral no espaço sul-americano, bem como, a forma particular como essas contradições aparecem no setor minerador, são elementos significativos para compreensão dos rumos que a sociedade vem ganhando nesta etapa da história humana.

CONFLITOS SOCIAIS EM TORNO DAS RIQUEZAS NATURAIS DO ESPAÇO SUL-AMERICANO

Muito embora não seja uma questão exclusiva, a análise dos conflitos, em sua grande maioria, esteve atrelada a uma concepção crítica do capitalismo. Izaguirre (2003), abordando as questões dos enfoques científicos dos conflitos, não no que concerne apenas a Geografia, mas numa perspectiva disciplinar mais ampla, aponta a necessidade de que “situarse cualquier análisis del conflicto social es la revalorización y desarrollo del cuerpo teórico del marxismo”. Neste aspecto, esta autora propõe uma abordagem dos conflitos a partir de cinco grandes eixos:

1. Situar a análise do conflito social dentro da perspectiva do marxismo;
2. Apreendê-los dentro da historicidade dos processos sociais e por consequência dentro das periodizações necessárias;
3. Analisá-los desde a perspectiva da relação do comportamento das frações de classes com a ordem social dominante;
4. Incorporar a dimensão territorial dos conflitos;
5. Apontar a escala dos fenômenos em sua ordem de grandeza.

Estes grandes eixos que devem permear as abordagens dos conflitos ressaltam a necessidade de compreendê-los em suas situações concretas, portanto, inseridos no conjunto das múltiplas determinações que os ocasionam e também articulados as distintas frações de classes que representam e articulam, sejam organizados por uma ferramenta política organizativa ou não. Por isso, a questão dos conflitos deve ser incluída num amplo conceito de movimentos sociais que inclui diversos segmentos da luta de classes, desde os permanentes aos mais novos (DOS SANTOS, 1986).

Contribuindo ao debate, complementa Ramos (2003), baseada em análises de conflitos na América Latina:

Ele é a manifestação concreta dos antagonismos de grupos e classes e por meio dele se evidencia a experiência concreta de construção de sujeitos sociais, onde se configuram a construção de identidades coletivas, de motivações e interesses compartilhados, estratégias de luta, assim como formas de organização e manifestação. *Assim, o conflito não é um outro das relações sociais e, sim, parte constitutiva delas.* (RAMOS, 2003; p. 2-3)

Muito embora, os conflitos possam ser compreendidos dentro da situação que cada classe está ante as relações de propriedade dos meios de produção, a questão analítica que remete aos protagonistas dos conflitos, sobretudo no polo dos oprimidos e explorados, é transversalizada por questões de outras naturezas e que podem ser compreendidas a partir das análises de classe, mas não reduzidas às questões de classe, pois em realidade, a questão dos conflitos é muito mais cheia de facetas.

Estas cuestiones de identidad y permanencia no se limitan a la conciencia de clase porque la condición femenina es mucho más estable que la de pertenecer a una clase social. Y la condición étnica, a pesar de ser históricamente más circunstancial, también puede tener un contenido histórico secular profundo que el de la condición de clase, sobre todo si pensamos en pueblos de culturas y civilizaciones más antiguas que fueron reducidos a la condición de grupos étnicos. (DOS SANTOS, 1986 p. 47)

Mas, conforme o mesmo autor, apesar de que as identidades e questões históricas não possam ser reduzidas aos “regimes e modos de produção”, os movimentos sociais que têm estas questões como centralidades não existem fora de um contexto de determinações concretas, como as condições impostas pelo desenvolvimento do

capitalismo em cada formação social (DOS SANTOS, 1986). E, por isso mesmo, estes conflitos têm fortes influências conjunturais, muito embora em muitos casos estejam para-além da conjuntura, isto é, são conflitos cuja natureza é de longa duração e que perpassam diferentes frações do tempo histórico, como o dos povos originário, dos povos em diáspora, etc.

Os diferentes momentos conjunturais impõem padrões específicos de conflitos, pois nas distintas fases dos ciclos conjunturais, os avanços ou recuos do capital sobre determinados setores implicam em contradições que podem se manifestar através de conflitos, isto é, o antagonismo em ato. Por isso, “Trabalhar com os conflitos sociais tende a uma valorização do tempo curto, do tempo da conjuntura o que deve ser devidamente contextualizado e, para isso, a periodização se torna fundamental.” (RAMOS, 2003, p. 5)

A periodização e a análise dos conflitos no espaço sul-americano que se verificará, obviamente, obedecem à periodização geral deste trabalho e por isso têm seu despontar numa abordagem a partir da década de 1990, exatamente porque a partir desta década a maneira específica como o capitalismo opera no espaço sul-americano e a maneira como os distintos movimentos sociais chegam a esta década impõem um conjunto de lutas significativas que demarcam um ciclo importante das lutas sociais no Subcontinente.

Se no tempo, a partir da periodização, questões particulares emergem das especificidades dos conflitos e podem ser flagradas nas diferentes frações conjunturais, no espaço, uma tipologia espacial dos conflitos também permite flagrar outros elementos que ancoram os conflitos em sua concretude, possibilitando visualizar a estrutura sociogeográfica dos conflitos e, segundo Ramos (2003, p. 12), “Buscar desvelar esta natureza sociogeográfica implica em identificar e analisar quais processos sócio-espaciais são constituintes do conflito.”.

Por meio destes conflitos exprimem-se as contradições do agenciamento espacial de atividades e formas sociais de uso e de apropriação dos recursos territorializados. São conflitos desencadeados pela denúncia da ocorrência de efeitos cruzados entre distintas práticas sociais espacializadas tidas como responsáveis pelo comprometimento da sua reprodutibilidade no tempo. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.5)

Obviamente a espacialidade dos conflitos que as autoras acionam (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010) ou visibilizam a partir de suas abordagens está inserida numa perspectiva ambiental, isto é, trata-se de uma análise de conflitos ambientais que demarcam direcionamentos distintos do hegemônico para o curso da realidade e, portanto, pela disputa política do uso do território. Dentro deste recorte, as autoras apresentam uma tipologia espacial dos conflitos:

Trata-se, então, de distintos tipos de conflitos que tiveram vigência individualizada ao longo da história da apropriação social do espaço, mas que tenderam a ser unificados sob um mesmo universo semântico a partir da configuração da problemática ambiental, como pertinentes aos modos de articulação espaço-temporal das práticas sociais. Para efeito analítico, propomos a identificação de três modalidades de conflitos ambientais: (a) os distributivos, derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos recursos naturais; (b) os espaciais, engendrados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; (c) e os territoriais, relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 5-6)

As diferentes modalidades de conflitos não são excludentes, de modo que o conflito ou é espacial ou é territorial por exemplo, ao contrário, por vezes, os conflitos manifestam-se com todas estas questões ou passam a ser gradualmente articuladas com o tempo, de acordo com o avanço da subjetividade política dos sujeitos impactados pelo avanço do capital, portanto, possuem uma dialética entre si.

Na mineração, abrangida em toda a sua cadeia do valor, conflitos aparecem em todas as modalidades: seja com a distribuição e o uso da água por minerodutos e os impactos num dado rio e nas respectivas comunidades, bem como são recorrentes os conflitos espaciais por conta de poluições causadas pelos rejeitos minerais em zonas não contíguas, mas naturalmente conectadas e, são recorrentes também, disputas territoriais com comunidades e povos localizados em frações do espaço cujos recursos passam a ser demandados pelo uso das forças produtivas de então.

O novo padrão exportador de especialização produtiva, ao centralizar o espaço sul-americano na função de fornecedor de alimentos e matérias-primas, vai conseqüentemente, criando as condições objetivas para a existência de um conjunto de conflitos de uma dada natureza socioespacial. Assim, o movimento conjuntural do capitalismo mundial, isto é, a função atribuída às formações sociais dependentes na

divisão mundial do trabalho de então, é parte constitutiva das múltiplas determinações que fazem o conflito social. Por isso mesmo, afirma Izaguirre, (2003):

Definido así el contexto de nuestra problemática, sabemos que el incremento del conflicto social en el territorio latinoamericano desde mediados de la década del noventa tiene una base objetiva, donde se hacen presentes por primera vez sectores sociales cuya existencia sólo aparecía en las categorizaciones censales.

A base objetiva é, certamente, o contexto neoliberal iniciado na década de 1970 e consolidado na década de 1990 no Subcontinente que lança mão do aumento do grau de espoliação que amplos segmentos sociais estavam submetido. Isto associado à impossibilidade de o Estado ser alguma ferramenta de amenidade social, desde que seus orçamentos passam a ser demasiadamente comprometidos com a saúde dos capitais especulativos, criando um contexto explosivo que costura um amplo ciclo de lutas sociais na América Latina, cujos diversos fronts são protagonizados por múltiplos sujeitos sociais e com isso enriquece e pluraliza o cenário da luta de classes.

3.1. Conflitos sociais na década de 1990 em torno da espoliação neoliberal

A amplitude das lutas sociais é aumentada na América Latina durante a década de 1990 como resposta aos efeitos da política neoliberal (GALVÃO, 2008). Esta perspectiva se tornou hegemônica no plano institucional durante os anos da década no Subcontinente e com isso criou um conjunto de contradições que deslançou em sérios conflitos entranhados nas mais diferentes formações sociais, antagonizando diretamente o rumo político e econômico que o Subcontinente vinha tomando.

Em 1989, na Venezuela é deflagrado um dos eventos que dão visibilidade à recusa neoliberal que vinha se ensaiando. O *Caracazo*, como assim ficou conhecido, foi uma grande manifestação que ocorreu contra as políticas neoliberais no governo de Carlos Andres Perez, cuja visibilidade foi ainda maior pelo número enorme de pessoas mortas durante as manifestações. Os dados são pouco precisos, mas variam entre 500 e 3.000 pessoas mortas durante as manifestações.

No ano de 1990, duas grandes marchas indígenas são deflagradas, uma na Bolívia e outra no Equador, com as mesmas palavras de ordem, todavia, a literatura tende a

ressaltar que ambas não tiveram uma relação direta de organização política (PORTO-GONÇALVES, 2010), sendo, portanto, uma síntese política em locais distintos, mas com realidades espoliativas semelhantes, a ponto de expressarem pautas e formas reivindicativas de mesma natureza. As marchas tiveram como centralidade a luta pelo território e pela dignidade, fato que expressa dois grandes frentes de luta contra a política neoliberal, isto é, a luta contra a pobreza e pela reapropriação social das riquezas naturais,

Em 1994, ocorre no México um dos eventos mais expressivos do período, o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional que foi um conjunto amplo de ações deflagradas por essa organização política composta por guerrilheiros e povos originários, contra as políticas neoliberais estabelecidas no plano interno do país e contra a adesão do país ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). No plano interno, destaque a uma luta significativa que foi travada contra a privatização das terras comunais indígenas, os *ejidos*, que são territórios de autonomia indígena secular e que foram regulamentadas no processo da revolução mexicana de 1909.

Em 1997, na Argentina surge um sujeito político também de suma importância para a compreensão do processo político de então. Os *piqueteros*, que ganharam corpo político ao fazerem grandes mobilizações contra o desemprego, a pobreza e as políticas de ajuste neoliberal, utilizando a forma de luta dos sindicatos de bloqueio de estradas através de piquetes. Todavia, na composição deste novo sujeito grande parte de sua base era de trabalhadores desempregados e que acionavam territorialidades muito arraigada aos bairros, constituindo assim, importantes organizações populares de base.

Em 1997, no Brasil, no ano seguinte ao Massacre de Eldorado dos Carajás, onde foram assassinados 19 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela polícia do país, o MST realizou uma marcha de mobilização nacional com o objetivo de agitar a pauta da reforma agrária e de denunciar o Massacre. Saindo de diferentes pontos do país rumo a capital política, durante os dois meses de marcha, o Movimento se articulou com outros setores da sociedade civil organizada e ao chegar a capital federal Brasília, já contava com cerca de 100

mil manifestantes, fato que fez com que tal levante fosse marcado na história brasileira como a Marcha dos 100 Mil, demonstrando a força política e ao mesmo tempo o poder de articulação que os movimentos sociais tinham contra o governo neoliberal da época.

Nos anos 2000, na Bolívia é protagonizada uma das maiores mobilizações massivas contra o neoliberalismo e em prol da reapropriação do uso social da água que foi privatizada pelo governo de então à multinacional estadunidense Betchel que buscou mecanismos espoliativos para ter direito de cobrar até sobre a água captada da chuva. A Guerra da Água como ficou denominado este evento foi uma ampla articulação dos mais distintos setores da sociedade boliviana, com participação majoritariamente indígena, que deflagrou uma série de mobilizações no país contra o processo de privatização, sendo, conforme trata literatura, o único caso registrado até então de uma privatização revertida diretamente por mobilização popular.

“A Guerra da Água se transformou num marco importante devido a diversos elementos presentes no processo. Em primeiro lugar, por tratar-se de um dos poucos casos conhecidos de reversão de uma concessão de privatização de serviços públicos, com o convite à retirada do consórcio Aguas del Tunari, liderado pela estadunidense Bechtel.” (CÂMARA, 2013, p. 80)

Assim, muito embora o neoliberalismo tenha avançado significativamente estabelecendo uma hegemonia nos aparatos de Estado, o mesmo não foi verdade para grandes segmentos da sociedade que, sofrendo os impactos da reestruturação neoliberal, reuniram as condições durante o período para costurar uma ampla contra-hegemonia, de modo que sucessivos governos foram, das mais distintas formas, desestabilizados e muitos destituídos ao tentarem aplicar o programa neoliberal. Segundo Porto-Gonçalves (2008, p. 203), “desde 1989, nada menos que 16 governos caíram com grandes mobilizações populares de rua”. Noutro texto, o autor reforça:

Derrubaram aproximadamente duas dezenas de governos desde Raul Alfonsín, em 1989, até Gonzalo Sanches de Losada, em 2003. O novo padrão de conflitividades iniciado em 1989 com as mobilizações sociais que contribuíram para deslegitimar as políticas neoliberais começa a sofrer uma nova bifurcação, a partir de 1998. (PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 116)

Mas, e sobretudo, além das lutas sociais entranhadas no seio de cada país contra o projeto neoliberal, uma grande mobilização se articulou a nível latino-americano contra um arranjo institucional neoliberal que estava se ensaiando para todo o Continente, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A ALCA foi um arranjo institucional liberalizante proposta do início dos anos 1990, ainda no governo estadunidense de George Bush, que foi criando, durante toda a década, os aparatos e as alianças políticas necessárias para sua viabilização. Mas, encontrou forte resistência de amplos segmentos da sociedade latino-americana e também de importantes sindicatos canadenses e estadunidenses, de modo a se travar uma significativa batalha contra o projeto no início dos anos 2000. Barros (2004, p. 59):

No plano internacional – após algumas articulações do movimento sindical das Américas em Denver (Estados Unidos, 1995), Cartagena (Colômbia, 1996) e Fortaleza (Brasil, 1996-7) – forja-se um amplo movimento social – *mediante delegações, coalizões e plataformas de diversos países* – de oposição ao discurso e às práticas livre-cambistas dos Estados e dos organismos multilaterais nas Américas. “Entre as decisões tomadas em Belo Horizonte, a mais inovadora é, sem dúvida, a que consistiu em lançar uma Aliança Social Continental (ASC), isto é, lançar as bases de uma aliança ampla e profunda fundada na construção ‘de alternativas viáveis e concretas à ALCA’” (Brunelle, 2002).

Esta articulação continental contra o projeto neoliberal demonstrou que os movimentos sociais e todas as ferramentas políticas envolvidas na Campanha contra a ALCA tiveram uma grande capacidade de articulação em escala superior às nacionais e com isso deram uma enorme demonstração de força política, mostrando a estatura dos movimentos sociais em articular conjuntos espaciais mais complexos (LACOSTE, 1988). Os anos de 2001, 2002 e 2003 foram anos de imensa agitação e propaganda contra a proposta e o modelo político da ALCA, de modo que no ano 2005 sofreu uma derrota, sobretudo pela força dos movimentos latino-americanos, sendo decisivamente, uma derrota contra-hegemônica.

É esse contexto de severos embates travados contra o neoliberalismo que o terreno que permitirá a ascensão de inúmeros governos sul-americanos que se posicionam numa via diferente do neoliberalismo ou, ao menos, numa via matizada, que incorporavam parcelas das demandas dos movimentos populares que construíram este cenário histórico. É o início do chamado “ciclo de governos progressistas”, iniciados em 1998 com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, seguido da eleição

de Lula no Brasil em 2002, de Kirchner em 2003 na Argentina, Tavaré Vazquez no Uruguai em 2004, de Evo Morales na Bolívia em 2005, Rafael Correa em 2006 no Equador, Ullanta Omala no Peru também em 2006 e Fernando Lugo em 2008 no Paraguai.

Todavia, e muito embora estes governos qualificados como “progressistas” tenham incorporado algumas demandas populares, o suporte econômico de suas políticas esteve ancorado no contexto político e econômico que o capitalismo iniciou nos anos 2000 e, como países dependentes, estiveram imersos na função que a divisão mundial do trabalho lhes estabelece. Assim, se por um lado agiram com políticas mitigadoras sobre os impactos do empobrecimento neoliberal, por outro a degradação e a espoliação da natureza continuou acentuadamente durante os anos 2000 e, aliás, foi o calço econômico destes governos.

Por isso mesmo, o ciclo de lutas sociais iniciados na década de 1990 em torno do neoliberalismo que, de fundo, foi de grandes mobilizações em torno dos direitos sociais contingenciados, inclusive do direito a natureza (a terra, o território, a água, etc.), não se encerrou com o fim da década. Ao contrário, os anos 2000 foram anos de grandes lutas travadas em torno da reapropriação social da natureza, de restabelecimento de direitos sociais perdidos e de estabelecimento de novas pautas, como a do direito da natureza e da reconfiguração da arquitetura do Estado-nação.

3.2. O Conflito social no início dos anos 2000: principais sujeitos e pautas

Do início dos anos 2000 até 2012 o Observatório Social dos Conflitos da América Latina (OSAL), ligado ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), antenado ao cenário conflituoso instalado contra o neoliberalismo, fez uma catalogação descritiva dos conflitos sociais ocorridos no seio dos países latino-americanos, através de uma ampla articulação com universidades e pesquisadores destes países. Esta catalogação, intitulada “Cronologia dos Conflitos em América Latina”, gerou uma robusta base de informações qualitativas, que tratadas, poderiam se tornar uma substancial base de dados sobre as lutas sociais em escala subcontinental. Todavia, logo após a finalização do projeto, esta base de dados foi

retirada da plataforma digital na qual era disponibilizada, não sendo, portanto, mais possível o acesso público a esta rica base de informações.

Contudo, o Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO), sediado na Universidade Federal Fluminense (UFF) do Rio de Janeiro, coordenado pelo geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, elaborou uma sistematização destes dados para o ano 2001, possibilitando uma análise mais detalhada dos conflitos sociais ocorridos neste ano. O ano de 2001 é um marco temporal importante para a compreensão do cenário conjuntural do século XXI, pois além de ser o primeiro ano do século, é também momento de articulações significativas contra a ALCA, de articulações políticas em torno de governos progressistas e é, por isso, elã para compreensão do conjunto de contradições que se instalam nas duas bandas temporais do ano 2000, isto é, as frações de tempo antes e depois da crise iniciada em 2008.

Em 2001 foram contabilizados pela OSAL 1.348 conflitos na América do Sul. Sendo que alguns dados estatísticos, sobretudo na questão dos conflitos, produzidos para esta escala, encontram grandes limitações. Sejam estas limitações mais subjetivas ou objetivas, isto é, os dados podem preferir um certo conjunto de temáticas ligadas ao objeto de estudo de determinado grupo de pesquisadores em um dado país e, portanto revelar mais os conflitos de dada natureza temática, assim como objetivamente muitos conflitos, sobretudo os do campo, ganham menos visibilidade que os urbanos e por isso são mais propícios a escaparem das catalogações.

O ano de 2001 foi de muita efervescência na América do Sul, com um volume grande de conflitos travados, sobretudo com os Estados. Países como Argentina, Colômbia, Peru, Venezuela e Chile tiveram o maior número de conflitos registrados, sendo os trabalhadores do setor público os protagonistas mais atuantes neste quesito, e os atos públicos na rua o principal tipo de manifestação, seguidos das paralisações e bloqueios de estradas que são as principais formas de luta dos movimentos trabalhistas. Destes conflitos, o maior número de registros foi na Argentina, país que neste período enfrenta uma das maiores crises econômicas e políticas exatamente por causa da voracidade da sua política neoliberal.

O ano de 2001 foi marcado por grandes crises políticas em pelo menos três países: Argentina, Equador e Venezuela. Como resultado do aprofundamento das políticas neoliberais de “ajuste dos gastos públicos” e “abertura econômica”, a Argentina se viu em meio a uma crise que teve grande intensidade ao longo de todo o ano, com seu ápice em dezembro. (SANTOS, 2010).

No Equador, neste mesmo ano o movimento indígena protagonizou uma vitória significativa contra as medidas neoliberais do governo de então e na Venezuela as contradições se deram, principalmente, em torno da revolução bolivariana e o início das reformas do Estado. Com isso, tem-se registrado, que aproximadamente 40% dos conflitos, os principais protagonistas foram os trabalhadores assalariados, em especial os assalariados do setor público que compuseram aproximadamente 28% destes embates. Implica dizer que, no âmbito dos conflitos, muito embora a ascensão do movimento indígena e camponês seja significativo, o velho movimento trabalhista ainda continua atuante e atento as modificações conjunturais que os afetam, sendo o protagonista principal no polo antagônico ao capital.

Tabela 9. Principais protagonistas dos conflitos, catalogados por país pela OSAL, 2001

PROTAGONISTAS	ARG	BOL	BRA	CHI	COL	EQU	PER	PAR	URU	VEN	Total
Sem classificação	2	4	6		3	1	2	3	2	12	35
Afrodescendentes					1						1
Aposentados	3	1				4	6			1	15
Ass. privado	44	10	13	12	4	3	27	7	21	14	155
Ass. público	71	31	33	11	41	26	33	25	46	68	385
Camponeses	16	33	15	3	71	9	15	19	2	3	186
Desempregados	30	3	1	5			10		2	4	55
Detentos	8	2	5	3		1	4	1		2	26
Ecologistas		2				1			1		4
Estudantes	1	3	4	23	7	1	4	6	2	19	70
Indígenas	1	1	2	40	3	12				1	60
Moradores	4	8		3	11	7	27	6	5	1	72
Multissetorial	146	17	6	13	9	14	13	16	11	4	249
Pescadores				11			1	2			14
Profissionais liberais		1	1	2	1	3	3	1		1	13
Trabalhadores informais			1		1			2	1	3	8
Total geral	326	116	87	126	152	82	145	88	93	133	1348

Fonte: OSAL, 2001; LEMTO.

Todavia, os camponeses e indígenas também são mais dois sujeitos fundamentais na deflagração destes conflitos, sendo que o campesinato é o segundo maior protagonista compondo aproximadamente 13% do percentual dos antagonismos. Os indígenas foram sujeitos de 5%, totalizando, quando somados ao percentual das lutas camponesas, 18% dos conflitos deflagrados a partir do campo.

Afora esta questão de um sujeito político específico, como os trabalhadores assalariados, os camponeses ou os indígenas, por exemplo, vale destaque para os conflitos multissetoriais, que são manifestações que reúnem diversos setores e categorias da sociedade, isto é, trabalhadores do campo e da cidade, organizações de mulheres, estudantis, dentre outras. Compondo também aproximadamente 18% dos conflitos, este dado dos conflitos multissetoriais assinala que a espoliação neoliberal atingiu amplos segmentos da sociedade, fazendo com isso que tais segmentos buscassem articular lutas conjuntas para massificar ainda mais as manifestações que corroeram a hegemonia neoliberal no Subcontinente.

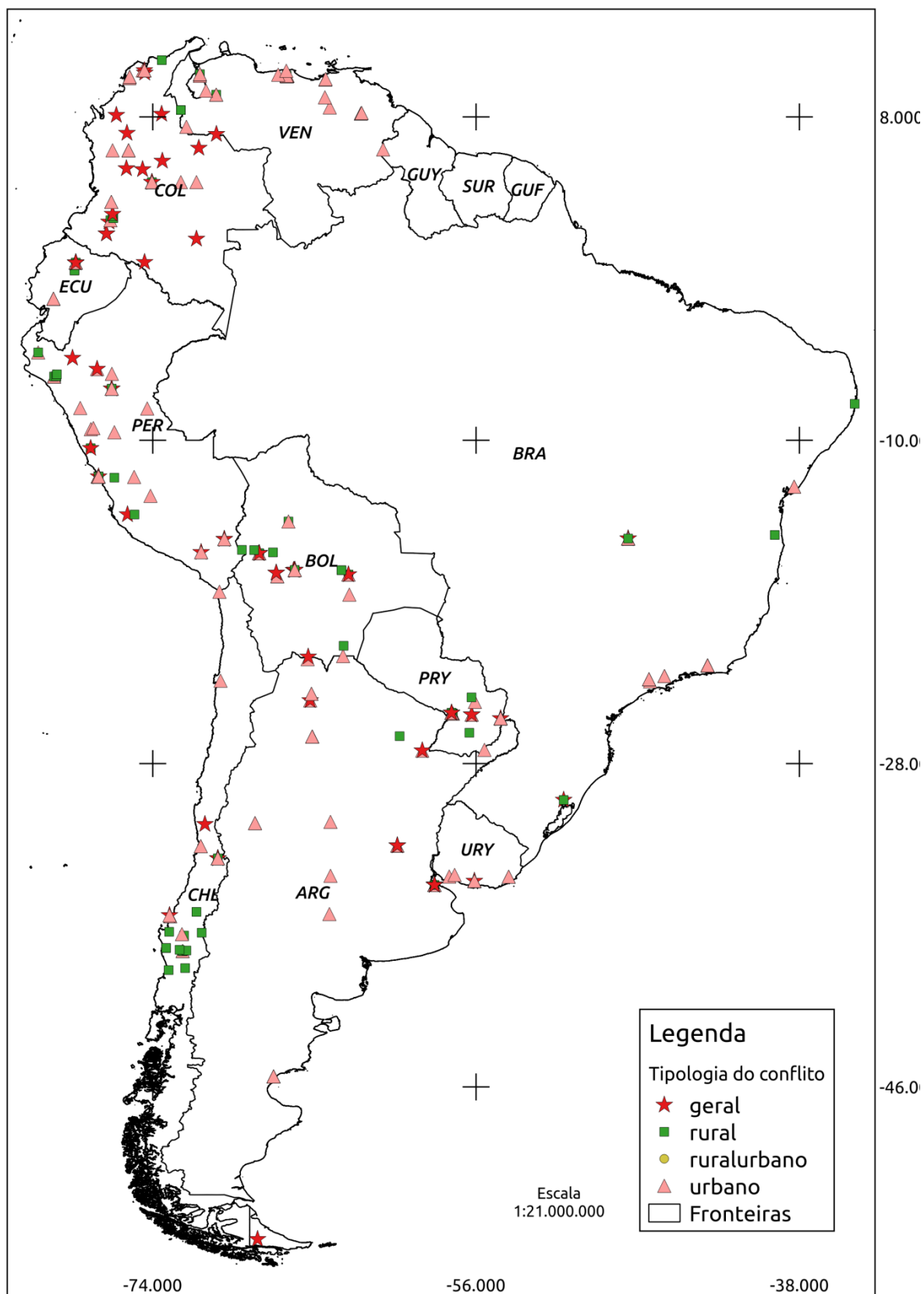
Destes 1348 conflitos, 48% deles foram georreferenciados pelo LEMTO, isto equivale a 646 em números absolutos. Para isso, foi feita uma atribuição simples de coordenadas geográficas, identificando os municípios onde estes conflitos foram desencadeados, de modo a possibilitar uma visualização generalizada dos conflitos em escala subcontinental. A atribuição de coordenadas à apenas metade dos dados teve esta limitação exatamente porque os pesquisadores da OSAL nem sempre identificaram em suas pesquisas os municípios onde ocorreram os conflitos.

Dos 702 conflitos para os quais não se conseguiu atribuir coordenadas, destacam-se os da Argentina tendo o maior número, com 188 conflitos; Colômbia foi outro país para o qual o número de atribuições de coordenadas foi baixa, com 96 conflitos; Bolívia e Chile com aproximadamente 60 conflitos cada; sendo os demais países como Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela com cerca de 50 conflitos cada; e o Peru com 33 conflitos não cartografados. Contudo, a impossibilidade de cartografar esses conflitos não implica necessariamente que eles não são objetos de análise. Aliás, a simples possibilidade de visualização absoluta dos dados, muito embora os dados não possam ser espacializados, já revela a turbulência para a qual

o Subcontinente estava passando e sua incorporação analítica pode se dar na visualização destes montantes.

Numa tipologia geral destes conflitos de acordo com sua natureza sociogeográfica (SANTOS, 2010; RAMOS, 2003), a maioria dos catalogados é majoritariamente urbana, sucedidos logo pelos conflitos de natureza geral, isto é, aqueles que agrupam as demandas nacionais. No caso dos conflitos rurais, são significativos neste ano os entraves no Chile que apontam para a luta dos povos originários Mapuche em torno da reapropriação social do seu território, em especial no sul do país. O mapa 3 traz um panorama geral dos conflitos para toda a América do Sul.

Mapa 3. Tipologia dos conflitos na América do Sul, segundo o OSAL, 2001

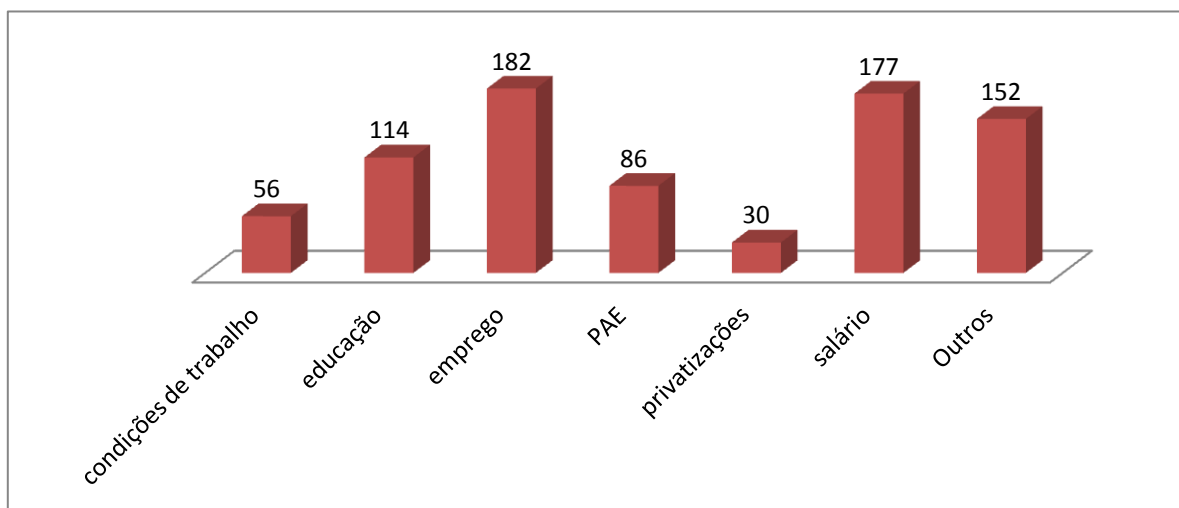


Fonte: OSAL, 2001; Elaboração própria.

Segundo dados da OSAL, os conflitos de ordem geral sinalizam uma dimensão importante do entrave colocado ao neoliberalismo no que diz respeito às chamadas Políticas de Ajuste Estrutural (PAE) que por impactarem diretamente em toda a sociedade, implicam ao mesmo tempo em contradições com vastos setores. Estas contradições, em geral, colocam o estado como o grande antagonista e os eventos multissetoriais são os mais recorrentes.

No que concerne aos conflitos urbanos, os objetos centrais das demandas são emprego, salário e educação, conforme se pode visualizar no gráfico 4. Dos 797 conflitos que tiveram sua natureza sociogeográfica caracterizada como urbana aproximadamente 473 estão diretamente atrelados a estas três pautas, o que corresponde a cerca de 60%. Esses conflitos agem diretamente em dois grandes pilares do neoliberalismo que são a precarização do trabalho e o aumento do desemprego, associado a corte de gastos públicos como a educação.

Gráfico 4. Principais motivos dos conflitos urbanos na América do Sul, 2001



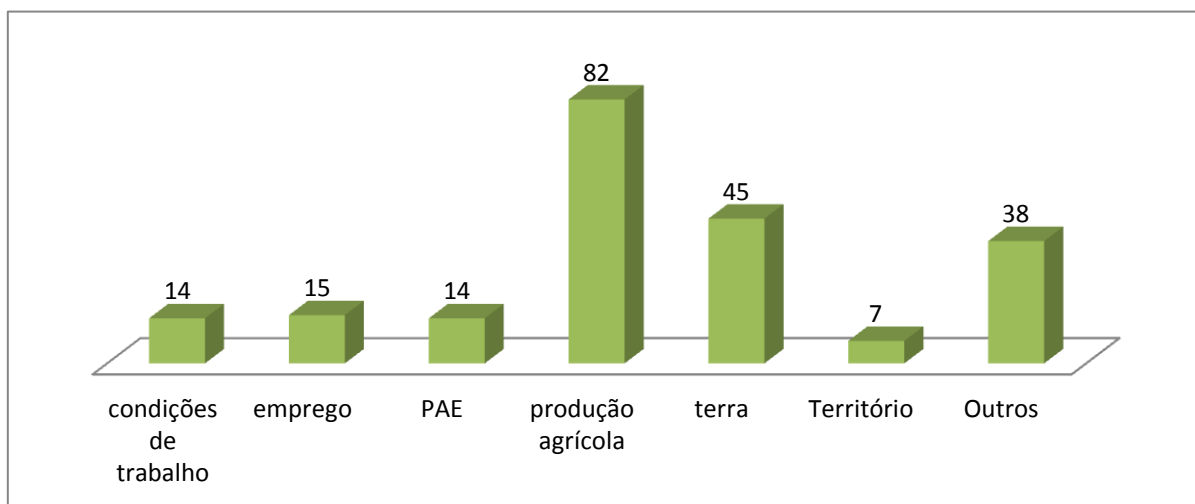
Fonte: OSAL, 2001; LEMTO; Elaboração própria.

Se analisarmos o total dos conflitos rurais na América do Sul, verificaremos que no total dos 215 conflitos mapeados no ano de 2001, aproximadamente 127 conflitos, isto é, quase 60% foram motivados por questões referentes à produção agrícola e de luta pela

terra. Este dado coloca, por sua vez, os camponeses e os trabalhadores agrícolas como sujeitos fundamentais destas lutas, mas também como os principais segmentos sociais do campo atingidos diretamente pelo capital.

Por outro lado, estes dados não nos permitem dar visibilidade às lutas travadas em torno da mineração, pois em ampla medida, os dados que preenchem a rubrica do território são majoritariamente de conflitos sobre territórios de povos originários. Dos conflitos que foram mapeados para este ano, apenas nove tem uma motivação direta relacionada com os “recursos naturais”, mas sendo estes com centralidade maior nos hidrocarbonetos e menor na mineração. Por isso, pelo menos para o ano de 2001, os conflitos em torno da mineração não apareceram nos dados da OSAL.

Gráfico 5. Principais motivos dos conflitos rurais na América do Sul, 2001

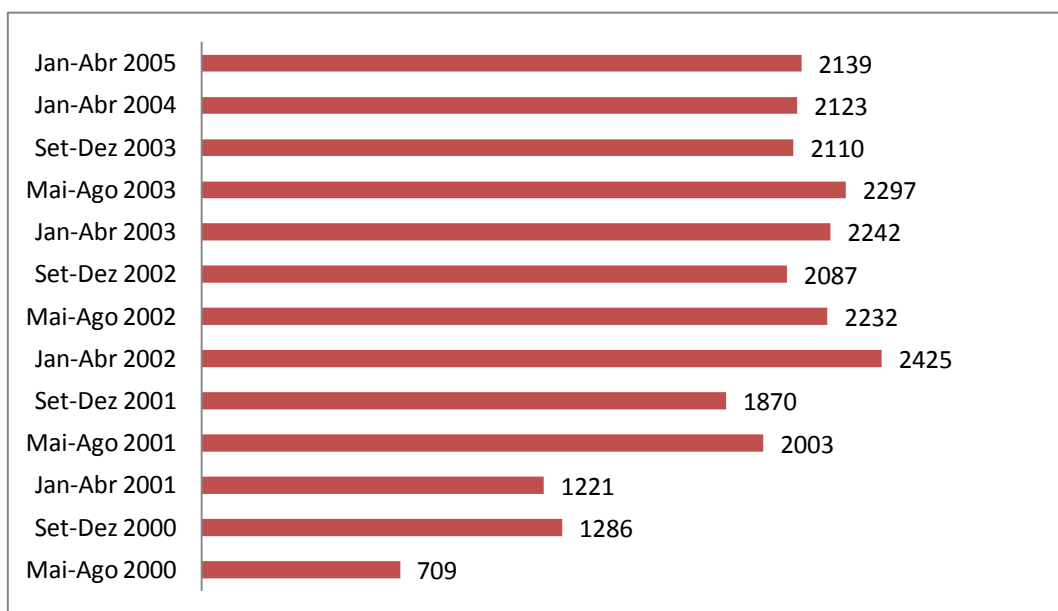


Fonte: OSAL, 2001; LEMTO; Elaboração própria.

A partir de 2001, os conflitos sociais, de maneira geral, cresceram na América Latina tendo seus maiores picos nos anos de 2002 e 2003, conforme pode se visualizar no gráfico 5. Do primeiro quadrimestre de 2001 até o primeiro quadrimestre de 2005, o número de conflitos salta de 1.121 para 2.139, o que implica numa taxa de crescimento de aproximadamente 57%. Esta base conflituosa instalada contra o neoliberalismo criou condições objetivas importantes para a ascensão de inúmeros governos

caracterizados com a noção de “progressistas” até 2006, nos quais, matizaram em alguma medida os impactos e os arranjos neoliberais instalados no Subcontinente.

Gráfico 6. Conflitos na América Latina, 2000-2005



Fonte: Dados da OSAL in: Seoane (2005); Seoane , Taddei e Algranati (2006); Elaboração própria.

Inaugurado o novo ciclo de governos não implica dizer que os rumos socioeconômicos que o Subcontinente vinha trilhando foram mudados, ao contrário, se intensificaram. No aspecto macroeconômico, grande parte dos pilares neoliberais permaneceu em muitos países, como as políticas de superávit primários, altas taxas de juros e o cambio flutuante; priorizando o capital especulativo. A estrutura dependente de trocas internacionais e de entrada de capitais estrangeiros também prosseguiu.

Estes aspectos, somados aos tantos outros acumulados ao longo do período neoliberal, fazem com que os conflitos sociais não se amenizem e, por isso mesmo, cresçam significativamente neste período. A consolidação do novo padrão exportador de especialização produtiva se dá exatamente neste lapso de tempo, despontando com isso as lutas sociais em torno na estrutura produtiva do novo padrão.

3.3. O conflito social em torno das riquezas minerais

Muito embora, a partir da plataforma de dados da OSAL, em especial para o ano 2001, os conflitos em torno da mineração não apareçam, é sabido que no cenário conflituoso que se tem no Subcontinente, certamente os conflitos existem. É por isso que não se deve confundir os dados estatísticos sobre conflitos com a própria realidade, afinal na realidade, este cenário é muito mais expressivo e dinâmico.

Outras plataformas de dados como a do Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL), por exemplo, catalogam os conflitos numa metodologia diferente, apontando a duração temporal dos conflitos, registrando com isso, o ano inicial do embate. Nesta plataforma, existem conflitos que iniciaram no ano 2000, passando pelo ano 2001 e se arrastam até 2016, como é o caso do projeto aurífero de Pascua Lama, na fronteira entre Argentina e Chile que registra um conflito entre a empresa Nevada subsidiária da canadense Barrick Gold com camponeses da região. Esse simples exemplo ilustra que no ano de 2001 existiriam conflitos em torno da mineração, embora não tenham sido catalogados pela metodologia da OSAL.

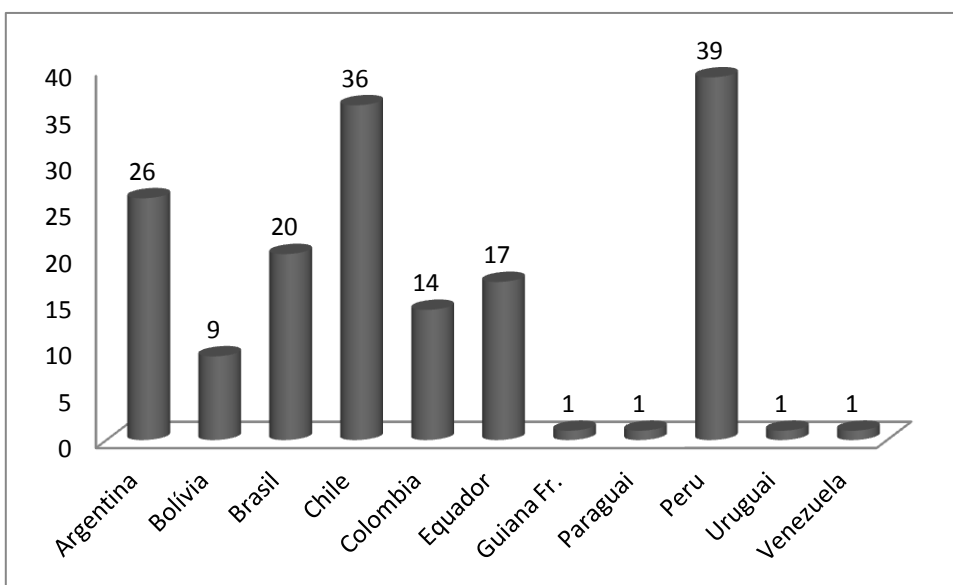
Feita esta ponderação sobre os conflitos em torno das riquezas minerais nos anos 2001, conforme já foi mostrado, os anos seguintes podem ser sintetizados em dois grandes momentos conjunturais: um com uma grande ascendência dos investimentos estrangeiros em torno da mineração e outro com uma significativa redução, correspondentes, respectivamente, aos momentos anterior e ulterior a crise financeira iniciada no ano de 2008. Todavia, mesmo no momento de um ciclo decrescente dos investimentos diretos, a América Latina ainda ocupa lugar de destaque como destino destes fluxos de capital para a mineração.

Segundo dados do Banco Mundial analisados pelo OCMAL (2016, p. 05), “Si en 2014, la inversión en la región abarcaba el 27%, durante el 2015, alcanzó el 28%, seguida por Norteamérica (Canadá y EE.UU), con un 22%, Australia y el Sudeste Asiático con un 17%, África con un 14%, y el resto del mundo, con un 19%”. Isto é, mesmo neste

cenário conjuntural de crise capitalista e impacto significativo nos preços das *commodities*, a América Latina continua sendo o principal destino da IED na mineração.

No ano de 2015 são registrados, pelo OCMAL, na América Latina, 217 conflitos na mineração, sendo que aproximadamente 76% deles, o equivalente a 165 conflitos, foram registrados na América do Sul. A maioria destes conflitos localiza-se espacialmente na zona ocidental do Subcontinente que margeia e/ou intersecciona a Cordilheira dos Andes, exatamente pelas condições geológicas da faixa meridional que coloca tal zona como importante campo de exploração. Conforme se pode visualizar no gráfico 7, a maioria destes conflitos se concentra em quatro países: pela ordem, Peru, Chile, Argentina e Brasil. Estes quatro países concentram a maior parte destes embates, mais de 70% deles e, com exceção do Brasil, todos eles têm concentração espacial dos conflitos na faixa meridional andina.

Gráfico 7. Conflitos em torno da Mineração na América do Sul, 2016



Fonte: OCMAL, disponível em: http://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db/, acesso em: 03.01.2017

No cenário geral da América Latina estes 217 conflitos têm relação com 227 projetos mineradores, o que sinaliza quase um conflito instalado para cada projeto de exploração. Estes projetos impactam cerca de 331 comunidades, envolvendo, por isso, milhares de pessoas e seis deles são de natureza transfronteiriça, ocasionando

problemas também de ordem diplomática entre países e acentuando as contradições e as questões referentes à soberania dos países.

No quadro geral dos principais protagonistas do polo dos oprimidos e explorados dos conflitos, quatro são os principais sujeitos que vem construindo lutas em torno do capital minerador: os indígenas, os camponeses, os operários mineiros e ambientalistas. Sendo assim, tais conflitos têm em sua natureza sociogeográfica tanto as questões rurais, territoriais e ambientais, como também questões de natureza trabalhista e, portanto, que remetem a uma classe operária. Questões de ordem geral também são corriqueiras, sobretudo, no que tange aos embates travados em torno das modificações legais que beneficiam o capital minerador.

Todavia, é sabido que as fontes de dados sobre os conflitos que intentam dar conta desta escala macrorregional têm também sua acurácia restringida, devido à amplitude de casos que se tem nas diversas formações sociais. Para o ano de 2016, o OCMAL registrou o maior numero de conflitos em torno da mineração no Peru, com 39 conflitos. Contudo, a *Defensoria Del Pueblo*, órgão autônomo constitucionalmente ligado ao Estado peruano, registrou para este mesmo ano 95 conflitos em torno da mineração, sendo equivalente a 65% de todos os conflitos socioambientais do país. Este fato no Peru sinaliza a densidade ainda maior de conflitos travados no seio de cada país sul-americano em torno das riquezas minerais.

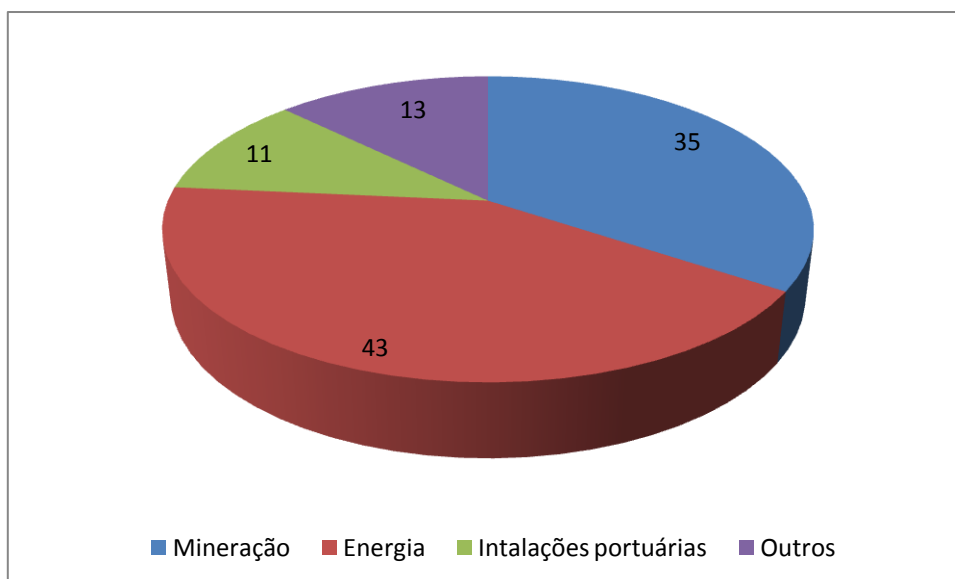
Tabela 10. Conflitos socioambientais no Peru, por setor em dezembro 2016

Setor	Nº Casos	%
Mineração	95	65,1
Hidrocarbonetos	23	15,8
Energia	12	8,2
Outros	6	4,1
Resíduos e saneamento	5	3,4
Agroindustrial	4	2,7
Florestais	1	0,7
Total	165	100

Fonte: Defensoria Del Pueblo, disponível em: <http://www.defensoria.gob.pe/conflictos-sociales/conflictosportipo.php>, acesso em 02.02.2017

No caso do Chile que é o segundo maior país sul-americano com registros de conflitos socioambientais na mineração, quando é acionada uma base de dados do país, especificamente, a plataforma digital que permite acessar o *Mapa de conflictos socioambientales en Chile*, produzida pelo Instituto Nacional de Derechos Humanos (INDH) do país, o número de conflitos registrados são 35 casos para o ano de 2015, sendo estes os dados mais recentes. Na base geral são catalogados 102 conflitos socioambientais, dos quais 35 são relativos à mineração, o que corresponde a aproximadamente 34%, ocupando o segundo lugar na motivação dos conflitos, ficando atrás, apenas, dos conflitos referentes ao setor energético.

Gráfico 8. Número de conflitos socioambientais no Chile por setores em 2015



Fonte: INDH, *Mapa de conflictos socioambientales en Chile*, 2015. Disponível em: <http://www.indh.cl/mapadeconflictos>, acesso em 02.02.2017; Elaboração própria.

Na Argentina, a única base de dados nacional sobre conflitos na mineração é a Plataforma Argentina de Diálogo Mineração, Democracia e Desenvolvimento Sustentável que registrou conflitos ativos apenas até 2013. Através do *Mapa de Conflictos Mineros en Argentina* a plataforma catalogou 21 conflitos em torno da

mineração em todo o território argentino²⁰. Contudo, muito embora tenha servido de base de informações para a OCMAL, esta plataforma não vem atualizando sua base de dados.

O Brasil, frente aos dados da OCMAL, ocupa o quarto lugar no *ranking* sul-americano de conflitos atrelados a mineração com 20 conflitos, mas ao analisar informações em escala nacional, os dados sobre estes conflitos crescem significativamente. Segundo dados publicados no relatório “Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômico”, publicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, houve 105 conflitos ativos em 22 estados do território brasileiro no ano de 2013 (FERNANDES; ALAMINO, CARVALHO, 2014). Se confrontarmos os dados das duas fontes, mesmo com as diferenças de temporalidades, o Brasil passaria a liderar o *ranking* de conflitos; isso porque dificilmente 85 dos 105 conflitos catalogados em 2013 dissipar-se-iam num intervalo de 03 anos para reduzir-se a 20, tendo em vista o contexto de expansão das atividades minerais.

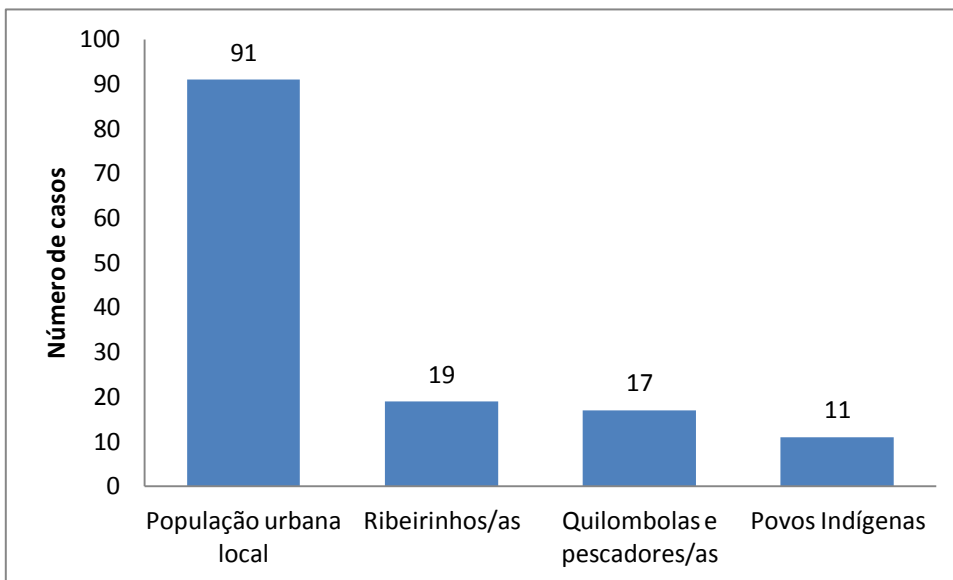
O território brasileiro é equivalente a aproximadamente 50% do território sul-americano e, além disso, o país é um dos maiores produtores e exportadores de minerais metálicos como ferro e alumínio, além de possuir uma ampla diversidade mineral em todo o território. Tendo em vista esta vastidão é necessário também precisar que o maior número de conflitos se dá nas unidades da federação onde há também maior peso dos investimentos no setor. Assim, as três principais unidades federativas a registrarem o maior número de conflitos são Minas Gerais, Pará e Bahia, nesta ordem; concentram aproximadamente 50% dos conflitos nacionais.

Dos 105 casos catalogados no Brasil, estão entre os principais impactados pelos problemas da cadeia da indústria extrativa mineral, as populações urbanas locais que atingem os maiores índices, seguidos de ribeirinhos/as, povos tradicionais, pescadores/as artesanais, quilombolas e indígenas. Sendo a poluição das águas e a

²⁰ Informações específicas sobre cada um dos 21 casos estão disponíveis em: <http://www.mapaconflictominero.org.ar/casos>, acesso em: 04.02.2017

contaminação dos ecossistemas as duas grandes formas de um impacto ambiental mobilizar os conflitos. O gráfico 9 esboça estas questões.

Gráfico 9. Casos de impactos da extração mineral no Brasil por grupos populacionais, 2013



Fonte: FERNANDES; ALAMINO, CARVALHO (2014)

Feita estas breves discussões sobre Peru, Chile, Argentina e Chile que são, de acordo com os dados da OCMAL, as principais zonas de conflito em torno da mineração no espaço sul-americano, é, sem dúvida, notória a dificuldade de analisar os conflitos numa escala que abarque todo o Subcontinente, devido as grandes limitações que as fontes de dados apresentam e também a incongruência entre os dados produzidos numa escala macrorregional e os que são medidos em escala nacional. Os dados sobre conflitos, de maneira geral, já não são prioridade para as instituições nacionais de Estado que têm estrutura para mensurar a realidade, tampouco o são para os organismos instituídos em escala macrorregional.

Contudo, na relação entre a acumulação capitalista no setor minerador e os conflitos provenientes, a questão do território aparece cada vez com mais força. No entanto, a partir dos dados analisados, a questão do território deve ser revisitada e discutida tanto de uma perspectiva das territorialidades, como também do território dos Estados que

abrangem com isso diferentes territorialidades. Afinal, no cenário geral da luta de classes, as concepções de poder não prescindem do Estado.

3.4. A questão do território e das lutas territoriais no espaço sul-americano

O avanço do capital sobre as riquezas minerais, colocando o setor mineral como um dos pontos centrais da acumulação capitalista nos anos 2000, tanto pelos Estados, como pelas empresas transnacionais, está ocasionando um conjunto de conflitos com diversos setores da sociedade nos países dependentes. Estes conflitos, no mínimo, vêm recusando diretamente este novo imperialismo e suas lógicas, territorial e capitalista (HARVEY, 2014b).

Racionalidades distintas emergem como sínteses políticas novas nos movimentos sociais, e racionalidades antigas se afirmam contraditoriamente ao curso das duas lógicas do novo imperialismo. O geógrafo Milton Santos chama atenção à emergência de uma racionalidade dos pobres (SANTOS, 1979). O sociólogo Enrique Leff, por outro lado, destaca uma racionalidade ambiental (LEFF, 2009). Ambas as perspectivas conceituais partem e abordam dimensões distintas da realidade, referenciados em ancoradores empíricos também distintos: o primeiro partindo da realidade das cidades, o segundo das realidades do campo e da floresta. No entanto, as duas perspectivas, em comum, apresentam um sério embate nas mais distintas realidades com o modo de produção da vida social em curso e com isso afirmando estas racionalidades não hegemônicas.

Cada dia mais a acumulação capitalista não prescinde a espoliação. É o que Harvey (2014b) denomina acumulação por espoliação. Para manter o processo de produção e reprodução do valor, num cenário de longo decréscimo das taxas de lucro, a despossessão dos povos e a superexploração do trabalho se intensificam. Processos sociais espoliativos que foram um marco na fase primitiva da acumulação capitalista são processos cada vez mais atuais. Segundo Harvey (2014b, p. 121) “Todas as

características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias”.

O pêndulo da dialética da acumulação capitalista é que, se por um lado necessita do trabalho e das riquezas naturais para gerar valor e mercadorias, por outro, busca tendencialmente incorporar menos trabalho vivo ao processo produtivo e também, numa grande cisão metabólica, vem desvinculando o processo produtivo da capacidade sustentada do ambiente garantir as matérias-primas do trabalho. Sobre esse processo em curso, Harvey (2014b, p. 135) sentencia: “A implicação disso é que a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto”.

Os conflitos, por isso, podem ser localizados no mapa como pontos de sobrevivência, pois o correr das lógicas territorial e capitalista, está destruindo cada vez mais sua base material de acumulação, a natureza e os agentes do trabalho. As lutas territoriais emergem desta maneira como maneiras de garantir a vida, o modo de vida e ao mesmo tempo apresentar concepções outras para a reprodução da sociedade em geral. Por isso mesmo, a questão do território se coloca cada dia mais viva e com ampla capacidade de articulação de lutas sociais que anunciem perspectivas de superação do turbido horizonte capitalista.

Raffestin (1993) constrói uma poderosa crítica à concepção de território que foi construída ao longo da construção do conceito, enfocando que a dimensão do território que foi erguida pela Geografia Política esteve, em grande medida, associada a uma perspectiva do território dos Estados-nações. Restringindo a abordagem territorial ao leque dos Estados e com isso transformando a Geografia Política numa Geografia Política dos Estados. Contudo, adverte: “A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 162)

O território passa, com isso, a ser abordado como o que é, ou seja, espaços de poder, todavia, numa concepção não mais restrita apenas ao Estado, mas, conforme o mesmo autor assinala: “Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território” (RAFFESTIN, 1993, p. 152). O silogismo é simples, se a concepção de poder atravessa a de território, as lutas territoriais são, por isso mesmo, lutas pelo poder.

Na América do Sul durante os anos 2000, a luta política protagonizada por sujeitos fortemente atrelados a questão territorial em países como Bolívia e Equador levou a uma séria contestação do Estado-nação, por meio da afirmação da pluralidade das territorialidades. A síntese política foi que a engenharia do Estado Moderno foi modificada nestes países, a ponto de a concepção de Estado-nação ser contraditada pela de Estado Plurinacional. Segundo intelectuais que vêm formulando sobre estas questões:

Los pueblos indígenas demandan ser reconocidos no sólo como “culturas diversas” sino como naciones originarias o nacionalidades, esto es, sujetos políticos colectivos con derecho a participar en los nuevos pactos de Estado, que se configuran así como estados plurinacionales (SOUSA SANTOS, 2010, p. 13).

As distintas territorialidades dos povos originários são universalizadas a toda a sociedade com um projeto político de Estado que implica reconhecer as distintas territorialidades dentro do chamado “território nacional”, clivando a pretensa unicidade nacional do Estado Moderno em distintas nacionalidades. Nestes Estados, pautas territoriais foram incorporadas e até mesmo a natureza passou a ter uma legislação que lhe garantisse direitos: “há uma questão de fundo que emana desse repertório de questões. Trata-se da luta pela *reapropriação social da natureza*²¹ que a humanidade, na sua diversidade, vem travando. É isso que se coloca enquanto questão territorial.” (QUENTAL e PORTO-GONÇALVES, S/d, p. 19)

²¹ “A reapropriação da natureza traz de novo a questão da luta de classes, desta vez não sobre a apropriação dos meios industrializados, mas dos meios e condições naturais de produção” (LEFF, 2009, p. 201).

Esta dialética entre territorialidade dos povos e o território do Estado coloca à tona a questão das disputas pelo poder e, por isso mesmo, pelo rumo que a história vem tomando no Subcontinente. O papel do Estado como ferramenta de universalização, em um dado território, dos interesses de determinadas frações de classe, reascende. Todavia, com orientações teórico-políticas que estão mais atreladas à racionalidade dos povos oprimidos e explorados, no caso dos Estados Plurinacionais.

Na sociedade capitalista o Estado é a única instituição que possibilita que os interesses de grupos sociais específicos possam ser apresentados para o resto da sociedade como se fossem interesses de toda a sociedade. *Alcançar o poder do Estado é, portanto, a tarefa fundamental de qualquer classe social em termos políticos*, pois isso permite que seu projeto societário se imponha sobre o resto dos agrupamentos humanos e porque *a partir do Estado essa capacidade se potencializa*. (OSÓRIO, 2014, p. 43)

Os conflitos em torno da mineração reforçam em demasia esta dialética das lutas territoriais. Pois, se por um lado, conforme atestam os dados, grande parte dos protagonistas dos conflitos são sujeitos diretamente atrelados à questão territorial, isto é, os chamados conflitos territoriais. Por outro lado, as populações urbanas locais também são, em números absolutos, as mais impactadas pelos problemas ambientais decorrentes da mineração, estes são os chamados conflitos espaciais. Para articular conjuntos espaciais mais complexos (LACOSTE, 1988)²², os protagonistas dos conflitos têm que produzir territórios em escalas geográficas maiores que, em primeira instância, devem progredir até a escala nacional (como por exemplo, os Estados Plurinacionais), para, quiçá, avançarem para um escala supranacional. Neste sentido, Porto-Gonçalves dá um bom exemplo:

O indígena e o camponês já não são mais os “locais”, embora também o sejam. Essas populações se colocam, hoje, no debate político à escala nacional reconfigurando esse debate com questões próprias, mas não como questões exclusivas, específicas. Colocam explicitamente a questão do poder nacional e procuram escapar das armadilhas políticas que lhes são colocadas pelo pós-modernismo e seu multiculturalismo, que separa cada qual em seu canto. (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 166)

²² Segundo Lacoste (1988), conjuntos espaciais complexos são a articulação espacial de fenômenos sociais em níveis escalares superiores e interseccionados por outros fenômenos espaciais.

Estas duas chaves de explicação, Estado e reapropriação social da natureza, quando analisadas a partir de uma perspectiva territorial, indubitavelmente, revelam a questão do poder e é por isso que estes conflitos vêm, pacientemente, saltando de serem apenas lutas pela sobrevivência e contra a espoliação para coadunarem em projetos de sociedade alternativos ao capitalismo. A partir do espaço sul-americano já se ensaiam possibilidades distintas ao rumo que a sociedade capitalista vem tomando, contudo, o futuro que sairá deste embate presente de projetos de sociedade ainda é uma grande incógnita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço sul-americano em todas as fases do capitalismo sempre ocupou uma posição subordinada na parte que lhe coube no funcionamento da economia global. Do padrão de dominação colonial ao novo padrão de especialização produtiva, a linha política básica em torno da gestão do capitalismo sul-americano foi e é assegurar um padrão de assimetrias espaciais que atenda as necessidades do funcionamento do capitalismo em escala global. E é isso mesmo a geopolítica do capitalismo.

O acúmulo secular deste padrão de assimetrias espaciais lega ao presente, dentre tantas questões, um espaço sul-americano produzido com orientação para os oceanos e, com isso, de costas às pátrias *hermanas*. No caso do Brasil isto é ainda mais forte, pois afora o enclave colonial francês – Guiana Francesa, colônia em pleno século XXI -, ao menos todos os demais países sul-americanos possuem o espanhol como código linguístico dominante, o que permite um diálogo maior entre as diferentes culturas. Este é um dos aspectos paradoxais do processo colonial: o mesmo aspecto que buscou homogeneizar as culturas, a língua, também pode ser suporte para uma unidade mais rápida das diferenças entre os países.

No Brasil – que é hiato ao continente sul-americano pelo seu passado e presente -, os estudos sobre América Latina e, mais ainda sobre América do Sul, sofrem de uma certa solidão maior quando confrontados a de outros campos de investigação. Numa situação parecida, Ruy Mauro Marini, um dos maiores estudiosos sobre a dependência na América Latina, faz confissão de algo semelhante em um texto biográfico de 1990:

“Na realidade, salvo informações diretas e noções superficiais sobre o tema, adquiridas durante a minha estada na França, eu não sabia muito sobre América Latina. Por cerca de três meses, dediquei-me, pois ao estudo da bibliografia disponível [...]. Ali, à parte estudos nacionais, na maioria clássicos, e uma ou outra tentativa de teorização mais geral [...], fiz a desagradável constatação de que os estudos latino-americanos provinham essencialmente de países desenvolvidos.” (MARINI, 2011, p. 70)

Prova disso é que o primeiro instituto especializado em estudos latino-americanos só foi criado no Brasil, em 2006, que é o Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA), sediado na Universidade Federal de Santa Catarina. Enquanto isso, a alargadora maioria das universidades norte-americanas tem institutos especializados sobre nosso Subcontinente há anos. Uma outra iniciativa importante foi a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), mas que também já foi fundada “pós-matura”, em 2010.

Contudo, é importante ressaltar que estas iniciativas se deram, precisamente, no contexto geopolítico de pulsão subimperialista brasileira. Foi a época em que a burguesia brasileira aumentou sua investidura sobre o processo de transnacionalização de suas empresas, seja na América Latina, seja na África. É este o contexto em que se multiplicam os chamados estudos “sul-sul”, “sul-sur” - dentre outras tantas terminologias -, que receberam amplos financiamentos, exatamente para subsidiar tal pulsão. Obvio que dentro disto surgiram também amplos estudos críticos a este processo.

Na Geografia, os estudos sobre América Latina e América do Sul também carecem de uma certa tradição, sobretudo na escola da Geografia Crítica. Em especial, as abordagens em torno da América do Sul compuseram majoritariamente o discurso geográfico de duas maneiras: uma não tão recente, atrelada a uma geografia política institucional com centralidade nos estudos sobre o Mercosul e, por isso, antenadas

aos interesses de uma certa fração da burguesia (paulista, sobretudo) na consolidação deste arranjo político-institucional; outra perspectiva, esta mais recente, atrelada a uma crítica muito forte da modernidade capitalista, mas também flertando fortemente com a perspectiva pós-moderna que vem se proliferando nos estudos territoriais sul-americanos e pós-coloniais. As duas perspectivas tangenciam o marxismo, todavia, de maneira diletante.

Este trabalho, portanto, ao fazer uma abordagem desde a geografia brasileira, numa perspectiva marxista, já parte com poucas referências sólidas específicas à temática no âmbito disciplinar e se esbarra tanto nas determinações concretas da situação da Geografia quanto do Brasil ante aos estudos sobre América do Sul. Estes dois elementos, por sua vez, devem ser somados a uma terceira questão que se refere à limitação dos estudos sobre os conflitos em escala supranacional.

A presente abordagem tentou seguir duas grandes direções na análise: uma referente ao capital estrangeiro e outra relacionada aos conflitos. A análise do capital, mesmo com todas as limitações, contou com uma ampla base de dados sistematizada para todo o Subcontinente, disponibilizada pelas instituições burguesas das mais distintas escalas. A análise dos conflitos, por outro lado, contou com uma séria restrição em todas as duas grandes escalas para as quais as estatísticas são produzidas, a nacional e a supranacional. No âmbito dos conflitos específicos à mineração, a disponibilidade é ainda menor.

A disponibilidade maior de dados em torno do capital estrangeiro e menor de dados sobre os conflitos tem um reflexo imediato na pesquisa: a análise do primeiro ficou muito mais robusta que a do segundo. Isto pode causar a impressão, quando tomada a leitura em seu todo, que o avanço do capital não vem encontrando um padrão de conflitos à altura. É fato, contudo, que as lutas sociais ainda não estão mais bem posicionadas que o capital no âmbito da correlação de forças, pois o capital ainda é estrutura hegemônica no espaço sul-americano, mas, a advertência de que a realidade é sempre mais rica que as variáveis que a medem e que as capacidades subjetivas de apreendê-la, sempre prepondera.

Se, por um lado, um dos grandes desafios do trabalho esteve nesse campo objetivo da falta de dados, por outro, a garimpagem das raras plataformas que disponibilizam

dados sobre conflitos na mineração e a reunião delas num só documento pode ter o mérito de facilitar o ponto de partida para pesquisas que tenham a mesma preocupação. A superação desta escassez de dados, contudo, não deve ser esperada nas instituições burguesas de mensuração das variáveis do capital. Ao contrário, devem ser fomentadas nas instituições críticas ao capitalismo, localizadas no seio de cada formação social. Ao passo que é pujante o estabelecimento de uma base de dados subcontinental que, para tanto, pressupõe o desafio da unificação metodológica das distintas iniciativas nacionais.

No âmbito teórico, a categoria padrão de reprodução do capital permeou toda a construção analítica e possibilitou a exposição da acumulação capitalista sobre as riquezas minerais do espaço sul-americano. Este nível de abstração lega o saldo positivo de permitir apreender o espaço sul-americano como uma totalidade - subordinada e subordinante de outras totalidades -, inscrita dentro da condição de dependência, cuja especialização produtiva de baixa densidade de valor se agravará no futuro, se as condições do presente não forem desarmadas. A análise do setor mineral representa apenas um grande exemplo de como este cenário está sendo construído.

Neste aspecto, tendo em vista a restrita tradição da Geografia em trabalhar com este recorte espacial, esta categoria pode servir como ferramenta teórica também para a articulação de escalas necessárias à compreensão da Região em sua totalidade. Aliás, um aspecto teórico que surgiu, mas que não foi desenvolvido porque fugiria ao escopo do trabalho, é a necessidade de precisar a região enquanto categoria geográfica e enquanto nível de abstração escalar. Tradicionalmente, de um lado, os níveis escalares que operam são o local, o regional, o nacional e o global, do outro, a categoria região vem cada dia mais explicando apenas os recortes espaciais subnacionais e menos os supranacionais. Longe de criar um fosso entre as duas possibilidades, nos estudos subcontinentais esta precisão aumentaria a acurácia da análise.

Para evitar confusões teóricas, a articulação de escalas foi feita ao longo do trabalho, a partir da tríade divisão mundial do trabalho, padrão de reprodução do capital e formação social. Assim, esperamos ter transitado entre estes níveis de

abstração espacial, respectivamente, do global, passando pelo subcontinental até tocar o nacional, sem com isso criar armadilhas teóricas que desarrumassem a construção analítica. Embora, o centro de gravidade sempre girou em torno do padrão de reprodução do capital, esta articulação de níveis distintos de abstração espacial só é possível porque a dialética marxista permite os movimentos de progressão e regressão analítica dentro do sistema conceitual.

De todo modo, estas ponderações analíticas se justificam exatamente porque grande parte do trabalho pendeu mais para a elucidação das questões históricas que teóricas. Mesmo nos tópicos finais de cada capítulo, nos quais as questões teóricas poderiam pesar mais, seja com a questão do imperialismo, da dependência ou do território, o aspecto histórico preponderou, sendo ora um arremate das questões anteriormente levantadas, ora elã para as discussões subsequentes. Este método de exposição com tal ancoradouro foi uma predileção.

Cada capítulo buscou apresentar uma questão específica, sendo que os objetivos do trabalho foram mais incisivamente perseguidos nos dois últimos capítulos. O primeiro capítulo objetivou preparar o terreno para as discussões ulteriores, mas, não por isso, é menos importante no corpo geral do trabalho. De saldo, este capítulo tem a importância de construir uma análise do capital no espaço sul-americano, da colonização à acumulação flexível, com centralidade na maneira particular como operou a indústria extrativa em distintos momentos e como o capitalismo vem especializando o papel do Subcontinente nas distintas fases da divisão mundial do trabalho, produzindo, para tanto, um espaço correspondente. Três grandes conceitos foram erguidos para construir tal análise, o padrão de dominação externa, o padrão de reprodução do capital e o imperialismo.

No segundo capítulo, a investigação do papel do capital estrangeiro na edificação da dependência foi demonstrada pela análise do novo padrão de especialização produtiva e da produção capitalista do espaço sul-americano. Tal empreendimento foi feito através do escrutínio da variável IED que vem sendo a principal forma de registro dos fluxos de capitais das empresas transnacionais pelo mundo. A análise demonstrou que a América do Sul, desde a investidura neoliberal, vem sendo espaço de predileção dos investimentos diretos no setor minerador, liderando no

cenário mundial, com os maiores montantes de capitais direcionados ao setor. Ao longo dos anos da década de 1990 o acervo destes capitais vem se adensando, a ponto de nos anos 2000, com o efêmero lapso de crescimento mundial da economia capitalista de 2003 a 2007, os países sul-americanos intensificarem sua reprimarização e o setor minerador se consolidar como um dos pilares da economia política do Subcontinente.

Imbricado a esta expansão do capital, um conjunto de conflitos foi se acentuando a partir da década de 1990 e busca soçobrar a subordinação real que a acumulação e a espoliação capitalista vêm impondo aos mais distintos segmentos sociais e à natureza. O terceiro capítulo, então, buscou construir uma argumentação que desse conta dos elementos do segundo objetivo da pesquisa, isto é, analisar os conflitos em torno do capital estrangeiro, com destaque à mineração. Os conflitos particulares ao setor minerador foram analisados dentro do corpo mais amplo dos conflitos em torno do capital, contudo, de síntese específica, pôde-se visualizar que os países onde o setor minerador é mais explorado, o número de conflitos também é significativamente maior. Isto demonstra que àqueles/as que estão no polo hegemônico dos antagonismos sociais vêm reagindo decisivamente a tais investidas do capital. E mais, a natureza sociogeográfica dos conflitos é desde a rural como também urbana, o que sinaliza que a articulação social que já vem sendo feita destes dois campos vem apontando para um salto qualitativo na correlação de forças contra o capital minerador.

Destituído de qualquer grande pretensão, a intencionalidade que se traçou ao longo da construção de cada argumentação foi a de um trabalho que venha a se juntar a outros estudos críticos e que, com isso, possa se somar a uma anteposição da realidade capitalista tanto nos seus aspectos teóricos como práticos. É também a finalização de um ciclo de estudos iniciados com esta temática, em 2012, e, embora as questões de pesquisas ainda estejam abertas à novas contribuições, esperamos ter finalizado esta etapa com a responsabilidade de uma explicação séria.

REFERÊNCIAS

ACOSTA; ITURRALDE. **La alquimia de la riqueza. Estado, petróleo y patrón de acumulación en Ecuador.** Centro de Derechos Económicos e Sociales – CDES, 2013.

ALBAVERA, F. S.; ORTIZ, G.; MOUSSA, N. Panorama Minero de América Latina: La inversión en la década de los noventa. In: **Serie Medio Ambiente Y Desarrollo. Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 1998.

AMARAL, M. S.; PAULANI, L. M. Debates contemporâneos sobre o imperialismo: o vislumbre de uma nova fase do imperialismo. In: **Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia Política,** Belo Horizonte, 2013.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BABIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BARROS, R. D. S. **Lutas sociais, neoliberalismo e limites democráticos no Brasil: Gênese, Desenvolvimento e Perspectivas da Campanha (Inter)Nacional contra a ALCA.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2004.

BELLUZZO, L.G; TAVARES, M.C. A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In Fiori, J. L. (org.) **O Poder Americano.** Editora Vozes, 2004.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Os dez anos do BID na IIRSA 2000-2010.** Novembro de 2010.

BORON, A. A questão do Imperialismo. In: **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas.** Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007. p. 501-527.

BRUCKMANN, M. **Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico.** Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2011.

BRUIT, H. H. **Acumulação Capitalista na América Latina.** - São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BUKHARIN, N. I. **Economia Mundial e o Imperialismo: esboço econômico.** Tradução de Raul de Carvalho. - São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CALLINICOS, A. **Marxismo e imperialismo hoje**. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=57431>. Acesso em 20/05/2016.

CÂMARA, M. A. **Movimentos sócio-territoriais e a construção de territorialidades contra-hegemônicas na Bolívia**: uma contribuição desde a geografia para o estudo dos movimentos sociais. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2013.

CARCANHOLO, M. D. Desafios e Perspectivas para a América Latina do Século XXI. In: **Revista Argumentum**. Vitória (ES), v. 6, n.2, p.6-25, jul./dez. 2014.

CECEÑA; PORRAS. Los metales como elemento de superioridad estratégica. In: CECEÑA, A. E. e MARÍN, A. B. (Coord.). **Producción Estratégica y Hegemonía Mundial**. Editora Siglo Veintiuno, México, 1995. p. 141-176

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 2015.

_____. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 2013a.

_____. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 2012.

_____. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 2011a.

_____. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 2009a.

_____. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 2000.

_____. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 1999.

_____. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 1998.

_____. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 1996.

_____. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 1995.

_____. **La República Popular China y América Latina y el Caribe: hacia una nueva fase en el vínculo económico y comercial**. Santiago de Chile, 2011.

_____. **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 2007.

_____. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 2009

_____. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, 2015a.

_____. **Recursos naturais na União das Nações Sul-americanas (UNASUL):** Situação e tendências para uma agenda de desenvolvimento regional. Edición: Santiago de Chile: CEPAL, Maio de 2013.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital.** Tradução Silvana Finzi Foá. – São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Da noção de imperialismo e da análise de Marx do capitalismo: pré/visões da crise. In: **Incontornável Marx/** Jorge Nóvoa (org.) – Salvador: Edufba; São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CLAVAL, P. Marxismo e geografia econômica na obra de David Harvey. In: **Espaço e Economia** [Online], 3 | 2013, posto online no dia 19 Dezembro 2013, consultado o 08 Julho 2016. URL: <http://espacoeconomia.revues.org/570>.

CORRÊA, H. F. “O Status da Categoria Imperialismo na Teoria Marxista: notas preliminares a partir do debate clássico”. In: **Anais do Seminário Marx e o Marxismo: teoria e prática.** Niterói: NIEP/UFF. 28 de novembro a 01 de dezembro, 2011.

DOS SANTOS, T. Crisis y movimientos sociales en Brasil. In: CALDERÓN, F(Org.). **Los movimientos sociales ante la crisis.** 1ª Edición, CLACSO, Buenos Aires, 1986.

DUARTE, R. A. P. **O conceito de natureza n’O Capital.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1985.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. In: Revista **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, 2004, p.11-36.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. de C. J.; ARAUJO, E. (Eds.). **Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos.** - Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org's.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência /** São Paulo, SP. - Boitempo: 2012.

FRANK, A. G. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina**. Colección Socialismo y Libertad, libro 39, 1965.

FURTADO, C. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. - 4. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais. In: **Essencial Celso Furtado**. Org. Rosa Freire d'Aguiar. – 1ª Ed. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GALVÃO, A. **Os movimentos sociais da América Latina em questão**. In: REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 8-24, jul.-dez. 2008

GUDYNAS, E. El nuevo extractivismo progresista en America del Sur: tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones. In: **Colonialismo del siglo XXI. Negocios extractivos y defensa del territorio en America Latina**. Varios Autores. Icaria Editorial, Barcelona (España), 2011. P. 75-92.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. – São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. - 25º Ed -. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

_____. O "Novo Imperialismo": acumulação por espoliação. In: **Socialist register 2004 : O novo desafio imperial / edición a cargo de: Leo Panitch y Colin Leys - 1a ed.** - Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006, p. 95-126.

_____. **O Novo Imperialismo**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. – 8ª Ed. – SP: Edições Loyola, 2014b.

_____. **Os Limites do Capital**. Tradução de Magda Lopes. – [1. Ed.] – São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014c.

IZAGUIRRE, I. Algunos ejes teóricos-metodológicos en el estudio del conflicto social. En publicación: **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. 288 p.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução Maria Cecília França. – Campinas, SP: Papyrus, 1988.

LEFEBRVE, H. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice B. Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ªed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. - 1ª Ed. - São Paulo, Expressão Popular, 2012.

LÓPEZ, M. G. A. Mercados de valores. Una transformación estructural reciente. In: MARINI, R. M; MELLÁN, M. (Coord.) **La teoría social latinoamericana tomo IV**: cuestiones contemporáneas. Universidad Nacional Autónoma de México; Ediciones El Caballito, S.A, 1996. p. 105-121.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. Introdução de Paul Singer; tradução de Carlos Matos, Regis Andrade, Dinah Azevedo. – São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARINI, R. M. Proceso y tendencia de la globalización capitalista. In: MARINI, R. M; MELLÁN, M. (Coord.) **La teoría social latinoamericana tomo IV**: cuestiones contemporáneas. Universidad Nacional Autónoma de México; Ediciones El Caballito, S.A, 1996. p. 49-69.

_____. **América Latina, dependencia y globalización**. Compilador Carlos Eduardo Martins. – Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

_____. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P (Org's.). 2 ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org's.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência** / São Paulo, SP. - Boitempo: 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Estudos avançados. São Paulo, Edusp, n. 34, v. 12, 1998.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI**: socialismo ou barbárie. Tradução de Cezar Castanheira. Boitempo Editorial, 2003.

OCMAL - Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina. **Conflictos mineros en América Latina**: extracción, saqueo y agresión - Estado de situación en 2014 . Edición: Equipo OCMAL. Abril 2015.

_____. **Conflictos mineros en América Latina**: extracción, saqueo y agresión - Estado de situación en 2015 . Edición: Equipo OCMAL. Junio 2016.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Tradução de Fernando Correa Prado. - 1 Ed. - São Paulo: Outras Expressões, 2014.

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org's.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência** / São Paulo, SP. - Boitempo: 2012.

PANITCH, L.; GINDIN, S. Capitalismo global e império norte-americano. In: PANITCH, L.; LEYS, C. **Socialist Register 2004: O novo desafio imperial**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PASCHOA, J. P. P. Crise alimentar e financeira. A lógica especulativa atual do capital fictício. **XXVII Congreso de La Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires**. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial** / Nelson Rodrigo Pedon. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. – 5º Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. En publicacion: **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. pp. 151-197.

_____. Ou Inventamos ou Erramos – Encruzilhadas da Integração Regional Sul-Americana. In: **Governança global e integração da América do Sul** / organizadores: André Rego Viana, Pedro Silva Barros, André Bojikian Calixtre. – Brasília: IPEA, 2011.

_____. A Luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. In: FERNANDES, B. M. [Coordinador]. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. CLACSO. Expressão Popular. São Paulo. Outubro de 2008.

_____. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: **(Geo)grafias dos movimentos sociais** / NETO, A. S. C.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. da. (org.). – Feira de Santana: UEFS Editora, 2010. p. 16-152

_____.; QUENTAL, P. A. **Colonialidade do Poder e os Desafios da Integração Regional na América Latina**. S/D. Disponível em: www.plataformademocratica.org, acesso em: 01 de Agosto de 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, SP: Ática, 1993. 269 p. (Temas. Geografia e política; 29)

RAMOS, T. T. **A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe**. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003

SALAMA, P. Forças e fraquezas da Argentina, Brasil e México. A “aposentadoria” do Estado novamente em discussão. In: **Revista Ten. Mund.**, Fortaleza, v. 4, n. 7, jul./dez. 2008. p. 352-400.

_____. **O desafio das desigualdades. América Latina/Ásia:** uma comparação econômica. Tradução Wilson F. Menezes – São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

SANTOS, B. G. O ciclo econômico da América Latina dos últimos 12 anos em uma perspectiva de restrição externa. IN: **Revista do BNDES**, n. 43, junho 2015, p. 205-251.

SANTOS, L. H. R. **Geografia dos conflitos:** uma análise do atual padrão de conflitividade na América do Sul. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: [s.n], 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. – 4ªed. 5. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Pobreza urbana.** 2. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1979. 119 p

_____. **Por Uma Geografia Nova:** Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. - 6. ed., 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Espaço e Método.** 5ª Ed. [São Paulo]: EDUSP, 2008.

_____. **Sociedade e Espaço:** a formação social como teoria e como método. In: Boletim Paulista de Geografia, n. 54, p. 81-100, Junho, 1977.

_____. **Economia espacial:** críticas e alternativas. 2. ed. [São Paulo]: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. - 9ªed. - Rio de Janeiro, Record, 2002.

_____.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2012.

SEOANE, J. La geografía política del conflicto social en América Latina. (org.) José Seoane, Clara Algranati . En: **OSAL : Observatorio Social de América Latina.** Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005

_____.; TADDEI, E.; ALGRANATI, C. Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina. En publicación: **Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Asia y América Latina.** Boron, Atilio A.; Lechini, Gladys. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Julio 2006.

SERENI, E. **De Marx a Lênin:** a categoria de “formação econômico-social”. In: Meridiano - Revista de Geografia. N. 2, 2013, p. 297-346. – versão digital. Disponível em: www.revistameridiano.org, acesso em 03 de Abril de 2016.

SILVA, D. J. **A dinâmica socioespacial contemporânea da América do Sul**: um olhar atento sobre os movimentos espaciais do Brasil, da Argentina, da Bolívia e do Chile e os sentidos da cooperação. Relatório final do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Julho de 2013, disponível em: sul-sur.blogspot.com.br.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro – RJ: Editora Bertrand Brasil S.A, 1988.

SOUSA SANTOS, B. de. **Refundación del Estado en América Latina**: Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: IIDS, 2010.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Conflitos Ambientais**. Publicação Texto Analítico. Belo Horizonte, 2010. 13. p. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/textos-analiticos-do-mapa-de-conflitos-ambientais/page/2/>; acesso em: 13/12/2016.